

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Ulysses Tavares Teixeira

**TRADIÇÃO LIBERAL E EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA NA ERA BUSH**

**Brasília  
2010**

**ULYSSES TAVARES TEIXEIRA**

**TRADIÇÃO LIBERAL E EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA NA ERA BUSH**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Maria Helena de Castro Santos

**Brasília  
2010**

Ulysses Tavares Teixeira

TRADIÇÃO LIBERAL E EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA NA ERA BUSH

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.  
Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Profa. Dra. Maria Helena de Castro Santos**  
Instituto de Relações Internacionais  
Universidade de Brasília  
(Orientadora)

---

**Prof. Dr. Eduardo José Viola**  
Instituto de Relações Internacionais  
Universidade de Brasília

---

**Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa**  
Departamento de Ciência Política  
Universidade de São Paulo

---

**Profa. Dra. Maria Izabel Valladão de Carvalho**  
Instituto de Relações Internacionais  
Universidade de Brasília  
(Suplente)

*Dedicado, com afeição, a todos aqueles sem a interferência dos  
quais este trabalho poderia ter ficado pronto há muito mais tempo.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Maria Helena, com admiração, por ter sido mais que simplesmente professora ao transmitir seus conhecimentos e experiências; pela boa vontade, atenção e exigência durante a orientação; e pela amizade, compreensão e incentivos demonstrados desde a graduação.

Aos colegas da graduação, do mestrado e do Grupo de Pesquisa em Exportação de Democracia, pela dedicação, pelo trabalho, pelas idéias, pela amizade.

Ao CNPq e ao Decanato de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade de Brasília, pelo apoio financeiro, e aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais, pela disposição, presteza e paciência no auxílio com os ritos e burocracias da universidade.

A minha família por ter minimizado a distância de casa demonstrando apoio, carinho, confiança e compreensão, sempre me incentivando a seguir meu caminho.

A todos expresso os meus maiores agradecimentos e o meu profundo respeito, que sempre serão poucos diante do muito que foi oferecido.

*We Americans are the peculiar, chosen people – the Israel of our time; we bear the ark of the liberties of the world... God has predestinated, mankind expects, great things from our race; and great things we feel in our souls. The rest of the nations must soon be in our rear... Long enough have we been skeptics with regard to ourselves, and doubted whether, indeed, the political Messiah had come. But he has come in us.*

**Herman Melville**, *White Jacket*, 1850, ch. 36.

## RESUMO

A doutrina de política externa dos Estados Unidos foi submetida a uma mudança brusca após os eventos de 11 de setembro de 2001. O foco principal deste trabalho é a mudança na estratégia de exportação de democracia; que variou de uma baseada no exemplo e na persuasão para outra que prefere a intervenção direta e o uso da força. Defende-se aqui que pressões estruturais do sistema internacional não contam toda a história de tal transformação, e que uma análise da influência das idéias no ajuste estratégico pode fornecer uma explicação mais interessante. Argumenta-se ainda que, embora apresente mudanças significativas em diversos aspectos, a Doutrina Bush, ao privilegiar o liberalismo e a democracia, se encaixa exatamente dentro da tradição diplomática dos Estados Unidos. A influência do liberalismo é avaliada pela análise de discursos do Presidente e de seus Secretários de Estado. Conclui-se que a promoção de democracia não é apenas mais um dos instrumentos de política externa; ao contrário, ela é central para a identidade política e o senso de propósito nacional dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Doutrina Bush; política externa norte-americana; exportação de democracia; tradição liberal; vindicacionismo e exemplarismo.

## ABSTRACT

The U.S. foreign policy doctrine was submitted to an abrupt change after the events of September 11, 2001. The main focus of this work is the change in the strategy of democracy promotion; which varied from one based on example and persuasion to another that prefers the direct intervention and the use of force. We argue that pressures from the international system do not explain enough such transformation, and that the influence of ideas in the strategic adjustment of the foreign policy can provide a better explanation. We argue yet that, although the Bush Doctrine represents significant changes in several aspects, when favoring liberalism and democracy, fits perfectly the diplomatic tradition of the United States. The liberal influence on American foreign policy is evaluated by the content analysis of the President's and his Secretaries of State's speeches. The conclusion is that democracy promotion is not just another foreign policy instrument; on the contrary, it is central to U.S. political identity and its sense of national purpose.

**Key-words:** Bush Doctrine; American foreign policy; democracy promotion; Liberal Tradition; vindicationism and exemplarism.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
◦ Exemplaristas vs. vindicacionistas: o argumento teórico;	
◦ Procedimentos metodológicos.	
<b>Capítulo 1: A Tradição Liberal e as Origens do Excepcionalismo Norte-Americano</b>	<b>20</b>
◦ As raízes históricas e religiosas da tradição liberal;	
◦ As raízes intelectuais da tradição liberal;	
◦ Desenvolvimentos posteriores;	
◦ Conclusões.	
<b>Capítulo 2: Idéias e Política Externa Norte-Americana</b>	<b>56</b>
◦ Estratégias de exportação de democracia;	
◦ Exemplarismo e vindicacionismo no contexto norte-americano;	
◦ Explicando ajustes estratégicos: o realismo estrutural e o papel das idéias;	
◦ Conclusões.	
<b>Capítulo 3: Os Ajustes Estratégicos da Política Externa Norte-Americana no pós-Guerra Fria</b>	<b>77</b>
◦ A expansão da ordem democrática no governo Clinton;	
◦ O primeiro ajuste estratégico: governo Bush antes de 11 de setembro de 2001 – exemplarismo;	
◦ O grande ajuste estratégico: a doutrina Bush – vindicacionismo;	
◦ A nova Estratégia de Segurança Nacional;	
◦ Conclusões.	
<b>Capítulo 4: A Expressão da Ideologia Vindicacionista na Doutrina Bush</b>	<b>119</b>
◦ A universalidade dos valores democráticos;	
◦ Democracia e paz;	
◦ Democracia, segurança e interesses norte-americanos;	
◦ A missão norte-americana de liderar a causa da liberdade no mundo;	
◦ Conclusões.	
<b>Conclusão</b>	<b>147</b>
◦ O fracasso no Iraque e o destino do vindicacionismo;	
◦ Doutrina Bush: poder e idéias;	
◦ Obama e a promoção de democracia: outro ajuste estratégico?	

<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>160</b>
-----------------------------------	------------

**Anexos**

<b>Anexo I:</b>	<b>176</b>
-----------------	------------

Tabela com discursos classificados do Presidente Bush e seus Secretários de Estado

<b>Anexo II:</b>	<b>177</b>
------------------	------------

Advertisement from the op-ed page of the New York *Times* of September 26, 2002, signed by 33 scholars of international relations

<b>Anexo III:</b>	<b>179</b>
-------------------	------------

Justificativas para a invasão do Iraque publicadas na imprensa: Al Qaeda, Armas de Destruição em Massa e Democracia

## **Lista de figuras e tabelas**

<b>Figura I:</b> Diagrama Causal	<b>16</b>
<b>Tabela I:</b> Available means to promote external democratization	<b>59</b>
<b>Tabela II:</b> Missões de reconstrução democrática lideradas pelos Estados Unidos desde 1989	<b>61</b>
<b>Tabela III:</b> Introvert and Extrovert Phases in U.S. History	<b>65</b>
<b>Tabela IV:</b> Major Transnational Terrorist Attacks against U.S. Targets after the Cold War	<b>83</b>
<b>Tabela V:</b> Support for military action in Afghanistan	<b>98</b>
<b>Tabela VI:</b> Approval of President Bush's handling of the war on terrorism	<b>99</b>
<b>Tabela VII:</b> Support for action against other countries	<b>108</b>

## Introdução

“Although most governments in the world are, as they always have been, autocracies of one kind or another, no idea holds greater sway in the mind of educated Americans than the belief that it is possible to democratize governments, anytime, anywhere, under any circumstances.”

**Jeanne Kirkpatrick**, Dictatorships & Double Standards, 1979.

“What I propose tonight is not new. It is as old as America, and as young as America, because America will never grow old. You will remember – listen – Thomas Jefferson said: We act ‘not for ourselves alone, but for the whole human race.’ Lincoln said: ‘In giving freedom to the slaves we assure freedom to the free. We shall nobly serve or meanly lose the last best hope of earth.’ And Teddy Roosevelt said: ‘Our first duty as citizens of the nation is owed to the United States, but if we are true to our principles we must also think of serving the interests of mankind at large.’ And Woodrow Wilson said: ‘A patriotic American is never so proud of the flag under which he lives as when it comes to mean to others, as well as to himself, a symbol of hope and liberty.’ And we say – we say today that a young America shall fulfill her destiny by helping to build a new world in which men can live together in peace and justice and freedom with each other.”

**Richard M. Nixon**. 1960 Republican National Convention Acceptance Address. Delivered 28 July 1960, International Amphitheatre, Chicago, IL.

Vários fatores afetam o modo como cada governo conduz sua política externa, incluindo as pressões impostas pelo sistema internacional, as demandas da sociedade civil (nas democracias), a estrutura das instituições políticas e, como este trabalho tentará mostrar, as idéias dos tomadores de decisão. Levando em consideração tais fatores, sem ignorar suas experiências históricas, cada Estado adota uma maneira distinta de abordar a política internacional. As estratégias de política externa de um determinado país podem variar consideravelmente, mas seus governos tendem a exibir padrões de comportamento comum enquanto tentam interpretar e responder a acontecimentos no sistema interestatal.

Quando George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2001, foram adotadas mudanças significativas na doutrina de política externa do país. O novo presidente republicano, junto com sua equipe de política externa, decidiu que a estratégia internacionalista liberal vigente no governo anterior não era a melhor para representar as aspirações internacionais do povo norte-americano. Caracterizada pela promoção de uma ordem internacional pró-americana, a estratégia do governo Clinton propunha que organizações internacionais fortes seriam a chave para a criação de um sistema internacional estável e democrático.

Não era assim, no entanto, que Bush pensava. O presidente criticou o governo anterior por se engajar em operações de *nation-building* e por realizar intervenções humanitárias pelo mundo. Dentre as inúmeras promessas feitas durante a campanha eleitoral estavam presentes a garantia de maior cautela em relação ao uso da força e a defesa de uma abordagem menos intervencionista com relação aos assuntos internos dos outros países. Como afirmou sua então conselheira de segurança nacional, Condoleezza Rice, a respeito da presença de tropas em operações de *nation-building* nos Bálcãs, “[c]arrying out civil administration and police functions is simply going to degrade the American capability to do the things America has to do. We don't need to have the 82nd Airborne escorting kids to kindergarten”<sup>1</sup>.

Em resumo, Bush se mostrava um cético do multilateralismo e defendia uma estratégia realista para a inserção internacional dos Estados Unidos. A defesa da nova abordagem tornar-se-ia clara pelas palavras do próprio presidente, durante um debate eleitoral realizado em 2000: “When it comes to foreign policy, that’ll be my guiding question: is

---

<sup>1</sup> RICE, Condoleezza. Citada em: **American power: The hobbled hegemon**. The Economist, Jun 28th 2007.

it in our nation's interests?"<sup>2</sup>. A administração de George Bush se movia, assim, para cada vez mais longe dos valores democrático-liberais, rumo a uma estratégia de política externa menos presunçosa e mais realista que se basearia inteiramente nos supostos interesses nacionais dos Estados Unidos.

A partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, no entanto, a administração de George Bush resolveu fazer uma revisão drástica de sua doutrina de política externa. A nova estratégia de política externa norte-americana pode ser encaixada no conceito que Dueck<sup>3</sup> chama de “estratégia de primazia”. A preponderância estadunidense começou a ser enfatizada, deixando para trás o equilíbrio de poder defendido pelos realistas. A superioridade militar e a ação internacional unilateral preemptiva seriam os principais instrumentos para a busca de um novo objetivo externo: a promoção mundial da democracia. Como afirmou o próprio presidente:

“The survival of liberty in our land increasingly depends on the success of liberty in other lands. The best hope for peace in our world is the expansion of freedom in all the world. (...) Advancing these ideals is the mission that created our Nation. It is the honorable achievement of our fathers. Now it is the urgent requirement of our nation's security, and the calling of our time. So it is the policy of the United States to seek and support the growth of democratic movements and institutions in every nation and culture, with the ultimate goal of ending tyranny in our world”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> BUSH, George W. **Presidential Debate in Winston-Salem, North Carolina.** October 11, 2000.

<sup>3</sup> DUECK, Colin. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy.** Princeton University Press, 2006, p.7.

<sup>4</sup> BUSH, George W. **Inaugural speech to second term.** January 20, 2005. Disponível em: <[www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/print/20050120-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/print/20050120-1.html)>.

Seria uma simples coincidência que a exportação de democracia, um valor liberal que Hartz<sup>5</sup> afirma estar presente e constante no pensamento político dos Estados Unidos desde a formação do país, tenha se tornado o objetivo de um governo que se diz realista? Se o realismo defende uma política externa pautada por interesses (e não por valores), por que quando o presidente George Bush e seus assessores procuraram por uma solução, uma resposta aos atentados terroristas de 2001, eles se voltaram exatamente para o reforço dos valores liberais clássicos, da mesma maneira que tantos outros líderes norte-americanos o fizeram antes deles?

O objetivo dessa dissertação é analisar a influência da tradição liberal na opção do governo Bush por uma política externa baseada na promoção da democracia pelo uso da força no pós-11 de setembro. Para isso pretende-se, mais especificamente, investigar se o recente percurso escolhido por Washington representa um afastamento anômalo da tradição de política externa dos Estados Unidos ou se ele se encaixa nesta tradição e a amplia; analisar como a exportação de democracia, embora aparentemente contrária ao realismo defendido pelo governo, pode ser explicada pela predominância de valores liberais na política externa dos Estados Unidos; e explicar a relação entre a visão de mundo defendida pelo governo Bush e as ações externas perseguidas pelo país ou, mais especificamente, analisar em que medida a tradição liberal afetou a decisão de invadir o Iraque.

A importância desse tema torna-se evidente ao se perceber que dentre as diversas variáveis independentes que a literatura identifica como benéficas ou prejudiciais à consolidação da democracia, o foco na promoção de democracia por variáveis externas

---

<sup>5</sup> HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America – an interpretation of American political thought since the revolution**. New York: Harcourt, Brace & World, 1955, ch. 1.

constitui um tema relativamente pouco estudado, sendo considerado, na maioria das vezes, pró-americano. E dentro das variáveis externas, promover a democracia pelo uso da força parece injustificável tanto em termos de legitimidade quanto em termos de interesses nacionais e cabe, portanto, um questionamento da estratégia norte-americana.

Além disso, enfatiza-se que os ataques terroristas do 11 de setembro produziram, como efeito, um aumento da importância que os Estados Unidos e seus aliados europeus dão aos esforços relacionados à promoção de democracia no Oriente Médio e pelo mundo como um todo. Mesmo após uma tragédia terrorista, o fato de a democracia ocupar lugar de destaque na retórica do *hegemon* demonstra a relevância do tema tanto no campo acadêmico como no campo político-doutrinário que se desenvolve no sistema internacional e influencia a política externa dos demais países do mundo.

Em terceiro lugar, esta dissertação tenta preencher um pequeno espaço dentro de um ponto teórico pouco discutido pela literatura. Apesar da importância histórica e da centralidade do tema para a política norte-americana de segurança e defesa, são raras as fontes que tratam de maneira rigorosa da variação na estratégia de promoção de democracia pelos Estados Unidos. A maioria das democracias liberais compartilha o objetivo básico da democratização, mas frequentemente elas mantêm opiniões divergentes a respeito de como promover instituições democráticas e boa governança. Por que o governo Bush passou a acreditar na capacidade do uso da força para atingir este objetivo apenas após o 11 de setembro?

Em quarto lugar, em termos de teoria das relações internacionais, há certo consenso de que tanto os fatores materiais quanto os ideacionais têm importância no jogo da política



internacional e na análise de políticas externas. Decisões de política externa são influenciadas não apenas pelas capacidades que os atores possuem, mas pelas idéias e suposições sobre como essas capacidades podem ser usadas de maneira mais eficiente. Os mecanismos causais apontados para explicar a mudança de estratégia de promoção de democracia no governo Bush poderão servir, por exemplo, para uma melhor avaliação de como outros Estados realizam suas escolhas a respeito da democratização, mostrando que as capacidades são importantes, mas somente quando combinadas a certas idéias domésticas.

Por último, cabe aqui uma clarificação: este trabalho não pretende avaliar o sucesso ou o fracasso das escolhas políticas do governo Bush. Tenta-se construir um argumento a respeito de uma dimensão relativamente estreita da política externa norte-americana no pós-11 de setembro: a mudança de preferência por uma política de exportação de democracia baseada na persuasão e no exemplo, para outra baseada no ativismo liberal, incluindo o uso da força. Não se defende também que um impulso liberal de transformação seja o único responsável pela nova doutrina de política externa do governo em questão; o caso do Afeganistão, por exemplo, envolve uma intervenção militar iniciada por outros motivos estratégicos, mas que finalmente acomodou um importante componente de democratização. Interessa-se apenas em compreender por que, em um primeiro momento, Bush rejeitava ajudar a construção de Estados democráticos como uma opção política, mas passou a considerá-la viável após o 11 de setembro.

## **Exemplaristas vs. Vindicacionistas: o Argumento Teórico**

Análises históricas revelam como a política externa norte-americana tem sido influenciada por valores culturais permanentes e seus impactos na identidade nacional e na definição de aliados e inimigos. A cultura política é comumente expressada pelas concepções populares de identidade nacional. Políticas públicas, domésticas ou externas, são marcadas pelas atitudes e crenças coletivas.

A percepção norte-americana de que sua nação é excepcional<sup>6</sup> não está baseada na identidade étnica, na língua ou na religião, mas em crenças amplamente compartilhadas de liberdade individual, governo representativo e limitado, mercado livre e autodeterminação nacional. Tais princípios formam uma identidade nos Estados Unidos que define a relação entre o Estado e a sociedade e provê a base para o nacionalismo norte-americano.

Os norte-americanos, em geral, não percebem o quão poderoso é a influência daquilo que Hartz chama de “tradição liberal”<sup>7</sup> em seus modos de agir e de pensar. Conseqüentemente, eles tendem a imaginar que escaparam desse domínio quando, na verdade, ainda não conseguiram. Como defende Packenham, a tradição liberal tem muitas “camadas de significado”. Retirar uma camada não significa se livrar de seus efeitos etnocêntricos, já que há sempre mais camadas de significado logo abaixo<sup>8</sup>. Não se pretende defender aqui que a tradição liberal é a única explicação para as doutrinas

---

<sup>6</sup> A questão do excepcionalismo norte-americano será mais bem discutida no capítulo seguinte.

<sup>7</sup> HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. op. cit.

<sup>8</sup> PACKENHAM, Robert A. **Liberal America and the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1973, p. 21.

de política externa norte-americanas, mas que a sua influência nessas doutrinas tem sido insuficientemente percebida e geralmente subestimada.

Assim, este trabalho sugere que subjacente à política externa norte-americana há uma constante tensão entre um sistema internacional percebido como anárquico e predisposto ao conflito, e tais valores normativos. Guiada por estes valores, a política externa norte-americana se tornou uma campanha moral direcionada não apenas a proteger os interesses nacionais, mas também a salvar o “caótico” sistema internacional de si mesmo. Os dois objetivos são vistos como inseparáveis: um mundo mais democrático será mais pacífico e apenas em tal mundo os Estados Unidos estariam realmente seguros.

Apesar de os norte-americanos enxergarem seus valores como universais e as ações externas de seus governos como inspiradas por uma “providência”, eles normalmente discordam sobre os meios apropriados para atingir os objetivos de sua política externa. Duas abordagens diferentes são reconhecidas pela literatura: a primeira, denominada exemplarista, é mais moderada, encoraja que os cidadãos se foquem no desenvolvimento doméstico, restringe as ações externas de Washington e impede o surgimento de um grande efetivo militar, porque o objetivo é liderar pelo exemplo; já a segunda abordagem, denominada vindicacionista, acredita ser necessário intervir preventivamente e agir como a polícia mundial, tomar medidas efetivas para espalhar os valores políticos “universais” e defender a missão moral da nação, mesmo que pelo uso da força.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A literatura costuma denominar tais perspectivas como “exemplarista” e “vindicacionista” seguindo nomenclatura proposta em BRANDS, H. W. **What America owes the World: The struggle for the soul of foreign policy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

Tanto exemplaristas quanto vindicacionistas derivam dos valores liberais que apontam os Estados Unidos como um instrumento de transformação democrática no sistema internacional. Dado este amplo acordo a respeito dos objetivos estratégicos e morais, o debate se dá entre os meios políticos utilizados para perseguir esta missão. Uma estratégia é organizada em torno do conceito dos Estados Unidos como um exemplo, a outra prefere a definição dos Estados Unidos como missionário e evangelista. Em jogo entre estas abordagens estão uma série de alegações a respeito da natureza da política internacional e da capacidade de o poder norte-americano produzir grandes mudanças sócio-políticas no mundo. Estas abordagens são, em efeito, teorias alternativas de promoção de democracia. É importante destacar que essa classificação diz respeito apenas às preferências por uma das estratégias de promoção de democracia e não sobre a opinião de cada grupo político sobre o papel que os Estados Unidos deveriam exercer no mundo. Isso significa que se reconhece a existência de grupos que defendem uma postura supremassista para os Estados Unidos pensando apenas nos interesses materiais do país, sem se importar com a democracia; ou ainda de grupos que apóiam a defesa ativa da democracia no cenário internacional, mas que não são favoráveis ao uso da força, preferindo medidas mais leves como políticas de ajuda externa ou pressões diplomáticas.

Kissinger reconhece que as duas atitudes contraditórias conformaram a política externa norte-americana durante sua história: “The first is that the US best serves its own values by perfecting democracy at home, acting as a beacon for the rest of the world; the second, that the US values require that it lead a world crusade on their behalf”<sup>10</sup>. A linguagem de Kissinger, definindo os Estados Unidos como “*beacon*” ou “*crusader*”, é

---

<sup>10</sup> KISSINGER, Henry A. (1994). **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, p. 11.

bastante usada por exemplaristas e vindicacionistas, como se verá no decorrer desta dissertação.

Para Davis e Lynn-Jones,

“Exceptionalist ideas have influenced American foreign policy throughout U.S. history, but the consequences have varied greatly. Ironically, exceptionalism can stimulate both crusading interventionism and complacent withdrawal from world affairs. The sense of moral superiority on which exceptionalism is based and the attendant American determination to spread American ideals around the world have justified all manner of U.S. involvements in foreign affairs. But this same sense of superiority has also sometimes given Americans an excuse to remain smug and content in an isolationist cocoon, well protected from ‘corrupt’ or ‘inferior’ foreigners.”<sup>11</sup>

Poderia ser argumentado que variações entre as duas abordagens de promoção de democracia podem ser inteiramente explicadas por variações de poder. O realismo político prevê que, devido a incentivos e constrangimentos criados pelo sistema internacional, a expansão e a contração dos interesses políticos de cada Estado tendem a corresponder a variações de seu poder relativo. Como afirma Montén<sup>12</sup>, de fato, a grande mudança histórica do exemplarismo para o vindicacionismo ocorrida no século XX se correlaciona com um aumento massivo do poder relativo norte-americano: assim que os Estados Unidos adquiriram a capacidade de utilizar a intervenção como um mecanismo de transformação democrática, eles o fizeram.

Mas será que o exemplarismo anterior pode ser inteiramente explicado pelo fato de os líderes políticos norte-americanos presidirem um Estado fraco e desunido? O exemplarismo seria inaplicável para a condução da hegemonia norte-americana atual?

---

<sup>11</sup> DAVIS, Tami R. and LYNN-JONES, Sean M. “**Citty upon a hill**”. *Foreign Policy*, nº 66, Spring 1987, p. 21. Disponível em: <[www.foreingpolicy.com/ning/archive/archive/066/davis\\_lynn\\_jones.pdf](http://www.foreingpolicy.com/ning/archive/archive/066/davis_lynn_jones.pdf)>.

<sup>12</sup> MONTEN, Jonathan. **The roots of the Bush Doctrine**. *International Security*, vol. 29, nº 4 (Spring 2005), p. 115.

Ou ainda, nas palavras de Kagan, o exemplarismo seria apenas uma “arma dos fracos”<sup>13</sup>? De acordo com a posição assumida por este trabalho, não! Embora o poder seja um fator importante, variações na estratégia de promoção de democracia também dependem de mudanças ideacionais na doutrina de política externa. Assim, ainda que o ativismo democrático dependa de condições materiais, é necessária a presença de uma ideologia que favoreça o vindicacionismo.

Defende-se aqui que o fato de o presidente George Bush e seus assessores terem se voltado exatamente para o reforço dos valores liberais clássicos (vindicacionismo) após o 11 de setembro não foi obra do acaso, como se mostrará adiante. Apesar de o governo norte-americano argumentar que a mudança de estratégia tenha sido apenas uma resposta natural ao terrorismo, acredita-se aqui que as relações causais entre o 11 de setembro e a nova doutrina de política externa sejam um pouco mais complicadas.

É interessante perceber que, do ponto de vista realista-estrutural, o terrorismo sequer tem grande significância, já que não representa mudanças na distribuição internacional de poder. A intenção aqui não é a de desmerecer os impactos políticos, econômicos ou humanos dos atentados terroristas. É óbvio que eles tiveram, no mínimo, um papel catalisador para o surgimento do novo paradigma, mas o novo objetivo da política externa norte americana (exportar democracia) não foi causado por forças estruturais do sistema internacional, como defendem os realistas.

É claro que os interesses de segurança serviram de base inicial para análise de qualquer resposta a ser dada. Mas o porquê de se escolher a promoção de democracia pelo uso da

---

<sup>13</sup> KAGAN, Robert. **Power and Weakness**. Policy Review, nº 113 (June-July 2002), p. 3. Disponível em: <<http://www.esi2.us.es/~mbilbao/pdf/FILES/rkagan.pdf>>.

força no Iraque e não simplesmente aumentar a segurança interna, ou adotar uma política de contra-terrorismo mais agressiva, ou ainda, usar os atentados como desculpa para a retirada das tropas norte-americanas do Oriente Médio, é uma questão que apenas um exame ideacional dos tomadores de decisão poderia responder. Além disso, os atentados terroristas não foram interpretados como um distúrbio na distribuição de poder internacional em que os Estado Unidos foram os únicos perdedores, mas foram vistos como um ataque permitido e possibilitado pela existência de regimes autoritários contra uma suposta comunidade de democracias.

Assim, o que aconteceu após o 11 de setembro talvez se encaixe melhor em um modelo de explicação que considere, como propõem principalmente Goldstein e Keohane<sup>14</sup>, no nível do indivíduo, o papel das idéias no processo de tomada de decisão. Pensando de acordo com um modelo ideacional de ajuste estratégico, os atentados terroristas funcionaram como um choque externo às idéias até então predominantes, atingindo tanto o público quanto o governo norte-americano. Um ataque em solo estadunidense motivou a busca por uma nova estratégia que pudesse prevenir novas catástrofes.

Uma característica importante deste processo, é que a estratégia escolhida não era a única disponível. A retaliação contra o governo do Afeganistão até poderia ser esperada, já que o Talibã abrigava os responsáveis pelo 11 de setembro. Uma estratégia contra-terrorista mais agressiva também não poderia ser descartada. Mas além destas mudanças, não é evidente que os Estados Unidos precisassem agir de acordo com uma nova doutrina de política externa. Agindo como choque externo, os atentados terroristas

---

<sup>14</sup> GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, R. O. (eds.), **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

abriram uma janela de oportunidade para defensores de idéias diferentes daquelas até então predominantes.

De fato, os principais tomadores de decisão, incluindo o próprio presidente, se aproveitaram da oportunidade de definir a agenda do país e alterar sua doutrina de política externa. Como afirmou o então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, “9/11 created the kind of opportunities that World War II offered, to refashion the world”<sup>15</sup>. O ajuste, resumido pela Guerra do Iraque, foi mais agressivo e mais idealista que a estratégia anterior. Ele foi fundamentado em antigas e clássicas suposições liberais sobre como responder a ameaças externas.

Concluindo, é importante destacar que, como argumenta Jervis<sup>16</sup>, o debate interno nos Estados Unidos a respeito da Guerra no Iraque nunca foi, em sua maioria, contrário ao ideal de promover democracia. Foi questionada a decisão de usar a força para retirar o regime autoritário de Saddam Hussein com o argumento de que o Iraque possuiria armas de destruição em massa que poderiam ameaçar interesses norte-americanos. É debatida a estratégia de guerra adotada pelo presidente. São controversos os custos insustentáveis da guerra. A respeito do apoio ao estabelecimento de um regime democrático iraquiano após a queda de Saddam Hussein, no entanto, o consenso tem se mantido firme.

## **Procedimentos Metodológicos**

---

<sup>15</sup> SHANKER, Tom. **Secretary Rumsfeld Interview**, *New York Times*, 12 October 2001. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=2097>>.

<sup>16</sup> JERVIS, Robert. **Understanding the Bush Doctrine**. *Political Science Quarterly*, volume 118, number 3, 2003, p. 386.



A hipótese deste trabalho pode ser dividida em duas partes:

(1) Variações na estratégia de promoção de democracia dependem significativamente de mudanças ideacionais na doutrina de política externa;

Períodos ativistas de promoção de democracia pelo uso da força podem ser explicados tanto pela expansão das capacidades materiais norte-americanas quanto pela presença de uma ideologia doméstica que favoreça o vindicacionismo. Em conjunto com as oportunidades estratégicas possibilitadas pelo poder relativo dos Estados Unidos, a presença de idéias domésticas que favoreçam o exemplarismo ou o vindicacionismo, pode ajudar a explicar, por exemplo, o porquê de os Estados Unidos ora apoiarem regimes democráticos, ora regimes autoritários, especialmente no pós-Guerra Fria; ou ainda, quando os Estados Unidos promovem democracia em resposta a problemas de segurança.

A capacidade de projetar poder é uma variável necessária, porém insuficiente para explicar a emergência, ocorrida em 2001, de uma doutrina de política externa fundamentada no uso da força para construir instituições e práticas democráticas no exterior a partir de outra baseada no exemplo. Para entender esta mudança, é preciso incluir mais uma variável: a presença de um conjunto de crenças que confie na capacidade de o poder nacional ser utilizado para conformar sistemas políticos de outros países. No governo Bush, o neoconservadorismo forneceu essa base. Muitos argumentam que os Estados Unidos promovem democracia pelo uso da força quando a liberalização é percebida como parte de seus interesses de segurança nacional, mas estas

abordagens não conseguem explicar por que a democratização via poder militar é vista como uma política viável ou efetiva em algumas circunstâncias, mas não em outras.

(2) Agindo como um choque externo, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 funcionaram como uma janela de oportunidades para que as idéias vindicacionistas fossem acolhidas;

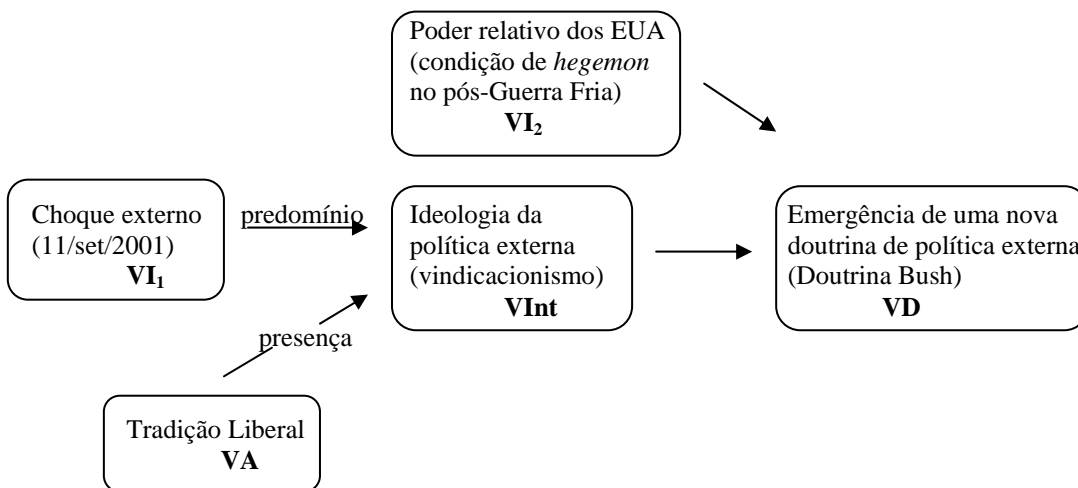
Com relação à doutrina Bush, se o poder relativo dos Estados Unidos determina os parâmetros básicos de sua política externa, a sua condição de *hegemon* no pós-Guerra Fria criou um ambiente permissivo no qual uma ideologia agressiva de promoção de democracia pudesse prosperar. Mas foi apenas com o 11 de setembro que essas idéias puderam vir à tona. Isso porque os atentados terroristas funcionaram como um choque externo às idéias até então predominantes, atingindo tanto o público quanto o governo norte-americano. Um ataque em solo estadunidense motivou a busca por uma nova estratégia que pudesse prevenir novas catástrofes. Entre as várias alternativas de ação disponíveis<sup>17</sup>, fortaleceu-se uma estratégia fortemente baseada nos valores e princípios da tradição liberal e já abraçada por parte significativa da equipe de Bush: o vindicacionismo.

Esquemáticamente, pode-se apresentar o seguinte diagrama causal:

---

<sup>17</sup> As alternativas de ação teoricamente disponíveis para os Estados Unidos após os atentados terroristas de 2001 serão discutidas no capítulo 4.

**Figura I: Diagrama Causal**



Este trabalho baseou-se em métodos qualitativos e quantitativos. Especificamente:

- a) Revisão da literatura de análise da influência das idéias no processo de tomada de decisão e da literatura referente à predominância de valores liberais nos Estados Unidos para identificação dos valores e princípios normativos da democracia liberal ocidental e suas influências após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001;
- b) Revisão da literatura de política externa norte-americana pós-Guerra Fria, aí localizando e comparando as duas doutrinas de política externa adotadas pelo governo Bush;
- c) Análise de conteúdo, qualitativa e quantitativa, de discursos de tomadores de decisão (Presidente e Secretários de Estados) em órgãos públicos americanos (Comissões do Senado e da Câmara, Departamento de Estado, Casa Branca) e em organismos internacionais (OTAN, ONU) para a identificação dos princípios e valores liberais e para a percepção de mudanças ideacionais dos tomadores de decisão;

d) Estudo de caso referente à decisão pela operação militar no Iraque através da análise de artigos de jornais e de revistas especializadas (*Washington Post*, *The New York Times*, *Foreign Policy*, *Foreign Affairs*, e outros) do período posterior aos ataques terroristas do 11 de setembro para análise das justificativas dadas para a invasão e do peso da influência da tradição liberal nesta decisão.

A análise dos discursos dos tomadores de decisão norte-americanos, para a identificação de valores e princípios ideológicos da democracia liberal ocidental na doutrina da política externa dos Estados Unidos, deu-se de acordo com a disponibilidade destes na internet. Os discursos do presidente Bush foram coletados no sítio *The American Presidency Project*, da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (<http://www.presidency.ucsb.edu>), e incluem os seguintes discursos: *State of the Union*, *Major Addresses to the Nation*, *Oral Addresses to the Congress*, *Inaugural Addresses* e os discursos formadores da doutrina Bush. Os discursos dos secretários de Estados foram coletados no sítio do Departamento de Estados (<http://www.state.gov>) e incluem os discursos proferidos na ONU, na OTAN e no Congresso dos Estados Unidos por Colin Powell e Condoleezza Rice. Os discursos referem-se aos dois mandatos completos do presidente Bush e somam um total de 241 pronunciamentos. Uma tabela com os discursos classificados está disponível no Anexo I<sup>18</sup>.

O restante deste trabalho se organiza da maneira a seguir:

---

<sup>18</sup> Essa classificação de discursos constitui parte do banco de dados de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, coordenada pela professora Maria Helena de Castro Santos e tendo como pesquisador assistente o autor desta dissertação. O exame dos pilares das doutrinas de política externa dos Estados Unidos é realizado pela análise de conteúdo, qualitativa e quantitativa, dos discursos dos tomadores de decisão norte-americanos, cobrindo-se o período pós-Guerra Fria.

O capítulo 1 revisa a literatura a respeito da Tradição Liberal. São discutidas as origens dessa tradição nos Estados Unidos e suas influências na construção da idéia de nação excepcional. São ainda analisadas algumas leituras contemporâneas de suas influências durante a história norte-americana, sendo abordadas especialmente a interpretação da escola do consenso, que prevaleceu durante a Guerra Fria, e a manifestação liberal nos governos do pós-Guerra Fria.

O capítulo 2 debate os argumentos teóricos da dissertação, explicando a oposição entre as duas estratégias de promoção de democracia (exemplarismo e vindicacionismo) e debatendo os papéis do poder (perspectiva realista) e das idéias (perspectiva idealista) na explicação da mudança de uma estratégia para outra.

Os capítulos 3 e 4 constituem a base empírica da dissertação e avaliam a aplicação dos argumentos expostos anteriormente no caso da formação da doutrina Bush. Primeiramente expõe-se a estratégia do governo Bush que prevaleceu até os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Em seguida, analisa-se os impactos dos atentados, a formação da nova doutrina e a decisão de invadir o Iraque. Por último avalia-se o peso da tradição liberal no pensamento neoconservador e sua influência na formulação da Doutrina Bush.

Na conclusão, aproveita-se o desenvolvimento teórico da dissertação para tentar explicar e prever o futuro das idéias vindicacionistas nos Estados Unidos. Discute-se a possível influência dos resultados da Guerra no Iraque para a estratégia de promoção de

democracia de Bush, apresentam-se os principais achados da dissertação e tenta-se explicar qual o lugar da democracia na política externa de Obama.

## Capítulo 1: A Tradição Liberal e as Origens do Excepcionalismo

### Norte-Americano

“The tree of liberty must be refreshed from time to time with the blood of patriots and tyrants”.

**Thomas Jefferson**, Letter to William Stephens Smith, Paris, Nov. 13, 1787.

“America has never been united by blood or birth or soil. We are bound by ideals that move us beyond our backgrounds, lift us above our interests and teach us what it means to be citizens”.

**George W. Bush**, Inaugural address, 2001.

Únicos entre os países do mundo, tanto os Estados Unidos como a identidade coletiva de seu povo foram conscientemente criados com um sentido de propósito. A identidade nacional norte-americana está baseada na crença de que os princípios e valores nacionais (liberais) são derivados de qualidades e capacidades compartilhados por todos os povos do mundo. Como afirma Lipset,

“Becoming American [is] a religious, that is, ideological act. ... The United States is a country organized around an ideology which includes a set of dogmas about the nature of a good society. Americanism ... is an ‘ism’ or ideology in the same way that communism or fascism or liberalism are isms... In Europe, nationality is related to community, and thus one cannot become un-English or un-Swedish. Being an American, however, is an ideological commitment. It is not a matter of birth. Those who reject American values are un-American”<sup>19</sup>.

A crença de que os Estados Unidos são uma nação excepcional é inerentemente normativa. O excepcionalismo significa mais do que ser meramente diferente dos outros; todas as sociedades e, em efeito, todos os indivíduos são únicos e não há um

---

<sup>19</sup> LIPSET, Seymour Martin. **American Exceptionalism: A Double-Edged Sword**. New York: W.W. Norton, 1996, p. 18, 31.

porquê de se derivar todo um sentimento nacional deste fato. O excepcionalismo, portanto, conota um elemento de superioridade. Os Estados Unidos teriam conseguido, de maneira relativamente fácil, resolver o até então intratável desafio de se estabelecer um regime político que fosse, ao mesmo tempo, livre e estável, demonstrando o talento extraordinário que falta aos outros povos do mundo. Por sua vez, tal nobilíssima descoberta não só autorizaria, mas encarregaria os norte-americanos de uma missão, uma responsabilidade peculiar de liderar outras nações e promover os seus anseios por liberdade. Um fortalecimento do papel dos Estados Unidos no cenário internacional seria, portanto, *ipso facto*, legítimo e bom para a humanidade.

Parte importante da hipótese deste trabalho é justamente a suposição de que a tradição liberal afeta, de maneiras diferentes, todos os grupos político-sociais norte-americanos. Este capítulo investiga as origens e o desenvolvimento dos princípios e valores liberais nos Estados Unidos para entender o processo de formação da identidade nacional de seu povo. Esta análise é importante porque ajudará a compreender a visão norte-americana a respeito da possibilidade de democratização em outros países do mundo, foco do próximo capítulo.

### **As Raízes Históricas e Religiosas da Tradição Liberal**

Quando os discursos de George W. Bush posicionam os Estados Unidos como portadores de uma missão perante o mundo, uma missão que foi abençoada por um ser sobrenatural supremo<sup>20</sup>, ele está articulando uma percepção que surgiu com os primeiros

---

<sup>20</sup> Por exemplo: “Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to



oradores puritanos do século XVII. Eles eram protestantes ingleses que apoiavam a reforma iniciada pelo Rei Henrique VIII, e que desejavam “purificar” a Igreja Britânica das formas corruptas do cristianismo romano. Para o azar de sua causa, o “Compromisso Isabelino” (*Elizabethan Settlement*) de 1559 conciliou o protestantismo radical e o catolicismo romano, tornando os puritanos fortes oponentes do Estado<sup>21</sup>. O resultado foi uma era de guerra civil e perseguição que acabou forçando, na virada do século, muitos puritanos a deixar a Inglaterra rumo aos Estados Unidos.

A partir dessas origens, os Estados Unidos têm tradicionalmente se percebido como uma nação especial e única, engajada em desempenhar um papel indispensável para o benefício da humanidade. Os líderes puritanos, que entendiam sua migração para os Estados Unidos em termos bíblicos, já se retratavam como os filhos modernos de Israel que se moviam em direção à Nova Canaã para promover uma igreja que ofereceria a salvação ao resto do mundo. Esta visão inspirou o nacionalismo norte-americano com a crença de que os Estados Unidos seriam o instrumento divino escolhido para levar ao mundo um governo e uma sociedade na qual os indivíduos finalmente possuiriam as liberdades que Deus havia concedido.

Nos séculos XVIII e XIX, a retórica política dos *founding fathers* cooptou a ética e o senso de propósito do puritanismo, usando-os para construir uma narrativa patriótica e adaptando-os para justificar suas instituições nascentes. A excepcional falta de precedente histórico, além de outros fatores como a própria localização geográfica, seriam supostamente responsáveis pelas vantagens econômicas e pela segurança

---

humanity”. BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 28, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 20, 2004.

<sup>21</sup> MILLER, Perry. **American puritans: Their prose and poetry**. Garden city: Doubleday, 1956, p. 1-2.

nacional dos Estados Unidos<sup>22</sup>. Na verdade, a separação física era vista como uma distinção qualitativa política e moral entre o novo e o velho mundo. A posição geográfica destacaria a oportunidade concedida por Deus para que os norte-americanos conduzissem o desenvolvimento interno e o experimento democrático sem o risco de perder sua “pureza” pela interferência européia. De fato, a crença era a de que os Estados Unidos estariam construindo um novo modo de vida, um novo sistema social e, enfim, um novo homem, capaz de agir sob novos princípios.

Esses benefícios reforçavam a auto-percepção de um povo que acreditava que sua história havia sido abençoada e destinada a um propósito especial ordenado por Deus. A imagem de um “excepcionalismo norte-americano”, anterior mesmo à formação do Estado norte-americano, proveu a estrutura e o construto necessários para justificar a promoção dos valores e princípios democráticos para o resto do mundo. A longevidade desta fórmula retórica continua aparente nos discursos de George W. Bush, nos quais eventos geopolíticos são traduzidos em uma metáfora que une o país através de uma mitologia nacionalista.

O movimento puritano nos Estados Unidos era bastante dividido, mas todos articulavam consistentemente um suposto grande propósito em linguagem bíblica. Em 1630, por exemplo, John Winthrop liderou um movimento puritano para Boston em um processo que ficou conhecido como a “Grande Migração”. Antes de desembarcar em Boston, Winthrop teve a visão de que estaria desempenhando o papel de Moisés em um ainda mais poderoso Êxodo. Inspirando-se no Sermão da Montanha, ele escreveu em seu jornal que o Deus de Israel estaria entre eles e que ele e sua congregação,

---

<sup>22</sup> LYNCH, Timothy J. and SINGH, Robert S. **After Bush: The case for continuity in American foreign policy**. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 17-45.

“shall be as a city upon a hill, the eyes of all people are upon us. So that if we shall deal falsely with our God in this work we have undertaken, and so cause Him to withdraw His present help from us, we shall be made a story and a by-word through the world”<sup>23</sup> (ênfase adicionada).

Os colonos, ao construir tal “*city upon a hill*”, se viam destinados a completar as profecias bíblicas. A linguagem usada na Bíblia por Isaías (2: 2-3) que profetizava o estabelecimento da cidade sagrada de Deus, Jerusalém, a “*city upon a hill*”, como o centro do poder (secular e divino) seria novamente usado pelo evangelista Mateus (5: 14) para apontar Jesus como aquele que completaria tal promessa. Esta era a visão que mais tarde se tornaria a expectativa dos apóstolos enquanto eles estabeleciam a Nova Igreja Cristã (Atos dos Apóstolos: 2, 17) e também dos colonos que se entendiam como o povo escolhido para estabelecer a Nova Jerusalém, que completaria finalmente a profecia<sup>24</sup>. Conseqüentemente a construção desta nova sociedade simbólica era vista pelos cidadãos como uma missão divina com o potencial de iniciar o reino de Deus na terra e causar o retorno de Jesus Cristo. Requeria-se apenas que os cidadãos se mantivessem como um “*holy people*”, visto que Deus já os teria escolhido para a realização de suas promessas.

Central para a conclusão de sua igreja perfeita, ou da “*city upon a hill*”, era a requisição de que cada membro da comunidade agisse de acordo com o Pacto da Graça. Esse pacto

---

<sup>23</sup> DAVIS, Tami R. and LYNN-JONES, Sean M. **Citty upon a hill**. op. cit., p. 21. Ver semelhanças com o Sermão da Montanha, em Mateus 5:14-16: “You are the light of the world. A city set on a hill cannot be hid. Nor do men light a lamp and put it under a bushel, but on a stand, and it gives light to all in the house. Let your light so shine before men, that they may see your good works and give glory to your Father who is in heaven”. No trecho bíblico, Jesus Cristo quer que seus discípulos estejam conscientes de que devem estar unidos a todos aqueles que anseiam por um mundo novo. Eles não podem se omitir dessa missão, e precisam dar testemunho dela através de suas obras. Não se comprometer com a missão é deixar de ser discípulo do Reino de Deus. A missão norte-americana se desenvolve de maneira muito semelhante: os norte-americanos devem se unir àqueles que anseiam por um mundo democrático; omitir-se dessa tarefa significa renegar os valores liberais e, como afirmou Lipset, deixar de ser americano.

<sup>24</sup> SEIGLIE, Mario. **The True Shining City Upon the Hill**. United News, July 2004.

era importante porque enumerava os termos para a salvação, deixando claro como os indivíduos eram selecionados e admitidos no céu. Para garantir as condições do retorno de Jesus Cristo, toda a comunidade deveria agir de acordo com este pacto, e para manter a comunidade no curso correto, aqueles que demonstravam sua boa reputação diante de Deus eram considerados “*Visible Saints*”, e eleitos para governar<sup>25</sup>.

Talvez o mais visível dos santos tenha sido John Winthrop. Winthrop favorecia um governo eleito, mas defendia que a instituição em si derivava de Deus, garantindo à elite no poder um mandato divino e um canal de comunicação exclusivo com Deus<sup>26</sup>. Os *visible saints* eram predestinados à salvação e acreditavam ser capazes de ver e interpretar eventos diários usando a tipologia bíblica para mostrar como a comunidade estava progredindo na avaliação de Deus. Discursos políticos freqüentemente tomavam a forma de sermões, também conhecidos como *jeremiads*, em referência às pregações do profeta Jeremias. Na Nova Inglaterra, havia o costume de se usar os *jeremiads* para interpretar eventos negativos como expressões da vingança de Deus, que eram, por sua vez, prova do amor divino, já que possibilitavam à comunidade uma chance de renovar sua fé coletiva e executar seu destino excepcional<sup>27</sup>.

Os *jeremiads* empregavam tipologias sócio-políticas, religiosas e punitivas que contribuíram para a linguagem do excepcionalismo norte-americano. Implícita nesta

---

<sup>25</sup> MADSEN, Deborah L. **American Exceptionalism**. Jackson: University Press of Mississippi, 1998, p. 12, 21, 37.

<sup>26</sup> O canal de comunicação com Deus parece permanecer ativo ainda hoje. Logo após a invasão do Iraque, por exemplo, George W. Bush teria afirmado: “I am driven with a mission from God... God would tell me, ‘George go and fight these terrorists in Afghanistan’. And I did. And then God would tell me ‘George, go and end the tyranny in Iraq’. And I did... And now, again, I feel God’s words coming to me, ‘Go get the Palestinians their state and get the Israelis their security, and get peace in the Middle East’. And, by God, I’m gonna do it”. MacASKILL, Ewen. **George Bush: ‘God told me to end the tyranny in Iraq’**. The Guardian, Friday 7 October 2005. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2005/oct/07/iraq.usa>>.

<sup>27</sup> MILLER, Perry, op. cit., p. 31.

linguagem estava a crença de que a avaliação divina do progresso social se manifestava através de eventos humanos. A segunda e terceira gerações de puritanos do novo mundo, por exemplo, foram vistas como apóstatas que colocavam o grande propósito em perigo devido a problemas nas colheitas, doenças e mau-tempo que provavam que os membros da comunidade estariam cometendo graves transgressões<sup>28</sup>.

Os nativos americanos, por sua vez, eram vistos como agentes de Satã enviados para atormentar o povo de Deus<sup>29</sup>. Discursos desta natureza eram meios efetivos para moldar a realidade e controlar a sociedade. Sua linguagem permitia, por exemplo, a ocupação do território indígena sem a necessidade de responsabilizar-se perante os mandamentos bíblicos como “Não matarás” ou “Não roubarás”. Note-se que a linguagem articulada pelos líderes políticos puritanos – que além de estabelecer que aqueles que não compartilham dos valores norte-americanos representam o Mal, ainda imbui os Estados Unidos do direito e da responsabilidade de “convertê-los” – continua sendo usada até hoje<sup>30</sup>.

Depois de um século de colonização, teorias iluministas, enfatizando a razão, alimentaram argumentos em favor da independência norte-americana da Inglaterra. As crenças e fórmulas retóricas puritanas adaptaram-se convenientemente às idéias de democracia e república. Idéias e visões tomadas como sagradas pelos puritanos foram

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>29</sup> MADSEN, Deborah L., op. cit., p. 21.

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, o *State of the Union* de 2002: “So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk. And America and our allies must not and will not allow it. Our Nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological, or nuclear weapons from threatening the United States and the world... States like these and their terrorist allies constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. (ênfase adicionada)

secularizadas e alteradas para formar o conceito de identidade nacional<sup>31</sup>. A Providência Divina representava a intervenção direta de Deus nos assuntos humanos, e era explicada como um princípio racional que controlava o funcionamento do mundo. A razão e a lógica gradualmente foram tomando o espaço da tipologia dos *visible saints*. Filósofos como Bacon, Newton e Locke acreditavam na natureza ordenada e inteligível do universo. Para a governança, isso significava que uma nação administrada pela razão poderia maximizar o governo justo e imparcial das pessoas e instituições.

Através das crenças iluministas em uma racionalidade comum, em um espírito cosmopolita e na consistência universal da natureza humana, muitas das regras liberais que viriam a definir a identidade nacional norte-americana foram sistematizadas em termos absolutos e universais. Os princípios políticos que motivaram a revolução foram proclamados “in nothing less than the absolute language of self-evidence”<sup>32</sup>.

A linguagem articulada pelos primeiros colonos puritanos para descrever a exemplaridade da igreja, foi ajustada para descrever o objetivo da nova república, que poderia servir como modelo de nação para todos<sup>33</sup>. Da mesma maneira como os líderes religiosos haviam previsto um modelo de igreja que salvaria o mundo, os novos oradores que defendiam a independência imaginavam uma nação exemplar, que iria inspirar outros países a formar governos similares e perpetuar os direitos das pessoas. Thomas Jefferson, por exemplo, declara que os revolucionários norte-americanos “acted not for ourselves alone, but for the whole human race”<sup>34</sup>, sugerindo que as idéias

---

<sup>31</sup> MADSEN, Deborah L., op. cit., p. 37.

<sup>32</sup> HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. op. cit, p.58.

<sup>33</sup> MILLER, Perry, op. cit., p. 143.

<sup>34</sup> Thomas Jefferson citado por Richard M. Nixon in **1960 Republican National Convention Acceptance Address**. Delivered 28 July 1960, International Amphitheatre, Chicago, IL. (ver epígrafe da introdução desta dissertação)

políticas que motivaram a revolução eram universais e exportáveis. Os puritanos acreditavam que a nova igreja deveria ser criada longe da corrupção européia e, de modo similar, os *founding fathers* acreditavam que a democracia seria possível exatamente porque os Estados Unidos não possuíam a estrutura feudalista da Europa<sup>35</sup>.

A retórica nacional emergente enfatizava o individualismo; que já mostrara suas bases na salvação individual puritana prevista no Pacto da Graça. Para o puritano, viver de acordo com o pacto era essencial para elevar a comunidade ao nível desejado de santidade. De maneira equivalente, o novo cidadão americano também deveria ser um cidadão moral, que não poderia abusar de suas liberdades individuais se esperava que a democracia funcionasse como um exemplo para o resto do mundo. Nos dois cenários, o sentimento de pertencimento a uma comunidade elevava a importância do indivíduo a uma de significância global.

Max Weber considerava que a “Ética Protestante” estaria presente na base da moralidade puritana, e que sua ênfase no indivíduo contribuiu enormemente para a crença americana nos valores burgueses<sup>36</sup>. Um cidadão com disposição empreendedora que fosse guiado por tais valores morais pressupunha a viabilidade de um governo limitado. Na verdade, o puritanismo, a partir do século XVII, carregava uma forte crença em limites constitucionais ao poder. John Cotton, por exemplo, conhecido por seus contemporâneos como o “Chefe da Teocracia”, exemplifica essa teoria. Cotton advogava o poder limitado em todas as coisas, incluindo a Igreja e o governo:

---

<sup>35</sup> HARTZ, Louis (1955), op. cit., chapter 1. Esse argumento estipula principalmente que a ausência de instituições feudais nos Estados Unidos tornou a centralização de poder desnecessária e permitiu o desenvolvimento da sociedade sem que se precisasse superar a oposição de uma classe social com interesses em manter o *status quo*.

<sup>36</sup> MILLER, Perry, op. cit., p. 171.

“Let the world learn to give mortall man no greater power then they are content they shall use, for use they shall... It is therefore fit for every man to be studious of the bounds which the Lord halth set; and for the people, in whom fundamentally all power lyes, to give much power [to their Magistrates] as God in his word gives to men”<sup>37</sup>.

Benjamin Franklin compartilha dos mesmos valores da mensagem de Cotton e ilustra a maneira pela qual virtudes como esforço, espírito comunitário e parcimônia podem levar uma pessoa da pobreza à riqueza<sup>38</sup>. Franklin recondiciona os princípios puritanos de integridade moral, altruísmo e trabalho, adicionando a liberdade como o elemento que garantiria o sucesso na América. Ele incorpora o sermão de Cotton e o move em uma direção secular com uma adoção mais entusiasta do materialismo, desenfazendo as implicações espirituais<sup>39</sup>. Franklin oferece sua própria vida como evidência: seu renascimento pessoal da pobreza para a riqueza teria acontecido através da incorporação destas qualidades<sup>40</sup>.

Thomas Jefferson também redirecionou a linguagem bíblica, concedendo poder espiritual sobre o relacionamento norte-americano com o terreno, e não com o divino. Jefferson atribuía uma energia mítica à abundância natural dos Estados Unidos e ao poder da natureza de proteger contra os impulsos da vida civilizada. Ele acreditava que a suntuosidade da terra contribuiria para a índole cidadã de seu povo. Isso representa apenas um breve desvio da idéia de Winthrop de uma “*city upon a hill*”, que implica em uma relação especial entre a sociedade e sua localização geográfica. Na metáfora de Winthrop, o cenário se torna uma variável indispensável na equação que resultaria na grande transformação levada a cabo pelo povo excepcional.

---

<sup>37</sup> COTTON, John. **Limitations of Government**. Apud: MILLER, op. cit., p. 212-213.

<sup>38</sup> MADSEN, Deborah L., op. cit., p 36.

<sup>39</sup> MILLER, Perry, op. cit., p. 172.

<sup>40</sup> MADSEN, Deborah L., op. cit., p 37.



O senso geral de otimismo possibilitado pelas condições que cercavam o início do desenvolvimento dos Estados Unidos (fronteira em expansão, recursos naturais em abundância, rápido crescimento demográfico) permitiu que cada indivíduo acreditasse que poderia melhorar suas condições e fazer sua fortuna apenas pelos próprios esforços.

Interpretações artísticas de vastos territórios abertos, criadas por pintores que acompanhavam os exploradores do oeste, ofereciam fantasias escapistas ao invés de estudos geográficos acurados e, conseqüentemente, forneciam imagens que reforçavam a mitologia nacional<sup>41</sup>. O Oeste era representado como um lugar impressionante e inabitado, que convidava colonos cristãos a experimentar um novo Êxodo, uma nova Canaã. Os americanos do leste ficavam fascinados pela beleza das pinturas que contextualizavam o tema de um Oeste convidativo como uma *tabula rasa*, um lugar para recomeços. Os elementos humanos eram freqüentemente obscurecidos pela imensa grandeza natural, que assumia um poder místico que faltava às paisagens européias<sup>42</sup>.

Os *visible saints* que usavam tipologia bíblica para investir eventos naturais de significados bíblicos haviam evoluído para a metáfora do herói da fronteira e, posteriormente, para o selvagem nobre. Os norte-americanos reiteraram sua crença puritana em uma terra especial, dotada de qualidades redentoras. O presumido poder da natureza de transformar cada indivíduo em um cidadão ideal era um componente indispensável para a sociedade utópica do futuro. O novo jogo de palavras transformou a natureza em Deus, os norte-americanos nos novos israelitas escolhidos e sua sociedade no cumprimento da profecia bíblica.

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 94

<sup>42</sup> Ibidem., p. 95.

John O’Sullivan, fundador da revista política *United States Democratic Review*, cunhou o termo “destino manifesto” quando, em 1845, advogava pelo “fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions” e pelo direito “...of our manifest destiny to over spread and to possess the whole of the continent which Providence has given us for the development of the great experiment of liberty and federative development of self government entrusted to us”<sup>43</sup>. A linguagem religiosa dos primeiros puritanos, reinterpretada pelos *founding fathers* e perpetuada através das instituições artísticas em pinturas populares, na literatura e na filosofia, facilitaram uma mitologia nacional que justificava a promoção da “*great experiment of liberty*”. Essa expansão, aliás, apenas demonstraria ao mundo a superioridade de um sistema que permitia que homens livres competissem em uma sociedade dinâmica.

A formulação retórica estabelecida pelos colonos puritanos sobreviveu e foi adaptada às necessidades nacionais devido à atração de seu conteúdo e à flexibilidade de sua forma. A terra sempre possuiu um papel central tanto para a sociedade quanto para a disposição moral dos indivíduos. A localização geográfica dos Estados Unidos lhe teria proporcionado segurança e vantagens econômicas que viriam a reforçar a crença no individualismo. A ausência de vizinhos hostis, a disponibilidade de terra e uma imigração contínua, permitiram o crescimento econômico sustentado, em um ambiente seguro e a manutenção da crença na habilidade do homem de dominar seu próprio destino<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> O’SULLIVAN, John. **Annexation**. The United States Democratic Review. Volume 0017, Issue 85, July-August 1845, p. 5. Disponível em <<http://digital.library.cornell.edu/cgi/t/text/pageviewer-idx?c=usde;cc=usde;q1=destiny;rgn=full%20text;idno=usde0017-1;didno=usde0017-1;view=image;seq=0013>>.

<sup>44</sup> LYNCH, Timothy J. and SINGH, Robert S. op. cit., p. 17-45.

À paisagem norte-americana foi historicamente atribuída uma propriedade regenerativa. A *city upon a hill*, era similar ao agrarismo ideal e ao herói da fronteira. Em cada cenário, a relação do povo com o território os tornava seres superiores, de grande importância teleológica que reverberava para além das fronteiras do país. A missão espiritual dos puritanos foi reformulada para justificar as aspirações de um Estado crescente. Os expansionistas jacksonianos acreditavam que mais terra era indispensável para a promoção da democracia, e a retórica do destino manifesto legitimava suas ações. Como os Estados Unidos eram uma nação excepcional, composta de uma população virtuosa, dotada de um papel crucial para o resto da humanidade, suas motivações seriam indiscutivelmente benevolentes.

A crença em um cidadão americano moral, que começou com o estabelecimento puritano do Pacto da Graça para o indivíduo, em conjunto com a crença de que um povo moralmente consciente levaria necessariamente a um bom governo que serviria a ideais superiores, foi responsável pela visão de que os Estados Unidos estariam trabalhando permanentemente por um futuro nobre. Esta forma de raciocínio patriótico tem sido constantemente reinventada em novas expressões da política nacional que explicam o uso da força como um tipo de altruísmo piedoso<sup>45</sup>. Tal retórica foi capaz de doutrinar de maneira bem sucedida uma população bastante diversa, permitindo que ela se considere norte-americana não por causa do lugar onde nasceu, mas porque compartilha de uma ideologia nacionalista. Uma vez que os cidadãos são socializados na estrutura desta ideologia, as políticas domésticas e externas de seu país parecem simples resultados lógicos.

---

<sup>45</sup> Ver, por exemplo, o State of the Union de 2004: “[W]e will finish the historic work of democracy in Afghanistan and Iraq so those nations can light the way for others and help transform a troubled part of the world. America is a nation with a mission, and that mission comes from our most basic beliefs. We have no desire to dominate, no ambitions of empire. Our aim is a democratic peace, a peace founded upon the dignity and rights of every man and woman”.

Além disso, os norte-americanos têm tradicionalmente se distinguido como excepcionais em parte devido às qualidades negativas que projetam sobre um “outro”. Historicamente, a grandiosidade das missões norte-americanas foi percebida como possível porque eles estariam livres da corrupção européia. Qualquer coisa que os norte-americanos possuíssem, como vastos recursos naturais, por exemplo, se tornaria algo para reforçar as noções de superioridade e possibilidade única. A mesma fórmula existia para aqueles que representavam um obstáculo para as necessidades públicas. Já que Deus havia escolhido os Estados Unidos, os outros, como os povos indígenas (e bem mais tarde nazistas, comunistas ou terroristas), axiomáticamente se tornavam agentes de Satã.

Essa posição binária dos Estados Unidos é um sintoma de seu absolutismo moral derivado do sistema de crenças protestante. Forças opostas são normalmente divididas em uma simplificada matriz de bem *versus* mal em um processo que revela um senso de superioridade. Essa divisão não permite meios termos. Uma demarcação absoluta entre o bem e o mal não permite qualquer elemento que denote a possibilidade de sobrevivência do mal<sup>46</sup>. É através desta seleção estratégica e da contextualização de eventos passados que a mitologia do excepcionalismo é produzida, e dentro dela, o imaginário popular e a linguagem pela qual os americanos se vêem em relação ao resto do mundo.

---

<sup>46</sup> LIPSET, Seymour Martin, op. cit., p. 65.

## As Raízes Intelectuais da Tradição Liberal

Como demonstrado na seção anterior, a influência da tradição liberal na política norte-americana se inicia com os oradores puritanos ingleses do século XVII. Foram os intelectuais da Guerra Fria, entretanto, que conseguiram encontrar uma aplicação moderna para a crença de que a política norte-americana representa uma instituição única no cenário internacional. Não é de se espantar que uma concepção explicitamente excepcionalista tenha se desenvolvido a partir da década de 1950, já que o pensamento político deste período foi dominado pelo relacionamento bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética. Os norte-americanos, obviamente, procuravam por um modelo que pudesse explicar as diferenças comparativas entre as visões de mundo defendidas por cada uma das superpotências.

Richard Hofstadter pode ser considerado o primeiro dos teóricos do Consenso da Guerra Fria. Em 1948 ele escreveu "*The American Political Tradition and the Men Who Made It*", a primeira obra do pós-Segunda Guerra a tratar da questão do excepcionalismo. O livro é uma compilação de doze retratos biográficos isolados de líderes norte-americanos, como os *founding fathers*, Abraham Lincoln, Woodrow Wilson, Theodore e Franklin Roosevelt. O único texto que dá coesão a estes ensaios isolados é a introdução do livro, na qual o autor expõe seu argumento: todos os perfis traçados em seu livro apresentam idéias políticas semelhantes.

A tese principal do trabalho é a de que os líderes caracterizados no livro formariam um microcosmo de todo o pensamento político norte-americano. Em seus perfis biográficos, Hofstadter repetidamente tenta demonstrar que as diferenças políticas

presentes em dados momentos da história norte-americana não seriam conflitos sistêmicos, apenas desentendimentos políticos menores. Além disso, o autor afirma que tais aparentemente insignificantes desentendimentos políticos ocorreram entre facções e líderes que, em última instância, compartilhavam inúmeras suposições fundamentais.

O cenário político americano, de acordo com Hofstadter, seria marcado por uma série de conflitos entre interesses especiais, e não entre classes sócio-econômicas. Ele afirmava que tanto historiadores profissionais quanto observadores casuais da história social dos Estados Unidos freqüentemente ignoravam este ponto justamente porque seus focos estavam na ferocidade dos conflitos e não percebiam o significativo consenso de idéias. Os historiadores colocavam o conflito “in the foreground” enquanto “commonly shared convictions [were] neglected<sup>47</sup>”. Momentos intensos e algumas vezes violentos da história americana não teriam sido momentos revolucionários. Pelo contrário, teriam camuflado a natureza fundamental da batalha política norte-americana: “beyond temporary and local conflicts there has been a common ground, a unity of cultural and political tradition, upon which American civilization has stood<sup>48</sup>”.

Hofstadter acredita que a maior parte dos líderes políticos e dos movimentos que eles defenderam ao longo dos anos revelam crenças centrais bastante semelhantes. Para ele, tais crenças seriam primariamente econômicas e capitalistas. As suposições compartilhadas incluiriam uma adesão estrita a três princípios: “the right to property, the philosophy of economic individualism [and] the value of competition<sup>49</sup>”. Baseado nestas observações, Hofstadter conclui que uma cultura política única havia se

---

<sup>47</sup> HOFSTADTER, Richard. **The American Political Tradition and the Men who Made It**. . New York: Alfred A. Knopf, 1948, p. ix.

<sup>48</sup> Ibidem, p. x.

<sup>49</sup> Ibidem, p. iiiv.

desenvolvido nos Estados Unidos como o resultado de algo próximo a um consenso sobre aquilo que seriam valores políticos fundamentais. O “*range of ideas*” no discurso político norte-americano seria estreito e limitado por suposições compartilhadas por todos os grupos políticos, à exceção de um pequeno grupo de “*dissenters and alienated intellectuals*”<sup>50</sup>.

Se Hofstadter está correto ao afirmar a existência de um consenso óbvio e rígido no pensamento político norte-americano, a próxima questão deveria ser como e porque tal uniformidade teria se desenvolvido nos Estados Unidos. Daniel Boorstin oferece uma resposta a este mistério filosófico. Em “*The Genius of American Politics*”, de 1953, Boorstin proclama sua crença na ausência de uma ideologia política forte no pensamento político norte-americano. O fundamento do “gênio” filosófico norte-americano seria a absoluta simplicidade de seu pensamento político. Ele reconhece que sua consideração da política norte-americana como um gênio diverge fundamentalmente da análise filosófica padrão, que se foca sobre os feitos de poucos intelectuais. Exatamente ao contrário, o pensamento político norte-americano se qualificaria como um gênio apesar da ausência de gigantes filosóficos e de um cânone original <sup>51</sup>.

As afirmações de Boorstin o conduziram a um complexo paradoxo que ele tenta superar em seu livro. Logo no primeiro capítulo, ele afirma que os norte-americanos mantêm a crença de que “*political life [in the United States] was based on a perfect theory*” e, no entanto, ele afirma que “*no nation has ever been less interested in political philosophy or produced less in the way of theory*”<sup>52</sup>. Este é o caminho traçado por Boorstin em seu livro: resolver o paradoxo político entre o senso intuitivo de que a nação norte-

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. ix.

<sup>51</sup> BOORSTIN, Daniel J. **The Genius of American Politics**. Chicago: University of Chicago, 1953, p. 2.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 8.

americana teria sido construída sobre uma teoria perfeita e o desinteresse geral dos norte-americanos com relação à reflexão de intelectuais e filósofos. Ao fazer isto, ele acredita ter descoberto a fonte da singularidade e da grandeza na vida política norte-americana.

Para Boorstin, a fonte do consenso norte-americano é um fenômeno que ele denomina de “*givenness*”. Boorstin define este conceito como a crença em valores que “are in some way or other automatically defined: *given* by certain facts of geography or history particular to us”. Ele ainda vai além e afirma a existência de um “*American Way of Life*” e de um “*American Way of Thought*”. Estes traços sociais e culturais excepcionais seriam “dados” (*given*) ou haveriam surgido de condições materiais únicas encontradas no continente norte-americano<sup>53</sup>.

A fé no *givenness* dos ideais norte-americanos concretos seria tão forte que certas características políticas estariam interconectadas com os próprios Estados Unidos. Ele afirma que os norte-americanos

“have been told again and again, with the metaphorical precision of poetry, that the United States is the land of the free. Independence, equality, and liberty, we like to believe, are breathed in with our very air”<sup>54</sup>.

Além disso, os norte-americanos tenderiam a pensar em condições políticas como igualdade, liberdade e democracia como propriedades características dos Estados Unidos. Isso implicaria dizer que o norte-americano médio possivelmente percebe uma distinção entre a “igualdade americana” e a “igualdade dos outros”, ou entre a

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 25.



“democracia americana” e “democracias rudimentares”<sup>55</sup>. Se este é o caso, então a terminologia política em questão perde seu significado literal. Ao contrário, é dada ao termo de uma definição abstrata por seu intérprete norte-americano. A igualdade, por exemplo, não é mais do que um americanismo e o americanismo, por sua vez, é definido pela igualdade. Essa afirmação é certamente tautológica e, justamente por isso, suscetível de manipulação por aqueles que professam ser os defensores do *American Way of Life*.

Louis Hartz também defende a existência de um consenso na política norte-americana. Entretanto, ao contrário de Boorstin, ele define o conceito em termos ideológicos. É em “*The Liberal Tradition in America*”, de 1955, que Hartz apresenta seu argumento de forma mais explícita. Baseando-se no desenvolvimento histórico e nos padrões de ação política nos Estados Unidos, Hartz conclui que os conflitos políticos norte-americanos estão estruturados por aquilo que ele chama de “tradição liberal”. Ele defende que o debate político norte-americano não representa mais do que desentendimentos superficiais entre grupos que compartilham dos mesmos pressupostos Lockeanos. O pensamento de Hartz está baseado na premissa de que a falta de uma experiência feudal nos Estados Unidos teria causado a maturação desta ideologia liberal. Esse argumento estipula principalmente que a ausência de instituições feudais nos Estados Unidos tornou a centralização de poder desnecessária e permitiu o desenvolvimento da sociedade sem que se precisasse superar a oposição de uma classe social com interesses em manter o *status quo*.

---

<sup>55</sup> Idem.

Se os norte-americanos “are born equal”<sup>56</sup> como Hartz teorizava, então eles nascem sem o resíduo da hierarquia sócio-política indicativa do feudalismo. Aos norte-americanos ainda falta outro resquício feudal: o senso de que cada classe social, da mais dominante à mais submissa, é dependente das outras para a sua sobrevivência. Tendências importantes do resíduo feudal, que Hartz afirmava estar ausentes nos Estados Unidos, incluíam uma história de arranjos comunais, um sentimento de identidade de classe, um senso de interesses de classe e uma experiência interna revolucionária. Devido a esta existência distinta, alternativas ao liberalismo, como o socialismo, parecem estranhas aos norte-americanos. Tais alternativas são rejeitadas justamente porque estão baseadas em um forte senso de relações comunais e na identidade de classe, dois traços ausentes na vida e na cultura dos Estados Unidos<sup>57</sup>.

Os Estados Unidos constituiriam um exemplo único de prática e de socialização da doutrina liberal clássica, especificamente do liberalismo expressado por John Locke. Os Estados Unidos representam um bastião da aceitação indiscriminada da norma liberal. Esta é uma norma que os norte-americanos acreditam ser inerente a qualquer sociedade “boa e justa”; um aspecto tácito, porém importante, de sua própria identidade nacional.

A teoria lockeana do liberalismo compreende dois argumentos distintos. A primeira metade do argumento de Locke é uma defesa implícita do Estado como legítimo, porque ele é a entidade criada pelo consentimento comum das massas. Para Locke, o Estado é o provedor exclusivo do poder coercitivo através do contrato social. A execução deste poder, em uma tentativa de servir aos desejos e necessidades da comunidade política, só

---

<sup>56</sup> HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. op. cit., p. 3, 15, 68.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 5-6.

é apropriada se o Estado aceitar as limitações do contrato<sup>58</sup>. Essa obrigação do Estado de usar seus poderes dentro dos limites estabelecidos pelo contrato social é a segunda metade da teoria lockeana. Esta porção da teoria envolve uma limitação explícita do poder estatal sobre o indivíduo. E para Hartz esta segunda afirmação é a única parte de Locke reconhecida pela comunidade política norte-americana<sup>59</sup>.

“[T]he master assumption of American political thought” estava por trás desta ideologia. Diferentemente da Europa, onde os conceitos iluministas-liberais de individualidade e liberdade social estavam sujeitos a debate, a crença básica na liberdade social atomística é inquestionável nos Estados Unidos. E a principal razão para uma suposição tão audaciosa teria sido a situação social única que os colonos encontraram neste continente<sup>60</sup>.

Devido às características do estado de natureza encontradas no mundo novo, a liberdade social foi conquistada pelos novos americanos no nível do indivíduo ou de pequenos grupos, e não pela participação das massas ou pela revolução social, como foi o caso europeu. Não havia senhores feudais, apenas a população indígena, cujas terras eram propícias à ocupação. Os colonos responderam a esta situação estabelecendo contratos sociais, o primeiro deles tendo sido o Pacto de Mayflower<sup>61</sup>.

Neste sentido, pessoas livres chegaram ao continente norte-americano e apenas depois teria acontecido o desenvolvimento de um Estado, através de um contrato social. O

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 59-60.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 60-61. O Pacto do Mayflower foi o primeiro documento governamental da colônia de Plymouth. Foi escrito pelos peregrinos que cruzaram o Atlântico a bordo do Mayflower. Cerca de metade dos colonos era parte de um grupo separatista que buscava liberdade para praticar o cristianismo de acordo com suas próprias determinações, e não conforme a vontade da Igreja Britânica. O Pacto dizia, em efeito, que as pessoas precisavam governar a si mesmas. Foi assinado em 11 de novembro de 1620.

Estado é, portanto, percebido como uma força externa; força esta que busca, primariamente, constranger a liberdade e, apenas em um segundo plano, provê o bem-estar geral em compensação àquela perda de liberdade. O equilíbrio entre a concepção lockeana de um Estado que igualmente constrange, protege e provê, não está presente no discurso político padrão norte-americano.

Devido a este desequilíbrio, Hartz acredita que o desenvolvimento político norte-americano é distorcido em direção ao medo e à desconfiança do Estado. Esta atitude única com relação ao Estado é responsável por uma igualmente única história para a América. Qualquer ação governamental que vá além das tarefas básicas de defesa da nação e de seus habitantes é sempre interpretada como suspeita. O conceito de o governo atuando em um papel social mais profundo não é um tópico freqüente de consideração do discurso político porque a vontade do indivíduo é quase sempre considerada sacro-santa. A visão comum é a de que o indivíduo pode contar apenas consigo mesmo em sua inexorável "*pursuit of happiness*".

Assim, a busca por melhores condições de vida é isolada ao domínio do indivíduo. Vencer com o esforço próprio é o único meio aceitável de ascensão social. Ao mesmo tempo, a legitimidade do Estado de prover o bem-estar de seus cidadãos é misturada à crença de que o Estado é quase sempre um ator hostil que busca limitar direitos individuais em suas ações.

Deriva-se desta percepção que várias possibilidades para o avanço social através do envolvimento do Estado são percebidas pelos norte-americanos como não compensadoras da conseqüente erosão dos direitos individuais pelas mãos do Estado.

Como resultado desta perspectiva política única, o escopo da política de bem-estar social nos Estados Unidos tem sido limitado quando comparado aos dos Estados da Europa Ocidental.

Sobre a Revolução Americana, de maneira semelhante a Hofstadter e Boorstin, Hartz conta uma história em termos essencialmente não-revolucionários. Os colonos liberaram o continente da dominação britânica e formalizaram os princípios do liberalismo em um sistema de governo federativo. Entretanto, aos contrários de seus companheiros liberais revolucionários na França uma década mais tarde, os norte-americanos não precisaram se unir em classes sociais ou em qualquer outro tipo semelhante de identidade para destruir uma elite feudal indígena em uma revolução sangrenta<sup>62</sup>.

A Revolução Americana foi uma guerra para revisar um contrato social considerado antiquado entre os colonos e seus senhores britânicos. Após a guerra, a maioria dos fazendeiros voltou para suas terras e tentou viver como antes; e o mesmo foi verdade para os artesãos e profissionais urbanos. Finalmente, o governo da nova nação não representava mudanças radicais do Congresso Continental pré-revolucionário. A Revolução Americana foi sim um evento histórico importante, mas ela não representa uma mudança radical das relações sociais no novo continente<sup>63</sup>.

A Revolução Francesa, ao contrário, foi uma revolta motivada por interesses de classe que conseguiu alterar a própria estrutura da sociedade francesa e que, conseqüentemente, mudou os fundamentos das relações sociais na nação. As relações criadas foram forjadas pela luta entre várias classes sociais presentes na sociedade

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 35-43.

francesa no fim do século XVIII. A França pós-revolucionária era uma nova sociedade formada a partir da disputa política e refletia as diferenças de classe que haviam influenciado sua criação.

Além disso, nas revoltas internas ocorridas na nova república, como a Rebelião de Daniel Shays<sup>64</sup>, por exemplo, Hartz encontra uma contradição interessante entre a realidade e a percepção dos cidadãos mais ricos e poderosos. A classe alta, observando tais eventos, acreditava estar sendo atacada pelas classes mais baixas. Mas, na realidade, ambos os grupos buscavam os mesmos objetivos: o direito de o indivíduo prover por uma vida independente para si mesmo<sup>65</sup>.

Hartz acreditava que a luta política entre os supostos aristocratas e o cidadão comum ilustrava a predominância da norma liberal entre todas as classes da sociedade norte-americana. Como um todo, o povo norte-americano não odiava a aristocracia como a classe trabalhadora européia. Ao invés disso, o proletariado nos Estados Unidos desejava um dia conquistar riqueza semelhante.

A partir destas observações, Hartz chega à conclusão de que a crença liberal, impregnada em todas as classes da sociedade norte-americana, induz os cidadãos a buscar respostas individualistas para seus problemas. É por isso que a figura do “*self-made man*” do século XIX se torna fonte de inspiração para duzentos anos de história

---

<sup>64</sup> A Rebelião de Shays foi uma revolta armada ocorrida no centro-oeste de Massachusetts de 1786 a 1787. Daniel Shays, um veterano da Revolução Americana, liderou uma milícia formada por fazendeiros descontentes com suas dívidas e com altos impostos. O não pagamento de tais débitos resultava na prisão do devedor ou na apreensão de sua propriedade. Para impedir tais punições, os rebeldes tentaram fechar as cortes do estado pela força. A reação governamental resultou no fim da revolta e na prisão de mais de mil rebeldes. A rebelião, no entanto, produziu o temor de que os impulsos democráticos da Revolução Americana estariam fora de controle. Serviu, ainda, como importante estímulo à Convenção da Filadélfia, que se iniciaria alguns meses mais tarde.

<sup>65</sup> HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. op. cit., p. 93-95.

dos Estados Unidos<sup>66</sup>. Os objetivos do americano-médio, seja ele um pequeno proprietário rural ou um trabalhador industrial, estão baseados nos mesmos conceitos burgueses de propriedade e individualismo<sup>67</sup>.

Hofstadter, Boorstin e Hartz empregam abordagens diferentes para chegar a seus resultados, mas suas conclusões estão, de certa forma, em harmonia umas com as outras. Todos eles chegaram ao entendimento de que existe um consenso no pensamento político norte-americano que deriva do início da experiência histórica da nação. Mais do que isso, eles concordam que este consenso é tão esmagadoramente dominante que praticamente apagou todas as alternativas ideológicas do discurso público nos Estados Unidos.

Além deste acordo geral, os três autores fazem algumas inferências comuns, que podem se mostrar importantes para o exame do impacto do excepcionalismo liberal no discurso político atual. Primeiramente, os três utilizam terminologias próprias para descrever o consenso, mas, em efeito, todos utilizam definições semelhantes. Ao contrário de Boorstin, que argumentava que a ideologia nos Estados Unidos não era de fato uma ideologia, Hofstadter e especialmente Hartz foram muito mais precisos ao descrever os aspectos definidores do consenso norte-americano. Para eles, este consenso segue os princípios da tradição liberal clássica. Há uma ênfase particular na defesa do direito à propriedade individual e uma preferência geral expressada em favor dos interesses dos cidadãos sobre os interesses do governo.

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 62-63.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 123.

Hofstadter, Hartz e, em alguma extensão, Boorstin, também enfatizam a natureza particular do liberalismo norte-americano. A exaltação do indivíduo é colocada à frente da mitologia política dos Estados Unidos, enquanto tendências coletivas praticamente não são reconhecidas pela mesma tradição. E da mesma maneira que o indivíduo é colocado acima da comunidade na esfera política doméstica, os interesses externos dos Estados Unidos são normalmente colocados bem acima dos interesses de respeito mútuo ou de coexistência internacional. Dadas estas suposições, temas da agenda internacional serão provavelmente considerados, como prevê Hofstadter, de um ponto de vista fortemente nacionalista e até mesmo isolacionista. Dentro desta estrutura, um argumento de política externa baseado em uma premissa do tipo “nós contra eles” deverá ganhar mais adeptos que uma abordagem mais cooperativa.

Em segundo lugar, além da forte predileção pelo indivíduo sobre o coletivo, os três observadores, particularmente Boorstin e Hartz, discutem o anti-intelectualismo no consenso norte-americano. Hartz se mostra profundamente frustrado pela irracionalidade do pensamento político norte-americano enquanto Boorstin consegue ver algo de positivo neste anti-intelectualismo. Mesmo assim, os dois afirmam que o menosprezo da pesquisa intelectual afetou profundamente a maneira pela qual a maioria dos norte-americanos enxerga tanto as relações sociais quanto a sua própria história. Dois subprodutos importantes do anti-intelectualismo norte-americano são a tendência de homogeneizar a experiência norte-americana e a propensão a imputar uma qualidade divina ao desenvolvimento histórico norte-americano.

Não é surpreendente a tendência geral a exagerar a homogeneidade da experiência norte-americana durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos acabavam de superar duas



das crises mais significantes de sua história: a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Além do mais, a ordem mundial do pós-guerra gradualmente se tornava mais e mais dominada pela competição entre os Estados Unidos e a União Soviética. Durante a década de 1950, o perigo de um movimento errado em direção à aniquilação do globo era uma preocupação real que unia todos os norte-americanos.

Além do mais, os Estados Unidos experimentavam uma expansão econômica que elevaria sua nação a um status sem precedentes na história mundial. Na realidade, a prosperidade não estava sendo igualmente compartilhada entre todos os cidadãos, mas havia uma percepção popular de que o “*American Dream*” poderia ser alcançado. Adicionalmente, mais do que em qualquer outro período, a unidade política nos Estados Unidos parecia ser tanto possível quanto indispensável para o sucesso futuro do país.

Por último, tanto Boorstin quanto Hartz compartilhavam a suposição de que o consenso norte-americano seria realmente excepcional, de maneira que ele não poderia ser exportado para outros países. Boorstin tornou este ponto explicitamente claro no início, e novamente na conclusão, de seu argumento. Para Hartz esta suposição estava implícita. As condições únicas que concorreram para o nascimento dos Estados Unidos não poderiam ser replicadas. Assim, é lógico presumir que esta versão extrema do liberalismo encontrada na política norte-americana não deveria emergir em outro país.

## Desenvolvimentos Posteriores

Na década de 1970, Robert Packenham<sup>68</sup> sistematizou algumas das hipóteses dos teóricos do excepcionalismo e mostrou que tanto as doutrinas de política externa defendidas pelo governo dos Estados Unidos nos programas internacionais de assistência técnica e econômica quanto as teorias utilizadas pelos cientistas sociais no campo do desenvolvimento político compartilhavam os mesmos pressupostos ideológicos baseados na tradição liberal. É, em efeito, um estudo do peso da tradição liberal no pensamento norte-americano a respeito do desenvolvimento político de outros países.

A pesquisa de Packenham se inicia quando o autor percebe uma mudança no comportamento estratégico da política externa norte-americana anunciada pela Doutrina Truman, pelo Plano Marshall, pelo *Point Four Program*, pelo *Mutual Security Act*, pela Aliança para o Progresso e pela Guerra do Vietnam<sup>69</sup>. Antes desses programas, os

---

<sup>68</sup> PACKENHAM, Robert A. **Liberal America and the Third World**. op. cit.

<sup>69</sup> A Doutrina Truman foi uma política posta em prática pelo Presidente Truman em março de 1947 afirmando o apoio econômico e militar dos Estados Unidos à Grécia e à Turquia para impedir que estes Estados passassem para a esfera de influência soviética. Truman afirmou que seria “the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures”. A doutrina mudou a política externa norte-americana para a União Soviética da *détente* para o *containment*, e normalmente é usada para marcar o início da Guerra Fria.

O Plano Marshall foi o principal programa norte-americano para a reconstrução econômica da Europa. Foi estabelecido em junho de 1947 e permaneceu em operação até o final de 1951.

O *Point Four Program* foi um programa de ajuda econômica a países pobres anunciado pelo Presidente Truman em seu discurso inaugural em janeiro de 1949: “we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas... The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible”.

O *Mutual Security Act* é uma lei federal norte-americana que desejava unir os programas de assistência técnica, militar e econômica dos Estados Unidos. A lei criou a *Mutual Security Agency*, que assumiu a responsabilidade de distribuir ajuda externa após o fim do Plano Marshall.

A Aliança para o Progresso foi um programa do Presidente Kennedy que objetivava promover o desenvolvimento econômico mediante a cooperação técnica e econômica em toda a América Latina. Esteve em operação entre 1961 e 1969.

Estados Unidos adotavam uma postura mais isolacionista, deixando o mundo por conta própria, à exceção de alguns momentos de crise. Mas essa nova abordagem de política externa representava uma tentativa de moldar o mundo de acordo com os valores e propósitos norte-americanos.

São identificadas três doutrinas que predominaram nos programas de assistência técnica e econômica dos Estados Unidos entre 1947 e 1968. A “doutrina econômica” sugeria que a ajuda norte-americana poderia acelerar o desenvolvimento econômico dos países mais pobres o que, por sua vez, contribuiria para seu desenvolvimento político. O desenvolvimento econômico era entendido em termos de crescimento do PIB per capita e outras medidas convencionais; e o desenvolvimento político era definido em termos de estabilidade, democracia, anticomunismo, pró-americanismo. A “doutrina de segurança” acreditava que a ajuda econômica não deveria ser utilizada como um instrumento para atingir o desenvolvimento econômico em si, mas como um instrumento para garantir a segurança dos Estados Unidos. A ajuda era, portanto, vista como uma ferramenta da Guerra Fria que poderia ser usada para promover a estabilidade política, ganhar alianças para os Estados Unidos, ou impedir a emergência de regimes comunistas. Por fim, para a “doutrina democrática” as outras doutrinas deveriam ser ajustadas de maneira a aumentar as possibilidades de crescimento e fortalecimento de sistemas políticos liberal-democráticos nos países ajudados.

Essas doutrinas não foram diretamente moldadas pelo pensamento acadêmico, mas sofreram sua influência. Na academia, a visão tradicional da ciência política

---

A Guerra do Vietnam foi um dos conflitos militares da Guerra Fria que ocorreu no Vietnam, Laos e Camboja entre 1955 e 1975. Enfrentaram-se Vietnam do Norte e aliados comunistas contra Vietnam do Sul, Estados Unidos e outras nações anticomunistas. O envolvimento dos Estados Unidos foi parte da estratégia de *containment* da União Soviética e visava impedir uma ocupação comunista no Vietnam do Sul.

predominante durante a primeira parte do período pós-guerra enfatizava as estruturas legais e formais de governo e defendia a superioridade das formas constitucionais próximas do modelo norte-americano. Essa visão foi substituída por outra baseada na Teoria da Modernização que acreditava que todos os aspectos da sociedade tendiam a mudar de maneira interdependente, o que significa que o aumento da renda, a expansão da classe média, o crescimento das taxas de alfabetização, o controle dos militares pela sociedade civil e a expansão geral das instituições democráticas aconteceriam conjuntamente, bastando aos Estados Unidos incentivar alguns desses aspectos.

Mas quando Packenham avalia tais doutrinas e teorias ele chega à conclusão de que elas apresentam graves problemas. Elas obtiveram mais fracassos do que sucessos no mundo real: o desenvolvimento econômico e a democracia não estavam se espalhando pelo globo e o congresso norte-americano decidia reduzir cada vez mais o orçamento destinado à ajuda externa. Mas então por que elas teriam surgido e porque persistiam diante de evidências contrárias? Packenham responde que elas eram populares justamente porque estavam baseadas na tradição liberal que domina o pensamento político norte-americano. Seguindo o modelo de Louis Hartz, ele acredita que a própria história dos Estados Unidos teria mostrado que mudanças graduais e não-revolucionárias eram possíveis e que cada pequeno sucesso social, político ou econômico ajudava a fortalecer o processo de desenvolvimento como um todo. Como esse caminho funcionou para os Estados Unidos, os norte-americanos tentam convencer o restante do mundo a segui-lo também. As premissas da tradição liberal que ajudam a explicar a predominância das doutrinas de política de ajuda externa durante a Guerra Fria podem ser resumidas em quatro princípios:

- (1) Mudança e desenvolvimento são fáceis;
- (2) Todas as coisas boas vão juntas;
- (3) Radicalismo e revolução são ruins;
- (4) A distribuição de poder é mais importante que a acumulação de poder (democracia é mais importante que ordem política).

Packenham não reduz a política externa dos Estados Unidos a uma simples expressão da tradição liberal, inclusive reconhecendo a influência de interesses político-econômicos, implícitos ou explícitos. Mas sua obra se centra no impacto das premissas liberais nas doutrinas e teorias que tratam da possibilidade de desenvolvimento político nos países do Terceiro Mundo e, ao mostrar que a política externa dos Estados Unidos vinha fracassando exatamente porque esses países não compartilhavam a história norte-americana, comprova as hipóteses dos teóricos do excepcionalismo da Escola do Consenso.

Vinte anos mais tarde, a queda do comunismo soviético e o fim da Guerra Fria certamente sinalizaram uma mudança significativa na ordem política global. O fim de quadro décadas da disputa bipolar representou uma vitória dos Estados Unidos e, conseqüentemente, do *American way of life*<sup>70</sup>. Tudo indicava que as hipóteses do

---

<sup>70</sup> O conceito de *way of life*, especialmente de *ways of life* alternativos ao norte-americano, é entendido neste trabalho conforme definido por JOWITT, Ken. **New World Disorder: the leninist extinction**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1992: “A way of life consists of new ideology radically rejecting and demanding avoidance of existing institutions (social, economic, religious, military, administrative, political, cultural – all), and calling for the creation of alternative – mutually exclusive – institutions with ‘superior’ features (this invidious element is essential); a new political idiom, language, and vocabulary that in Genesis-like manner ‘names’ and establishes the boundaries of the new way of live; a new, powerful, and prestigious institution (be it religious, economic, military, or political); the emergence of a social base from which members and leaders can be drawn to complement and substantiate the new ideology; the assignment and acceptance of a heroic historical task and related strategy, explicitly calling for risk and sacrifice; and finally, a core area – geographical or institutional – that for whatever set of accidental and social reasons generates a surplus of resources consistent with the task of creating a new way of life” (p. 266-267).

excepcionalismo se mantinham verdadeiras. Castro Santos<sup>71</sup> aponta que, segundo Farer<sup>72</sup>, uma das grandes vantagens desse momento foi a oportunidade que surgiu para que os Estados Unidos, na ausência de ameaças aparentes, passassem a basear sua doutrina de política externa nos princípios liberais, deixando de lado as supostas ambigüidades entre os valores e os interesses norte-americanos.

De maneira equivalente a Pakenham, seria possível mostrar que tanto a literatura de democratização de terceira onda quanto a doutrina de política externa norte-americana voltada para a difusão da democracia no pós-Guerra Fria estariam baseadas nos mesmos princípios liberais. A diferença é que a tradição liberal não se expressa mais no entendimento a respeito do desenvolvimento político de outros países, mas no entendimento a respeito da possibilidade de transformação democrática desses países.

São identificados três novos princípios e uma missão:

- (1) Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornar-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia serve ao bem da humanidade;
- (2) Estados democráticos não lutam entre si e, portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui a democracia é ligada à segurança global;

---

<sup>71</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 53, nº 1, 2010, p. 157-191. O trabalho de Castro Santos é produto de uma pesquisa desenvolvida no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que conta com o apoio do CNPq e da FINATEC, coordenada pela autora e tendo como pesquisador assistente o autor desta dissertação. O exame dos pilares das doutrinas de política externa é feito pela análise de conteúdo, qualitativa e quantitativa, dos discursos dos tomadores de decisão norte-americanos, cobrindo-se o período pós-Guerra Fria.

<sup>72</sup> FARER, Tom. **Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas**. Baltimore and London: The Johns Hopkins Un. Press, 1996.

(3) A promoção de democracia tornar o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui a democracia é ligada aos interesses e à segurança dos norte-americanos;

Missão: Os norte-americanos estão imbuídos de uma missão perante a humanidade: trazer-lhe liberdade e democracia.

A conclusão é que a visão norte-americana é homogênea: “os princípios liberais tradicionais onde se baseia a política externa americana estão sempre presentes e são sempre os mesmos, quaisquer que sejam as doutrinas que a embasem, desde os *founding fathers*”<sup>73</sup>. Esses princípios são um resumo dos efeitos do excepcionalismo no pós-Guerra Fria. Aliás, o que poderia ser mais excepcional do que a crença de que a democracia não é uma ideia norte-americana, mas universal, que serve aos propósitos de todo o mundo e deve ser espalhada pelos Estados Unidos? A presença desses princípios nos discursos de Bush e seus secretários de Estado será considerada a influência da tradição liberal em seu governo. Essa análise, e uma melhor explicação dos princípios, serão realizadas no capítulo 4.

## **Conclusões**

Historicamente, os Estados Unidos sempre acreditaram na proposição de que eles formam uma nação especial abençoada por Deus de maneira única. Essa visão tem suas origens nas crenças político-religiosas dos oradores puritanos do Novo Mundo que, no século XVII, se viam como os novos israelitas que deveriam criar uma nova Jerusalém e

---

<sup>73</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 181.

preparar o mundo para o retorno de Jesus Cristo. Os *founding fathers* secularizaram a mensagem puritana substituindo a igreja pela democracia e o objetivo de espalhar a palavra de Deus pela promoção dos princípios e valores democráticos. Como resultado, a fórmula retórica do excepcionalismo foi estabelecida e transmitida através da história norte-americana.

Durante a Guerra Fria, o embate com a União Soviética abriu mais espaço para a visão de que os Estados Unidos seriam o expedicionário da liberdade e do esclarecimento do mundo. O comunismo punha os valores norte-americanos em contraste direto com um sistema alternativo, o que exigiu que os líderes e os oradores dos Estados Unidos renovassem a confiança da nação na superioridade da civilização e das instituições norte-americanas. Os problemas e ameaças postos diante do mundo requeriam, mais do que nunca, a liderança dos Estados Unidos. Na verdade, a Guerra Fria forneceu uma nova função a ser desempenhada pelos Estados Unidos no cenário internacional: não bastava civilizar o mundo, era preciso salvá-lo da ameaça soviética. No final da década de 1940 o pensamento político norte-americano com relação à Guerra Fria já estava formado. Os Estados Unidos e o *American Way of Life* eram bons, justos e sagrados, enquanto o comunismo era ruim, errado e demoníaco. Uma divisão tão estrita não possibilitava que fossem feitas concessões. E assim estava posto o fundamento que permitiria a continuação da missão norte-americana no futuro.

As características da Guerra Fria foram mais do que propícias para incentivar o desenvolvimento de uma contribuição acadêmica que avaliasse os efeitos da tradição liberal no pensamento político dos Estados Unidos. E foi isso o que fizeram Hartz, Boorstin, Hofstadter e posteriormente Packenham. Engana-se quem acredita que



durante esse período o excepcionalismo foi esquecido em nome de interesses mais imediatos de segurança. Vários foram os personagens que utilizaram o invólucro da tradição liberal e defenderam as virtudes norte-americanas e a necessidade de exportá-las. Filosoficamente, a iniciativa dos Peace Corps, de John Kennedy; os Acordos de Camp David, de Jimmy Carter; e a retórica do “Império do Mal”, de Ronald Reagan, não foram tão diferentes da doutrina Truman ou do Plano Marshal. Todos representam manifestações da crença norte-americana na grandeza de seu país e de sua missão. Mais do que simples patriotismo, essas ações incorporam um senso de destino, de ordenação divina. Os Estados Unidos teriam sido concebidos como um messias, um oasis no deserto, e cada geração de norte-americanos tenta viver à altura desta obrigação, corresponder a esta expectativa.

Como um dos temas de política externa dominantes no início da Guerra Fria, a crença norte-americana no excepcionalismo de sua nação teve uma importância significativa ao moldar o pensamento político e o processo de tomada de decisão de atores importantes da época, bem como da população em geral. Ao interpretar sua história como o desdobramento de propósitos divinos, os norte-americanos viam proibição em todas as suas ações. Algumas das características que ficaram evidentes durante este momento incluem a aceitação de uma herança liberal deixada pelos fundadores da nação, a crença na superioridade da cultura e das instituições norte-americanas e um sentimento de dever com o país, com a humanidade e com Deus.

No pós-Guerra Fria, diante de novas circunstâncias, a tradição liberal passa a se manifestar de maneira diferente. A política externa dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001 confirma a presença dos princípios e valores liberais apresentados

neste trabalho. O excepcionalismo não foi enfraquecido A diferença é que agora os efeitos da tradição liberal se evidenciam por novos princípios, mas, como previsto na hipótese deste trabalho, eles não desapareceram, e continuam influenciando todos os grupos político-sociais nos Estados Unidos.

## Capítulo 2: Idéias e Política Externa Norte-Americana

“Let me say that we are doing everything possible so that American men and women in uniform do not have to go out there again. It is the threat of the use of force and our line-up there that is going to put force behind the diplomacy. But if we have to use force, it is because we are America; we are the indispensable nation. We stand tall and we see further than other countries into the future, and we see the danger here to all of us. I know that the American men and women in uniform are always prepared to sacrifice for freedom, democracy and the American way of life.”

**Madeleine K. Albright.** Interview on NBC-TV "The Today Show" with Matt Lauer. Columbus, Ohio, February 19, 1998.

“The best democracy program ever invented is the U.S. Army.”  
**Michael Ledeen**, quoted in Mark Palmer, *Breaking the Real Axis of Evil*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

Por que doutrinas de política externa mudam? Em que medida os ajustes estratégicos podem ser explicados por pressões estruturais do sistema internacional e não por mudanças na mentalidade dos tomadores de decisão? A estratégia de política externa dos Estados Unidos foi submetida a uma mudança brusca após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O argumento defendido aqui, convém repetir, é o de que pressões estruturais do sistema internacional não contam toda a história de tal transformação, e que uma análise da influência das idéias no ajuste estratégico, conforme proposto principalmente por Goldstein e Keohane<sup>74</sup>, pode fornecer uma explicação mais importante.

Este capítulo está organizado da maneira a seguir. A primeira parte oferece as definições conceituais de estratégia ou doutrina de política externa e expõe os meios de promoção de democracia. Logo depois são apresentados e debatidos os conceitos de

---

<sup>74</sup> GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, R. O. (eds.), **Ideas and Foreign Policy**. op. cit.

doutrinas de política externa referidas à democracia – exemplarismo e vindacionismo –, registrando a mudança ocorrida em 2001. A seguir são discutidas as teorias alternativas para a ocorrência de ajustes estratégicos na política externa norte-americana: uma baseada na estrutura do sistema internacional e a outra na importância das idéias no processo de tomada de decisão.

### **Estratégias de Exportação de Democracia**

O conceito de doutrina de política externa utilizado neste trabalho é o de Dueck<sup>75</sup>, e envolve: uma identificação consciente e uma priorização de determinados objetivos de política externa; uma identificação dos recursos existentes e potenciais; e a seleção de um plano que utilize estes recursos para alcançar aqueles resultados.

Sempre que um governante enfrenta a tarefa de conciliar determinados objetivos de política externa com recursos nacionais limitados, ele está adotando uma doutrina de política externa. Doutrinas de política externa podem ser expansionistas ou defensivas, confrontacionistas ou cooperativas. Gastos de defesa, ajuda externa, posicionamento das tropas, comportamento diplomático são influenciados pelas suposições da doutrina de política externa. É claro que ela não é vista de maneira consensual entre todos os atores que influenciam a política externa, mas, implícita ou explicitamente, todos eles têm um senso daquilo que constitui o interesse nacional, das ameaças a este interesse e dos recursos disponíveis para combater tais ameaças.

---

<sup>75</sup> DUECK, Colin. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy**. op. cit., p. 1.

A doutrina de política externa de qualquer país pode mudar de maneira significativa, um processo chamado de ajuste estratégico. É possível medir de maneira precisa tais variações através da análise de mudanças nos níveis de percepção de ameaças, nos gastos militares, na ajuda externa, no ativismo diplomático, no posicionamento em relação aos potenciais adversários, ou ainda, no caso dos Estados Unidos, nas estratégias de promoção de democracia.

Já o conceito de democracia é utilizado aqui tal como ele aparece nos discursos dos tomadores de decisão norte-americanos, que se referem essencialmente à democracia representativa. Esse conceito se baseia na tradição Schumpeter/Dahl em sua definição procedural mínima de democracia e se refere basicamente a eleições livres, honestas e competitivas, além do respeito a liberdades civis e direitos políticos.

Como John M. Owen<sup>76</sup> e outros autores têm documentado, tentativas de influenciar a política doméstica ou o regime político de outros Estados é uma característica comum da política internacional e, em particular, uma tendência pela promoção de democracia tem se acelerado desde o fim da Guerra Fria. Os Estados possuem diferentes meios para promover suas instituições domésticas preferidas, o que varia é o grau de comprometimento e de coerção. Podem-se dividir os meios políticos disponíveis para promover a democratização externa em algumas categorias, como propõe a tabela I:

---

<sup>76</sup> OWEN, John M. **The Foreign Imposition of Domestic Institutions**. *International Organization* 56:2, 2002, 375-409.

**Tabela I**

<b>Available means to promote external democratization</b>	
<b>Categories</b>	<b>Examples</b>
Persuasion and example	"City upon a Hill", Soft Power, cultural exchanges
Diplomatic or Political Pressure	U.S. policy towards client regimes in South Korea, the Philippines, and Taiwan in the 1980s
Technical Assistance	election monitoring, political party organization, rule of law assistance
Conditional Aid or Incentives	European Union expansion
Military Intervention	direct military aid, covert action, or limited troop commitment
Military Occupation and State-Building	post-1945 Japan, peace-building operations
Imperialism	pre-1947 India

**Fonte:** Baseada em KEOHANE, Robert. **From International to World Politics**. Perspectives on Politics 3:2, June 2005, p. 316-317.

A maioria da literatura corrente aborda se ou sob quais circunstâncias estes vários instrumentos políticos são mais ou menos efetivos. Esta dissertação busca responder uma questão analítica diferente: por que um Estado (no caso, os Estados Unidos de George W. Bush), dada uma preferência para alterar ou refazer as estruturas políticas domésticas de outro Estado, escolhe determinados métodos e não outros? Especificamente, o interesse está nos dois instrumentos políticos extremos: como já enunciado, o governo Bush variou sua abordagem de promoção de democracia da persuasão para a coerção (exemplo e ocupação militar).

Tentar afetar a mudança política pela força do exemplo pode parecer excessivamente passivo, mas muitos são os analistas que avaliaram a extensão pela qual regimes políticos se espalham por efeito de difusão, freqüentemente conduzidos por mecanismos

cognitivos. A abordagem mais conhecida talvez seja a de Joseph Nye<sup>77</sup>, em seu conceito de *soft power*. De acordo com Nye, os Estados tentam imitar sistemas políticos e econômicos bem sucedidos, o que pode ser uma fonte significativa de poder para o Estado sendo copiado.

No outro extremo, o segundo meio político de interesse é o uso em larga escala de poder político e militar para a criação ativa de instituições e práticas democrático-liberais no exterior. A construção de um Estado democrático refere-se não apenas à criação e ao estabelecimento de instituições representativas e eleições regulares, mas a aspectos mais amplos do desenvolvimento político subjacentes do liberalismo: o Estado de direito, a provisão de bens públicos, o controle civil dos militares, a criação de partidos políticos, o estabelecimento de uma sociedade civil pluralística. O objetivo é criar instituições que possam sobreviver uma vez que a presença e o apoio externo sejam retirados.

A questão desta dissertação não aborda o sucesso ou o fracasso das operações militares do governo Bush, mas tenta explicar por que o uso da força passou a ser visto como uma estratégia de promoção de democracia efetiva após, e somente após, o 11 de setembro.

### **Exemplarismo e Vindicacionismo no Contexto Norte-Americano**

Os Estados Unidos sempre se viram como um Estado liberal em um mundo não-liberal. Como mostra a Tabela II, a história da política externa norte-americana, especialmente

---

<sup>77</sup> NYE, Joseph S. **Soft Power: The means to succes in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

no pós-Guerra Fria, provê excelentes casos para se entender as estratégias de construção de regimes políticos tanto pelo exemplo quanto pela força.

**Tabela II**

<b>Missões de reconstrução democrática pelo uso da força lideradas pelos Estados Unidos desde 1989</b>	
<b>País</b>	<b>Ano de início</b>
Panamá	1989
Somália*	1992
Haiti	1994
Bósnia	1995
Kosovo	1999
Afeganistão	2001
Iraque	2003

**Fonte:** Baseada em DOBBINS, James et al. **America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq.** Rand, 2003; OWEN, John M. **The Foreign Imposition of Domestic Institutions.** op. cit.; HOOK, Steven W. and SPANIER, John. **American Foreign Policy since World War II.** Seventeenth Edition. CQPress: Washington, 2007; e PEI, Minxin. **Lessons from the Past: The American Record on Nation-Building.** Carnegie Policy Brief nº 24, April 2003.

\* Embora haja certas divergências sobre a intenção norte-americana de construir uma democracia na Somália, este caso foi incluído aqui porque a democratização foi um dos objetivos explícitos da UNOSOM II (United Nations Operation in Somalia II). A UNSCR 814 destaca, por exemplo, a importância de “set up transitional government institutions and consensus on basic principles and steps leading to the establishment of representative democratic institutions”.

Os líderes norte-americanos nunca deixaram de indicar uma relação entre segurança e a expansão da democracia no planeta. Eles têm, no entanto, perseguido este objetivo em graus variados de retração e ativismo. Nesse sentido, duas estratégias, ou escolas de pensamento, se desenvolveram a respeito das possibilidades de promoção de regimes democráticos no longo prazo, ambas as quais se aproximam das estratégias mais gerais de persuasão e *state-building* indicadas na Tabela I.

Uma das perspectivas, o exemplarismo, sugere que as instituições e os valores norte-americanos devem ser preservados e aperfeiçoados; normalmente pelo isolacionismo, embora este não seja um pré-requisito. Os Estados Unidos devem exercer sua influência



no mundo pela força de seu exemplo; uma política externa ativista poderia corromper as práticas liberais em casa, debilitando a atratividade do modelo norte-americano.

Essa escola de pensamento foi tipificada por John Quincy Adams, que em 1821 enunciou o princípio:

“Wherever the standard of freedom and independence has been or shall be unfurled, there will [America’s] heart, her benedictions and her prayers be. But she goes not abroad, in search of monsters to destroy. She is the well-wisher to the freedom and independence of all. She is the champion and vindicator only of her own. She will commend the general cause by the countenance of her voice, and the benignant sympathy of her example”<sup>78</sup>.

Os exemplaristas argumentam que os Estados Unidos deveriam promover a democracia oferecendo ao mundo um modelo bem sucedido de Estado democrático. Dever-se-ia focar no aperfeiçoamento da ordem sócio-política doméstica e diminuir o vão entre os ideais do pensamento político norte-americano e o desempenho real de suas instituições. Ao invés de exportar as instituições americanas de maneira ativa, os exemplaristas aconselham uma política externa um tanto indireta, de fortalecê-las em casa. Os Estados Unidos teriam um interesse estratégico em preservar e aperfeiçoar suas próprias instituições, tornando seu exemplo mais atrativo, como afirma Brands:

“The exemplarists, often but not always less satisfied with America’s present condition than the vindicators, asserted that Americans must concentrate on improving their own society. In doing so, the exemplarists argued, Americans would simultaneously provide the greatest service to humanity, which, seeing heaven approach nearer to earth in the middle latitudes of North America than anywhere else,

---

<sup>78</sup> ADAMS, John Quincy. **U.S. Secretary of State delivering speech to the U.S. House of Representatives on July 4, 1821, in celebration of American Independence Day.** Disponível em: <<http://www.fff.org/comment/AdamsPolicy.asp>>.

would be motivated to adopt America's methods of social organization”<sup>79</sup>.

Por essa lógica, o mecanismo de transformação democrática no cenário internacional é a força moral do exemplo norte-americano. E apesar de o exemplarismo aparentar ser uma abordagem excessivamente passiva e indireta de exportação de democracia, seus defensores vêem o fortalecimento do exemplo norte-americano como lógico e evidente, como fica claro nas palavras de Mead: “the United States can better serve the cause of universal democracy by setting an example rather than by imposing a model”<sup>80</sup>. Ou ainda como afirmou George Kennan:

“it is primarily by example, never by precept, that a country such as ours exerts the most useful influence beyond its borders, but remembering, too, that there are limits to what one sovereign country can do to help another, and that unless we preserve the quality, the vigor, and the moral of our own society, we will be of little use to anyone at all”<sup>81</sup>.

A segunda perspectiva, o vindicacionismo, compartilha essa identidade de “*city upon a hill*”, mas defende que os Estados Unidos devem se mover para além do exemplo e agir ativamente para espalhar os valores e instituições políticas universais ou, em outras palavras, vindicar o liberalismo em um mundo essencialmente não-liberal. A expectativa exemplarista de que outros Estados iriam copiar o exemplo norte-americano é vista como algo que varia entre a ineficiência e a utopia. Os Estados Unidos deveriam acelerar este processo de democratização através da intervenção direta e do uso da

---

<sup>79</sup> BRANDS, H. W. **What America owes the World: The struggle for the soul of foreign policy**. op. cit., p. viii.

<sup>80</sup> MEAD, Walter Russell. **Special Providence – American foreign policy and how it changed the world**. New York: Routledge, 2002, p. 182.

<sup>81</sup> KENNAN, George. **On American Principles**. Foreign Affairs, March/April 1995, Volume 74 n. 2.

força, quando necessário, porque, como lembra Brands, “if Americans didn’t bring the world up to their own standard, the world would bring Americans down to its”<sup>82</sup>.

Essa escola de pensamento foi bem enunciada por Woodrow Wilson, em 1917:

“We are now about to accept gauge of battle with this natural foe to liberty... We are glad... to fight thus for the ultimate peace of the world and for the liberation of its peoples... [and] the rights of nations great and small and the privilege of men everywhere to choose their way of life and of obedience. The world must be made safe for democracy. Its peace must be planted upon the tested foundations of political liberty. We have no selfish ends to serve. We desire no conquest, no dominion. ... We are but one of the champions of the rights of mankind. We shall be satisfied when those rights have been made as secure as the faith and the freedom of nations can make them”<sup>83</sup>.

O espírito de cruzada ao qual algumas vezes recorre a política externa norte-americana deriva do vindicacionismo. Os vindicacionistas acreditam que uma vez removidos os obstáculos impostos por governos autoritários, todas as pessoas iriam escolher viver sob a forma democrática.

Parece útil mostrar em quais períodos da história dos Estados Unidos predominaram exemplarismo ou vindicacionismo. Utiliza-se aqui, por equivalência, o estudo de Frank Klingberg<sup>84</sup> sobre as variações no “humor” da política externa norte-americana. Estudando as regularidades de tais alternâncias, Klingberg acredita na existência de padrões de comportamento na história da política externa dos Estados Unidos desde a independência, ou melhor, de alterações regulares de “humor” desde 1776. Os ciclos de “introversão” ou “extroversão” descrevem o padrão emocional seguido pelo povo norte-

---

<sup>82</sup> BRANDS, H. W. **What America owes the World: The struggle for the soul of foreign policy.** op. cit. , p. ix.

<sup>83</sup> WILSON, Woodrow. **Address to a Joint Session of Congress Requesting a Declaration of War Against Germany.** April 2, 1917.

<sup>84</sup> KLINGBERG, Frank L. **The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy.** World Politics, Vol. 4, No. 2, Jan. 1952, p. 239-273.

americano no desenvolvimento dos Estados Unidos de uma pequena nação na costa do Atlântico à ativa potência mundial que havia se tornado na década de 1950. A extroversão, que aqui se compara ao vindicacionismo, é o termo que se aplica para se referir à “America’s willingness to bring its influence to bear upon other nations, to exert pressure (economic, diplomatic, or military) outside its borders”; e a introversão, comparável ao exemplarismo, refere-se à “America’s unwillingness to exert much positive pressure upon other nations”<sup>85</sup>. Os principais acontecimentos que demonstram a extroversão são: anexação de território (ou tentativa de anexação), intervenções militares e fortes pressões diplomáticas (advertências presidenciais, declarações de guerra). A divisão proposta é a seguinte:

**Tabela III:**

<b>Introvert and Extrovert Phases in U.S. History*</b>	
Introvert Dates (exemplarism)	Extrovert Dates (vindicationism)
1776-1798	1798-1824
1824-1844	1844-1871
1871-1891	1891-1919
1919-1940	1940-(1973)
(1973)-(1991)	(1991)-(2008)

**Fonte:** KLINGBERG, Frank L. **The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy.** World Politics, Vol. 4, No. 2, Jan. 1952, p. 250, adapted.

\* Como o artigo de Klingberg foi publicado na década de 1950, a tabela foi completada pelo autor para que alcançasse o governo de George Bush. A escolha de 1973 refere-se à retirada das tropas norte-americanas do Vietnam, e de 1991 ao início da Operação Tempestade no Deserto, na Guerra do Golfo.

Vale destacar que exemplarismo e vindicacionismo são princípios e, como tais, ajudam a guiar e a explicar o comportamento norte-americano no cenário internacional. Embora um predomine sobre o outro em determinados momentos, nenhum período da história é

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 239.

conduzido por um deles de maneira exclusiva. Comparando-os, é interessante reforçar o fato de que ambos acreditam na universalidade dos valores e princípios democráticos, na relação direta entre democracia e segurança, e na responsabilidade norte-americana de liderar a democratização do mundo (um pelo exemplo, outro pela força).

Outro ponto de semelhança é que ambos os princípios contêm traços de realismo e de idealismo. A posição exemplarista pode ser considerada especificamente idealista em sua suposição de que, até onde uma transformação liberal é possível, ela pode ser atingida apenas pelo mecanismo do exemplo. Ela é realista, entretanto, em seu entendimento intuitivo dos limites de aplicação do poder político-militar norte-americano. A posição vindicacionista, ao contrário, é realista ao reconhecer os limites do poder do exemplo e a necessidade de ação ativa em nome da transformação liberal. É idealista, contudo, sobre a capacidade de os Estados Unidos afetarem essa transformação.

Convém repetir que exemplarismo e vindicacionismo são categorias que se referem à opção por uma das estratégias de promoção de democracia e não a preferências sobre o uso da força em geral ou sobre o papel dos estados Unidos no mundo. Isso significa que duas estratégias também ultrapassam a tradicional divisão política norte-americana entre liberais e conservadores. Os conservadores desaprovam o *state-building* como uma forma de assistência social que desvia os militares de sua função essencial: a guerra (exemplarismo). Porém não hesitaram em apoiá-lo para eliminar fontes de extremismos e de violência durante o governo Bush (vindicacionismo). De maneira semelhante, os liberais vêem o *state-building* ora como imperialismo (exemplarismo), ora como obrigação humanitária (vindicacionismo).

## **Explicando Ajustes Estratégicos**

Após descrever as duas estratégias observadas no governo Bush, e antes de investigar o caso escolhido em maiores detalhes, como seria possível explicar uma mudança de doutrina de política externa? Qual ferramenta teórica pode ser mais útil para explicar o ajuste estratégico ocorrido em 2001? E que tipo de previsões cada teoria oferece?

### O Realismo Estrutural

Em termos do realismo estrutural, o fim da Guerra Fria representou uma mudança revolucionária: o término de um sistema internacional bipolar. Não é exatamente óbvio qual o tipo de comportamento estratégico um realista esperaria, em tais circunstâncias, da última superpotência mundial. Na verdade, no início da década de 1990, os realistas estruturais não ofereciam previsões claras a respeito do provável curso a ser seguido pela política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. Ao contrário, eles ofereciam previsões sistêmicas. Kenneth Waltz<sup>86</sup> e John Mearsheimer<sup>87</sup>, por exemplo, previram que o sistema internacional evoluiria em uma direção multipolar, e que os Estados Unidos deveriam aceitar a ascensão inevitável de potências até então dormentes, como Alemanha e Japão, e diminuir sua presença militar no mundo.

---

<sup>86</sup> WALTZ, Kenneth. **The emerging structure of international politics**, in BROWN, Michael et al. **The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995, p. 42-77.

<sup>87</sup> MEARSHEIMER, John. **Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War**. *International Security*, 15:1, Summer 1990, p. 5-56.

As condições estruturais internacionais, no entanto, têm sido extremamente favoráveis aos Estados Unidos desde o início da década de 1990. Aliás, os Estados Unidos possuíram uma posição tão dominante, em relação aos outros países, durante toda a década, que se chega a afirmar que a teoria da balança de poder pode ser um obstáculo ao bom entendimento da ordem internacional. O ponto importante aqui é que os realistas não estimaram de maneira correta as condições internacionais daquele momento.

Partindo da distribuição de poder atual e reconhecendo que as capacidades norte-americanas são únicas, chegamos a previsões diferentes daquelas oferecidas por Mearsheimer e Waltz. Por exemplo, não esperaríamos que outros Estados se unissem contra os Estados Unidos para equilibrar a balança de poder, mesmo porque tal equilíbrio pode estar além de suas capacidades. Indo direto ao ponto, as previsões a respeito do comportamento da política externa norte-americana certamente não deveriam esperar nenhuma diminuição da presença dos Estados Unidos no mundo. Mesmo os realistas mais defensivos não deveriam esperar que um Estado em posição tão poderosa simplesmente arrumasse as malas e voltasse para casa.

As previsões do realismo estrutural em relação ao 11 de setembro são ainda mais vagas e enigmáticas. É certo que qualquer realista esperaria que os Estados Unidos respondessem energicamente ao terrorismo em seu próprio território. Mas como? Não se imagina, ao ler Waltz ou Mearsheimer, que ataques terroristas implicariam na adoção de uma doutrina de política externa inteiramente nova. De fato, em termos puramente estruturais, o mundo se manteve exatamente o mesmo no dia 12 de setembro de 2001. A distribuição de poder no sistema internacional não se alterou.

E que tipo de ajuste estratégico uma teoria estrutural preveria? Os realistas defensivos poderiam alegar que uma maior percepção de ameaça poderia levar a uma política antiterrorista mais assertiva. Entretanto, não se pode afirmar que eles seriam capazes de prever, e muito menos de aprovar, um ajuste em direção a uma estratégia vindicacionista baseando-se apenas em preocupações antiterroristas.

Como já indicado na introdução, poderia ser argumentado que variações entre as duas abordagens de promoção de democracia podem ser inteiramente explicadas por variações de poder. O realismo político prevê que, devido a incentivos e constrangimentos criados pelo sistema internacional, a expansão e a contração dos interesses políticos de cada Estado tendem a corresponder a variações de seu poder relativo. Mas a extensão pela qual mudanças no poder relativo afetam a propensão a promover mudanças de regimes políticos em outros Estados ainda precisa ser melhor explicada.

A distribuição de poder entre os Estados é certamente um ponto inicial básico para explicar como eles poderiam optar por exportar determinadas instituições e práticas domésticas: Estados hegemônicos têm menos limitações materiais em sua capacidade de agir como um ordenador do sistema internacional. Quando o poder relativo de um Estado aumenta, ele fica mais propenso a exportar seu sistema político ou social. Stalin, por exemplo, teria afirmado que “everyone imposes his own system as far as his army can reach”<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Afirmado em abril de 1945, conforme citado em DJILAS, Milovan. **Conversations with Stalin** (1962). Apud EBELIN, Richard M. **Covering the Map of the World**. Freedom Daily, The Future of Freedom Foundation, May 1995. Disponível em: <<http://www.fff.org/freedom/0595b.asp>>.



É claro que a expansão do poder de um Estado aumenta as oportunidades estratégicas para que ele conforme a política internacional de acordo com seus valores domésticos, de forma a reduzir os constrangimentos externos a seu comportamento. Uma hipótese fundamental do realismo desde Tucídides é a de que os Estados se expandem na ausência de um poder que os equilibre: os agentes políticos “are under an innate compulsion to rule when empowered”<sup>89</sup>.

Resumindo, Estados hegemônicos tendem a conquistar maiores espaços na ordem mundial, o que leva inexoravelmente a uma expansão de seus interesses e compromissos políticos e de segurança. A consequência natural dessa grande variedade de compromissos é que esses Estados tendem a identificar seus próprios interesses nacionais como consistentes ao interesse público internacional. Isso significa dizer que conforme o poder relativo dos Estados Unidos e suas oportunidades de expansão aumentam, o ativismo liberal e a promoção de instituições, práticas e valores democráticos torna-se mais provável.

O problema é que isso tudo ainda não justifica o fato de Bush ter optado pelo vindacionismo apenas após o 11 de setembro, já que as influências do poder eram as mesmas quando ele assumiu a presidência. O argumento desta dissertação é que a capacidade de projetar poder político e militar é uma condição necessária, porém insuficiente para explicar a adoção do vindacionismo no pós-11 de setembro. O ativismo só será visto como uma opção política viável diante da intervenção de crenças domésticas a respeito da capacidade de o poder nacional afetar transformações democráticas em outros países.

---

<sup>89</sup> THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Trans. Steven Lattimore. Indianapolis: Hackett, 1998, p 298.

## O Papel das Idéias

O modelo ideacional de ajuste estratégico não nega que as condições internacionais exerçam pressões sobre os tomadores de decisão. Como afirma Katzenstein<sup>90</sup>, o fato de os interesses nacionais serem definidos por atores que respondem a fatores ideacionais não significa dizer que o poder, entendido como capacidade material, não tem importância para análises de política externa. É claro que Estados e outros atores políticos buscam poder material para defender seus interesses. O argumento é o de que a incerteza sobre como exatamente perseguir os interesses nacionais, o tempo limitado para resposta e a falta de informações, forçariam os governantes a recorrer a atalhos mentais ou crenças preconcebidas, denominadas pela literatura de sistema de crenças.

Essas crenças ou suposições oferecem aos tomadores de decisão um guia sob condições de incerteza, e assim acabam impactando nas decisões de política externa. De maneira resumida, se encaramos as decisões de política externa como uma arena em que os atores enfrentam incertezas contínuas a respeito de seus interesses e sobre como maximizá-los, as idéias agem como “mapas de ação”. Segundo este conceito, de Goldstein e Keohane<sup>91</sup>, as idéias, na ausência de outras informações, estabelecem relações causais ou princípios normativos entre os objetivos do tomador de decisão e estratégias políticas alternativas. Nas palavras dos autores, “[i]deas serve the purpose of guiding behavior under conditions of uncertainty by stipulating causal patterns or by providing compelling ethical or moral motivations for action”<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> KATZENSTEIN, Peter . **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996, caps. 1 e 2.

<sup>91</sup> GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, R. O. (eds.), **Ideas and Foreign Policy**. op. cit., p. 13-17.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 16.

Idéias podem ser amplas ou limitadas, podem estipular o que é certo ou errado, prover novas visões sociais ou meramente sugerir qual política econômica deverá guiar o país rumo a uma maior geração de riquezas. E como os Estados são, por seus recursos, constrangidos a realizar *tradeoffs* entre objetivos políticos, econômicos e militares, os tomadores de decisão escolhem entre estratégias de política externa alternativas, mesmo quando tais estratégias não estão articuladas de maneira explícita. As idéias são as suposições causais, implícitas ou explícitas, que fundamentam essas estratégias. Assim, quando as idéias mudam, o comportamento estratégico muda, independente das condições internacionais.

Como afirmam Goldstein e Keohane,

“new ideas may even lead – even if not immediately – to a significant change in the very constitution of interests. This change may come about when an existing set of ideas is discredited by events or when a new idea is simply so compelling that it captures the attention of a wide array of actors”<sup>93</sup>.

Assim, um modelo ideacional de ajuste estratégico sugeriria que as idéias tendem a persistir, mesmo que as condições materiais mudem, até que sejam refutadas por um tipo de choque externo. Estes choques provocam o questionamento das políticas existentes independente de seus méritos. No caso de doutrinas de política externa, os choques mais comuns são guerras, crises internacionais ou o surgimento de novas ameaças. Mas mesmo uma mudança na identidade do partido político que detém o poder executivo pode agir como um catalisador para a mudança das idéias

---

<sup>93</sup> Idem.

predominantes. Conseqüentemente, o padrão de ajuste estratégico tende a ser irregular e esporádico.

Uma vez que um choque externo tenha aberto a oportunidade para que novas idéias sejam acolhidas, a exata natureza destas idéias dependerá de como se dá a definição da agenda política no ambiente doméstico. Por mais factível que uma idéia for, ela precisa estar na agenda dos tomadores de decisão antes de causar um impacto real. Vários atores podem participar deste processo de decisão: grupos de interesse, atores burocráticos, legislativo. Mas tratando-se de uma doutrina de política externa, especialmente em momentos de mudança e incerteza, o presidente e seus assessores diretos costumam ter uma considerável autonomia para reagir a pressões externas da maneira que melhor entenderem.

Ao contrário do que afirmam os realistas estruturais, há um relativo espaço de manobra para que o executivo desenvolva a nova estratégia de política internacional; a nova estratégia não é uma resposta automática às pressões internacionais. Entretanto, uma vez que o período de ajuste estratégico tenha passado e que a nova idéia tenha sido implementada com relativo sucesso, cresce a resistência à inovação. Neste momento, as idéias já influenciam a decisão porque estão institucionalizadas, inseridas nas normas, como admitem Goldstein e Keohane<sup>94</sup>.

## **Conclusões**

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 20.

Quando George Bush assumiu a presidência em 2001, ele adotava a posição exemplarista: “I think the United States must be humble and must be proud and confident of our values, but humble in how we treat nations that are figuring out how to chart their own course.”<sup>95</sup> Mas os eventos do 11 de setembro representaram um perfeito distúrbio vindicacionista. Eles combinavam um grau sem precedentes de poder militar norte-americano, um ataque direto aos Estados Unidos protagonizado por indivíduos que não compartilhavam de seus valores, e um aumento do fundamentalismo religioso entre os cidadãos norte-americanos. Bush se converteu à causa vindicacionista sem hesitar: “We choose leadership over isolationism (...) We seek to shape the world, not merely be shaped by it; to influence events for the better instead of being at their mercy”<sup>96</sup>.

Como este trabalho vai mostrar mais adiante, esta estratégia de exportação de democracia (vindicacionismo) foi um elemento central para a administração de George W. Bush em sua guerra contra o terrorismo e para sua doutrina de política externa como um todo. Assumindo que os interesses políticos e de segurança dos Estados Unidos seriam garantidos apenas pelo avanço de instituições e valores liberais no mundo, a política de segurança nacional de Bush se centrou na aplicação de poder político e militar para promover a democracia em áreas estratégicas.

No discurso State of the Union de 2005, por exemplo, Bush diz claramente que:

---

<sup>95</sup> BUSH, George W. **THE 2000 CAMPAIGN; 2nd Presidential Debate Between Gov. Bush and Vice President Gore**. The New York Times. Publicado no dia 12 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D00E7D6173FF931A25753C1A9669C8B63&n=Top/Reference/Times%20Topics/Subjects/P/Presidential%20Debates>>.

<sup>96</sup> BUSH, George W. **US National Security Strategy**, March 2006, p. 3.

“[The American] aim is to build and preserve a community of free and independent nations, with governments that answer to their citizens and reflect their own cultures. And because democracies respect their own people and their neighbors, the advance of freedom will lead to peace.

...

In the long term, the peace we seek will only be achieved by eliminating the conditions that feed radicalism and ideologies of murder. If whole regions of the world remain in despair and grow in hatred, they will be the recruiting grounds for terror, and that terror will stalk America and other free nations for decades. The only force powerful enough to stop the rise of tyranny and terror and replace hatred with hope is the force of human freedom”.

De maneira mais ampla, o governo Bush propôs uma ordem internacional liberal fundamentada no poder norte-americano. Como lembra Kagan, esta estratégia está fortemente baseada na idéia de que o poder norte-americano é “the sole pillar upholding a liberal world order that is conducive to the principles [the United States] believes in”<sup>97</sup>.

De acordo com o modelo de explicação proposto por este trabalho, o ajuste estratégico iniciado por Bush após o 11 de setembro ocorreu porque os atentados terroristas colocaram em cheque a eficácia da estratégia de política externa exemplarista anterior, abrindo uma janela de oportunidade para que novas idéias sobre como conduzir a política externa norte-americana de maneira eficiente fossem colocadas em prática. Por se tratar de um momento de indecisão e incerteza e que exigia uma resposta rápida, foram as idéias vindicacionistas, já defendidas por parte do gabinete presidencial, que conseguiram se tornar predominantes.

Tendo delineado o modelo ideacional de ajuste estratégico, passa-se, nos capítulos seguintes, à análise do governo de George W. Bush, demonstrando como as idéias influenciaram a mudança da doutrina de política externa dos Estados Unidos em 2001 e

---

<sup>97</sup> KAGAN, Robert. **America as Hegemon**. In the National Interest 2:29 (July 2003).

sugerindo que este é o modelo que melhor explica a mudança da doutrina de política externa do governo Bush.

## Capítulo 3: Os Ajustes Estratégicos da Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria

“The free system of government we have established is so congenial with reason, with common sense, and with a universal feeling, that it must produce approbation and a desire of imitation...”

**James Madison.** Letter to Pierre E. Duponceau, January 23, 1826.

“The deliberate and deadly attacks which were carried out yesterday against our country were more than acts of terror. They were acts of war. This will require our country to unite in steadfast determination and resolve. Freedom and democracy are under attack... This enemy attacked not just our people but all freedom-loving people everywhere in the world... This will be a monumental struggle of good versus evil, but good will prevail.”

**George W. Bush.** Remarks Following a Meeting with the National Security Team. September 12, 2001.

Em 1991 os Estados Unidos emergiram vitoriosos após quase meio século de Guerra Fria contra a União Soviética. Para muitos, o resultado do conflito demonstrava não apenas a primazia norte-americana na política mundial, mas a superioridade de seu sistema político-econômico e de seu sistema de valores. A combinação entre liberdade individual e livre iniciativa se mostrou bem mais efetiva em atender demandas sociais do que a alternativa socialista. Tendo vencido o nazismo e o fascismo na Alemanha, no Japão e na Itália na Segunda Guerra Mundial e sem ameaças iminentes de *ways of life* alternativos, o modelo norte-americano parecia resolver de uma vez por todas os debates sobre qual seria a melhor maneira de se organizar Estados e sociedades.

Como declarou Fukuyama,

“What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of history, but the end of history as such; that is, the end point of mankind’s ideological



evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.”<sup>98</sup>

A declaração triunfante de Fukuyama foi aceita como senso comum por muitos norte-americanos, que acreditavam que os valores dos demais países na nova ordem internacional mirariam aos dos Estados Unidos. E suas percepções foram reforçadas por rápidas transições democráticas e reformas de mercado nos países ex-soviéticos e pelo crescimento econômico do leste asiático.

### **A Expansão Democrática no Governo Clinton**

Diante de dúvidas sobre qual seria o papel dos Estados Unidos na nova ordem mundial, o presidente Bill Clinton declarou que a expansão da ordem democrática seria sua prioridade e comprometeu-se a incluir aliados, antigos inimigos e várias instituições internacionais. Seu conselheiro de segurança nacional, Anthony Lake, foi quem anunciou a estratégia de política externa que ficaria conhecida como “democratic enlargement”:

“The successor to a doctrine of containment must be a strategy of enlargement – enlargement of the world’s free community... We must counter the aggression – and support the liberalization – of states hostile to democracy... The United States will seek to isolate [non-democratic states] diplomatically, militarily, economically and technologically”<sup>99</sup>.

O Secretário de Estado Warren Christopher citava o envolvimento norte-americano na Europa Oriental, na África do Sul, no Oriente Médio e na América Latina como

---

<sup>98</sup> FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** National Interest (summer 1989), p. 4.

<sup>99</sup> LAKE, Anthony. **From Containment to Enlargement**. Dispatch, Department of State, September 27, 1993, 658-664.

evidência de que as promessas de Clinton seriam cumpridas. Compromissos de ajuda do Ocidente à Rússia e seus países vizinhos, incluindo políticas de desarmamento e democratização, eram vistos como componentes críticos deste esforço. Seguindo a mesma lógica, a Casa Branca identificou aqueles Estados que ameaçavam as fundações da ordem democrática, chamando-os de *rogue states* (Cuba, Iran, Iraque, Líbia e Coréia do Norte), impondo-lhes sanções econômicas, isolamentos diplomáticos e, ocasionalmente, coerções militares. Em outubro de 1998, por exemplo, Bill Clinton assinou o *Iraq Liberation Act*, que declarava a mudança de regime no Iraque um objetivo expreso norte-americano e autorizava o envio de quase US\$100 milhões para rebeldes contrários ao governo de Saddam Hussein e para outros grupos da sociedade civil iraquiana. Pelo mesmo ato, o presidente ainda autorizou uma nova rodada de bombardeios aéreos (*Operation Desert Fox*), que destruíram instalações que supostamente guardavam armas de destruição em massa no Iraque.

Enquanto isso, no âmbito doméstico, Clinton encontrava pouco apoio a sua campanha democrática. O Congresso, de maioria republicana, suspendeu os pagamentos das obrigações norte-americanas com a ONU, criticou ações de ajuda externa e impediu a ratificação de acordos internacionais. A opinião pública, pouco interessada por questões internacionais, também se questionava se aqueles esforços eram vitais aos interesses dos Estados Unidos

Além disso, conflitos regionais começaram a aumentar as dúvidas sobre as ambições de Clinton. Disputas étnicas e religiosas espalhavam violência pelo mundo em desenvolvimento, desafiando as elites governantes e ameaçando os equilíbrios de poder regionais. Clinton já havia herdado do governo anterior as questões na Somália, no Haiti

e nos Balcãs. O fracasso da intervenção norte-americana na Somália teve como consequência direta a não-intervenção em outros países que demandavam ajuda, como Sudão, Burundi e especialmente Ruanda. Sob o encanto da “síndrome da Somália”, Clinton havia assinado uma diretiva<sup>100</sup> em maio de 1994 que impunha condições estritas ao envolvimento americano em missões de *peacekeeping*. Essas condições incluíam uma séria ameaça à segurança dos Estados Unidos, apoio público à intervenção, participação de outros países sob supervisão da ONU, e a garantia de que longas missões de *nation building* não seriam necessárias. Isso significava que o apelo humanitário por si só não seria mais suficiente para a ação militar norte-americana. Outros incentivos seriam necessários e esses não seriam encontrados nos países falidos da África. As condições da diretiva de Clinton se mostrariam mais claras no caso dos Balcãs: havia apoio público às intervenções, havia outros países envolvidos (sob supervisão da ONU na Bósnia e da OTAN no Kosovo) e, acima de tudo, havia a consideração de que uma Europa instável afeta profundamente a segurança dos Estados Unidos. Assim, paralelamente à OTAN, os Estados Unidos empreenderam ataques aéreos decisivos sobre a região, com o compromisso essencial de produzir zero casualidades norte-americanas<sup>101</sup>. De fato, a maioria dos norte-americanos sabia pouco sobre guerras civis ou conflitos regionais e quando apoiava intervenções militares tinha tolerância zero a mortes de seus soldados.

Como será mostrado na Tabela IV, vários atentados terroristas contra alvos norte-americanos durante a década de 1990 não provocaram preocupação do público e nem

---

<sup>100</sup> White House, **Presidential Decision Directive 25: U.S. Policy on Reforming Multilateral Peace Operations**, White House, May 1994. Available at: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd/pdd-25.pdf>>.

<sup>101</sup> Ver CASTRO SANTOS, Maria Helena e TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **O lugar da democracia na principais intervenções militares americanas no pós-Guerra Fria e o papel dos Estados Unidos na nova ordem internacional**. 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. ST 26: POLÍTICA INTERNACIONAL COMPARADA Caxambu, outubro de 2010.

contramedidas mais efetivas por parte do governo. Controvérsias domésticas, como as infidelidades matrimoniais do presidente Clinton, dominavam a cobertura da mídia e as preocupações da Casa Branca e do Congresso. A ameaça terrorista parecia poder ser adiada. Em uma pesquisa de opinião pública, quando perguntados sobre os maiores problemas de política externa que os Estados Unidos enfrentavam em 1999, a maior parte da população respondeu “não sei”, e apenas 12% do povo e 10% dos líderes políticos responderam “terrorismo”<sup>102</sup>.

O curso da política externa norte-americana do governo Clinton confundiu os governos dos outros países, que esperavam que os Estados Unidos exercessem a liderança global que haviam assumido após a Segunda Guerra Mundial e mantido durante a Guerra Fria. Como defende Ikenberry, “whether that extraordinary power can be put to good use in creating a lasting and legitimate international order will in no small measure be determined by how American officials use and operate within international institutions”<sup>103</sup>. Mas enquanto o presidente pregava um engajamento global, a maioria dos membros do Congresso virava as costas para a ordem internacional constitucional que seus predecessores haviam ajudado a criar. Como afirma Huntington, no final da década de 1990, os Estados Unidos eram “the lonely superpower... with one or a few partners, opposing most of the rest of the world’s states and peoples”<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> RIELLY, John E. (ed) **American Public Opinion and U.S. Foreign Policy 1999**. Chicago: Council on foreign Relations, 1999, p. 11. Disponível em: <[http://www.cfr.org/UserFiles/File/POS\\_Topline%20Reports/Archived%20POS%20Surveys/1999\\_POS.pdf](http://www.cfr.org/UserFiles/File/POS_Topline%20Reports/Archived%20POS%20Surveys/1999_POS.pdf)>.

<sup>103</sup> IKENBERRY, John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001, cap. 1. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/s6981.html>>.

<sup>104</sup> HUNTINGTON, Samuel. **The Lonely Superpower**. Foreign Affairs 78, March/April 1999, p. 41. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/54797/samuel-p-huntington/the-lonely-superpower>>.

De qualquer maneira, o balanço unilateral do poder mundial havia se tornado um fato geopolítico. Para muitos analistas, isso era visto como uma força para a estabilidade global:

“The raw power advantage of the United States means that an important source of conflict in previous systems is absent: hegemonic rivalry over leadership of the international system. No other major power is in a position to follow any policy that depends for its success on prevailing against the United States in a war or an extended rivalry. None is like to take any step that might invite the focused enmity of the United States”<sup>105</sup>.

No imaginário popular, os Estados Unidos estavam mais imunes do que nunca aos perigos do sistema internacional e, portanto, mais capazes de executar sua missão de liderar a humanidade em direção à liberdade. A relativa calma do final da década de 1990 confirmava a crença norte-americana de que o estado natural da política internacional era a paz, e não a guerra, e que a promoção da democracia (e do livre mercado) poderia eliminar os conflitos. Na verdade, a situação internacional era percebida como tão favorável aos Estados Unidos que muitos norte-americanos acreditaram que essa missão poderia ser concluída sem muitos esforços ou sacrifícios.

A euforia com o fim da Guerra Fria desencorajou os líderes norte-americanos a confrontar as ameaças postas pelo radicalismo islâmico, cuja arma de escolha (ataques terroristas) não era exatamente entendida por um sistema de defesa preparado para a guerra convencional. Mas, como mostra a Tabela IV, vários acontecimentos expuseram os norte-americanos ao perigo crescente do terrorismo.

---

<sup>105</sup> WOHLFORTH, William. **The Stability of a Unipolar World**. *International Security* 24 (Summer 1999): 7.

**Tabela IV****Major Transnational Terrorist Attacks against U.S. Targets after the Cold War**

---

<b>Date</b>	<b>Terrorist incident</b>	<b>Chief suspect or claimant for responsibility</b>
January 1993	Two CIA employees shot to death outside CIA headquarters in Langley, Virginia.	Pakistani militant
February 1993	Bomb attack damages World Trade Center in New York City; 63 killed and 1,049 injured.	Followers of Egyptian Sheik Omar Abdel-Rahman
April 1993	Former president George H. W. Bush is target of assassination attempt during visit to Kuwait.	Iraqi government
March 1995	Two U.S. diplomats killed in U.S. consulate in Karachi, Pakistan.	Unknown
June 1996	Car bomb near U.S. Army compound in Al Khobar, Saudi Arabia, kills or wounds more than 250 military personnel.	Saudi Hezbollah, Iranian government
February 1997	Tourists at Empire State Building in New York City are target of machine gun attacks, 1 visitor killed and several others wounded.	Palestinian militant
August 1998	U.S. embassies in Dar es Salaam, Tanzania, and Nairobi, Kenia, attacked in nearly simultaneous bombings. Death toll of nearly 300 includes 12 Americans; more than 5,000 wounded.	Al Qaeda (Afghanistan)
February 1999	Three American human rights activist in Venezuela kidnapped and then killed.	Revolutionary Armed Forces of Colombia
October 2000	USS Cole bombed while refueling in Aden, Yemen; 17 sailors killed and 39 others injured.	Al Qaeda (Afghanistan)
September 2001	Suicide aircraft attacks on World Trade Center and Pentagon kill more than 3,000 and injure thousands more.	Al Qaeda (Afghanistan)

---

**Source:** HOOK, Steven W. and SPANIER, John. **American Foreign policy since World War II.** Seventeenth Edition. CQPress: Washington, 2007, p. 310-311, (adaptado pelo autor).

Mas uma série de ataques no início da década, incluindo uma tentativa de derrubar o *World Trade Center* em Nova Iorque e o assassinato de agentes da CIA em Langley, forçou o presidente Clinton a confrontar o problema. Em junho de 1995, sentindo-se alarmado o suficiente, ele emitiu uma diretiva<sup>106</sup> exigindo maior coordenação entre as agências federais para antecipar futuros ataques e responder de maneira efetiva no caso de alguma ocorrência. “The United States”, afirma a diretiva de Clinton, “regards all such terrorism as a potential threat to national security as well as a criminal act and will apply all appropriate means to combat it”<sup>107</sup>. Ainda é declarado que:

“The acquisition of weapons of mass destruction by a terrorist group, through theft or manufacture, is unacceptable. There is no higher priority than preventing the acquisition of this capability or removing this capability from terrorist groups potentially opposed to the U.S.”<sup>108</sup>.

Em maio de 1998, Clinton expede mais duas diretivas regulamentando o combate ao terrorismo<sup>109</sup> e a proteção da infra-estrutura nacional<sup>110</sup>, com o objetivo de demonstrar sua determinação anti-terrorista. Essas medidas à parte, a Casa Branca encontrou sérias dificuldades em persuadir o Congresso de que as ameaças eram iminentes. Mesmo depois do aviso de uma força-tarefa alertando sobre prováveis atentados terroristas em 2000, os parlamentares demonstraram preocupação, mas não aprovaram nenhuma grande iniciativa de contra-terrorismo ou medidas de financiamento para fortalecer os programas de defesa anti-terrorista norte-americanos.

---

<sup>106</sup> White House. **Presidential Decision Directive 39, U.S. Policy on Counterterrorism**. June 21, 1995. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd39.htm>>.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>109</sup> White House. **Presidential Decision Directive 62, Protection Against Unconventional Threats to the Homeland and Americans Overseas**. May 22, 1998. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd-62.htm>>.

<sup>110</sup> White House. **Presidential Decision Directive 63, Critical Infrastructure Protection**. May 22, 1998. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd-62.htm>>.

## **O Primeiro Ajuste Estratégico: O Governo Bush Antes de 11 De Setembro de 2001**

### **– Exemplarismo**

Ao assumir o governo dos Estados Unidos em 2001, a administração de George W. Bush realizou transformações significativas na doutrina de política externa do país. O novo presidente e sua equipe acreditavam em valores como prontidão militar, política de grandes potências e “reais” interesses nacionais. Bush desaprovava a disposição do governo Clinton de se engajar em intervenções humanitárias e operações de *nation-building*. Ele defendia que o governo norte-americano deveria ser mais seletivo em relação ao uso da força e clamava por uma abordagem menos intervencionista com relação aos assuntos internos de outros países. Era um cético do multilateralismo, e se demonstrava inflexível com respeito a potenciais adversários. Esses ajustes representavam um afastamento do internacionalismo liberal de Clinton, em direção a uma política externa mais realista.

O ajuste estratégico não representa uma reação a pressões estruturais do sistema internacional. Os Estados Unidos não enfrentavam nenhuma ameaça externa que fosse especialmente severa ou urgente a ponto de exigir uma nova doutrina de política externa. Tampouco a distribuição de poder no sistema internacional havia mudado; na verdade ela era essencialmente a mesma durante o governo Clinton. A fonte óbvia do ajuste foi a mudança na administração do país. O novo grupo que assumiu o poder possuía idéias diferentes a respeito dos interesses e recursos norte-americanos. Foi por causa dessas novas idéias, e apenas por causa delas, que esse ajuste estratégico aconteceu.



As posições de política externa assumidas por Bush foram formadas a partir de críticas feitas aos oito anos de administração democrata e a partir de conselhos recebidos de internacionalistas influentes dentro do Partido Republicano<sup>111</sup>. Bush advogava o aumento dos gastos militares e a modernização das tropas norte-americanas, mas, em crítica a Clinton, prometia ser mais cuidadoso ao enviar forças militares para outros países:

“Building a durable peace ... will require tough realism in our dealings with China and Russia. It will require firmness with regimes like North Korea and Iraq – regimes that hate our values and resent our success. I will address all these priorities in the future. But I want to begin with the foundation of our peace – a strong, capable and modern military... But our military requires more than good treatment. It needs the rallying point of a defining mission. And that mission is to deter wars – and win wars when deterrence fails. Sending our military on vague, aimless and endless deployments is the swift solvent of morale. As president, I will order an immediate review of our overseas deployments – in dozens of countries. The longstanding commitments we have made to our allies are the strong foundation of our current peace. I will keep these pledges to defend friends from aggression. The problem comes with open-ended deployments and unclear military missions. In these cases we will ask, ‘What is our goal, can it be met, and when do we leave?’ As I’ve said before, I will work hard to find political solutions that allow an orderly and timely withdrawal from places like Kosovo and Bosnia. We will encourage our allies to take a broader role. We will not be hasty. But we will not be permanent peacekeepers, dividing warring parties. This is not our strength or our calling”.<sup>112</sup> (ênfase adicionada)

Em uma série de comentários, durante os debates presidenciais contra Al Gore em outubro de 2000, Bush continuou enfatizando seu ceticismo com relação às missões de *nation-building*, sugerindo que não teria intervindo no Haiti ou na Somália e demandando critérios mais claros a respeito do uso da força, baseados no interesse nacional:

---

<sup>111</sup> MANN, James. **Rise of the Vulcans: the history of Bush’s war cabinet**. New York: Viking, 2004, p. 234-260.

<sup>112</sup> BUSH, George W. **A Period of Consequences**. The Citadel, September 23, 1999, South Carolina. Disponível em: <[www.citadel.edu/pao/addresses/pres\\_bush.html](http://www.citadel.edu/pao/addresses/pres_bush.html)>.

“And so I don't think our troops ought to be used for what's called nation-building. I think our troops ought to be used to fight and win war... But in [Somalia] it was a nation-building exercise, and same with Haiti. I wouldn't have supported either... If I think it's in our nation's strategic interest I'll commit troops... [But] it needs to be in our vital interest, the mission needs to be clear, and the exit strategy obvious”<sup>113</sup>.

De maneira geral, Bush propunha uma abordagem de política externa mais dura e mais inflexível com os potenciais adversários dos Estados Unidos. Ele e seus assessores argumentavam contra qualquer tipo de acordo com a Coreia do Norte, advogavam uma aproximação mais pragmática com a Rússia, sugeriam que a China fosse tratada como um “strategic competitor” ao invés de um “strategic partner”, e defendiam a construção de um sistema nacional de mísseis de defesa<sup>114</sup>.

Ainda deixaram bastante claras suas preocupações com as possibilidades de erosão da soberania norte-americana pela vinculação dos Estados Unidos a uma variedade de acordos multilaterais, como a Corte Internacional de Justiça<sup>115</sup>. Enquanto seu predecessor havia feito um “blanket commitment to multilateralism”, explicou Richard Haass, diretor de planejamento político do Departamento de Estado, a abordagem da administração Bush seria “a la carte... participation will depend on hard-headed, case-by-case assessments of the implications for U.S. national interests”<sup>116</sup>.

Ao mesmo tempo, no entanto, Bush insistia que “the United States must be humble... humble in how we treat nations that are figuring out how to chart their own course”<sup>117</sup>.

A retórica de Bush indicava que ele seria mais linha-dura que Clinton, mas ao mesmo

---

<sup>113</sup> BUSH, George W. **Presidential Debate in Winston-Salem, North Carolina**. op. cit.

<sup>114</sup> RICE, Condoleezza. **Promoting the National Interest**. *Foreign Affairs*, 79:1 (January/February 2000), p. 55-58.

<sup>115</sup> BOLTON, John. **Should we take global governance seriously?** *Chicago Journal of International Law*, 1:2 (2000), p. 205-222.

<sup>116</sup> SHANKER, Thom, **White House Says the U.S. Is Not a Loner, Just Choosy**. *New York Times*, July 31, 2001.

<sup>117</sup> BUSH, George W. **Presidential Debate in Winston-Salem, North Carolina**. op. cit.

tempo mais modesto ao intervir nos assuntos internos de outros Estados. E a razão estava bastante clara: os valores e princípios liberais iriam, a partir dali, ocupar um lugar secundário em considerações a respeito do interesse norte-americano. Como Bush afirmou explicitamente, “[f]irst question is what’s in the best interests of the United States? What’s in the best interests of our people? When it comes to foreign policy that will be my guiding question. Is it in our nation’s interests?”<sup>118</sup>.

Ocupar um lugar secundário, ou ser um efeito de segunda ordem, como disse Condoleezza Rice<sup>119</sup>, não significa afirmar que os valores e princípios liberais não eram considerados importantes, que seriam esquecidos ou que não influenciariam decisões. Vale lembrar que este trabalho assume que a tradição liberal está sempre presente, tendo influência variada dependendo do grupo político-social a que se aplica. Se Bush não acreditava que sua política externa deveria assumir responsabilidade direta para cumprir a missão norte-americana, isso representa apenas que ele adotava a estratégia exemplarista, e não que ele não acreditasse em tal missão.

De fato, Bush e Powell fazem várias menções à universalidade dos princípios democráticos; à relação direta entre democracia, segurança e interesses norte-americanos; e à missão, mas em nenhuma dessas menções, o ideal democrático é vinculado ao uso da força (nos discursos realizados antes de 11 de setembro de 2001)<sup>120</sup>. A crença na universalidade dos valores democráticos, supostamente comprovada pela vitória norte-americana na Guerra-Fria, continua sendo lembrada. Powell, por exemplo, expressa essa convicção de que, sendo a democracia um sistema superior aos demais, todos os povos do mundo desejam tornar-se democráticos:

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Ver nota de rodapé número 128.

<sup>120</sup> Sobre as referências de Bush, Powell e Rice sobre os princípios democráticos ver Anexo I.

“This is a time of great opportunity in the world. It is also a time of challenge, a time of risk and danger. And we will deal with those risks and those dangers. But we must never lose sight of the fact that it really is a time of opportunity where our value system is ascended, where Communism is gone as a functioning ideology, where Fascism and Nazism have been left behind in the dustbin of history, where it is democracy and the free enterprise system that represents the model that works”<sup>121</sup>.

Bush também não poupa palavras para defender este princípio:

“Through much of the last century, America's faith in freedom and democracy was a rock in a raging sea. Now it is a seed upon the wind, taking root in many nations. Our democratic faith is more than the creed of our country, it is the inborn hope of humanity, an ideal we carry but do not own, a trust we bear and pass along”<sup>122</sup>.

Mesmo em uma enfática defesa da missão norte-americana, durante seu primeiro discurso *State of the Union* para o Congresso dos Estados Unidos, Bush não se mostra vindicacionista. Percebe-se que ele não abre mão de defender os valores democráticos, mas também não menciona o uso da força:

“We will work with our allies and friends to be a force for good and a champion of freedom. We will work for free markets and free trade and freedom from oppression. Nations making progress toward freedom will find America is their friend”<sup>123</sup>.

E mesmo no discurso feito à nação no dia 11 de setembro de 2001 logo após os atentados, Bush se utiliza da mais típica retórica exemplarista para justificar os atos terroristas. Os Estados Unidos teriam sido atacados justamente porque representavam o ideal de liberdade ao qual todos, à exceção dos terroristas, aspiram:

---

<sup>121</sup> POWELL, Colin. **Testimony at Budget Hearing before House Budget Committee**. March 15, 2001.

<sup>122</sup> BUSH, George W. **First Inaugural Address**. Saturday, January 20, 2001.

<sup>123</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on Administration Goals**. February 27, 2001.

“These acts shattered steel, but they cannot dent the steel of American resolve. America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining”<sup>124</sup>.

A “*shining light*” e o “*brightest beacon*” representam o mesmo que a “*city upon a hill*”. É a mesma visão de que os Estados Unidos devem se esforçar para ser o modelo de sistema político desejado por todos. Essa retórica, exatamente como a de Winthrop, não deixa de ser influenciada pela linguagem bíblica. Se os Estados Unidos são a “luz” e somente “luz” traz segurança e paz, fica clara a semelhança com “Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andará nas trevas”. (João, 8:12)

E o time de política externa de Bush nomeado em 2001 apresentava um tom bem consistente com os discursos presidenciais. Os principais nomes foram Colin Powell para o Departamento de Estado, Donald Rumsfeld para o Departamento de Defesa e Condoleezza Rice para o Conselho de Segurança Nacional. O Vice-Presidente Dick Cheney também viria a se tornar uma figura de importância central para a formulação da política externa de Bush. Outras nomeações significativas incluem Paul Wolfowitz e Douglas Feith no Pentágono, Richard Armitage, John Bolton e Richard Haass no Departamento de Estado, Elliot Abrams no Conselho de Segurança Nacional, John Negroponte na Organização das Nações Unidas, e Lewis Libby no gabinete do vice-presidente. Este grupo não era homogeneamente vindicacionista, unilateralista ou neoconservador, como se verá a seguir.

Interpretações comuns a respeito de divisões internas dentro da administração de Bush costumam apontar Powell como um multilateralista, contra Rumsfeld ou Cheney

---

<sup>124</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the Terrorist Attacks**. September 11, 2001.

unilateralistas em quase todos os assuntos significantes<sup>125</sup>. É claro que essas interpretações têm algum fundamento, visto que Powell era visivelmente mais preocupado com a preservação das boas relações com os aliados norte-americanos do que, por exemplo, Rumsfeld. Mas as diferenças ideológicas entre eles foram freqüentemente exageradas pela imprensa. Na verdade Powell está longe de poder ser considerado um devoto do multilateralismo liberal e Rumsfeld e Cheney não se opunham a todo e qualquer acordo ou instituição multilateral como seus críticos normalmente sugerem. A divisão dentro da administração que se torna realmente interessante (e que inclui o próprio presidente) não se dá entre o unilateralismo e o multilateralismo, mas entre uma visão estratégica exemplarista e outra, mais ambiciosa e mais idealista, vindicacionista<sup>126</sup>.

É claro que insinuações vindicacionistas estavam presentes desde que Bush assumiu o governo. Na verdade, muitos de seus assessores de política externa (notadamente Rumsfeld, Cheney, Wolfowitz, Armitage, Feith, Bolton, Abrams e Libby) haviam assinado, em 1997, a Declaração de Princípios do “Project for a New American Century”. Esse projeto, de cunho extremamente vindicacionista, surgiu de uma

---

<sup>125</sup> A esse respeito, ver, por exemplo, PATRICK, Stewart. **Don't fence me in: the perils of going it alone**. World Policy Journal, 18:3 (Fall 2001), p. 2-14.

<sup>126</sup> Após o fim da Guerra do Golfo, em 1991, Colin Powell, então Chefe do Estado-Maior do governo de George H. W. Bush, resumiu sua visão daquilo que constituiria uma ação militar eficiente. Este esboço ficou conhecido como a Doutrina Powell e exige, em essência, que as seguintes questões tenham resposta afirmativa antes do início de uma ação militar: “1) Is a vital national security interest threatened?; 2) Do we have a clear attainable objective?; 3) Have the risks and costs been fully and frankly analyzed?; 4) Have all other non-violent policy means been fully exhausted?; 5) Is there a plausible exit strategy to avoid endless entanglement?; 6) Have the consequences of our action been fully considered?; 7) Is the action supported by the American people?; 8) Do we have genuine broad international support?”. (DuBRIN, Doug. **The Powell Doctrine: Background, Application and Critical Analysis**. News Hour Extra. Disponível em: <[www.pbs.org/newshour/extra/teachers/lessonplans/iraq/powelldoctrine.html](http://www.pbs.org/newshour/extra/teachers/lessonplans/iraq/powelldoctrine.html)>.). Notem que a preocupação multilateralista está presente na última questão, mas que, acima de tudo, é o tom realista/nacionalista que predomina. Vale destacar também a ausência da missão norte-americana de levar liberdade aos povos oprimidos do mundo. Não é o caso de se afirmar que Powell não acredita nesta missão (de fato, ele faz menção a ela em vários outros momentos), mas apenas que ele não a associa à ação militar, o que o posiciona dentro da visão estratégica exemplarista.

iniciativa conjunta de William Kristol e Robert Kagan, ícones do neoconservadorismo, e explicita como seus princípios mais importantes:

- “• to strengthen [the American] ties to democratic allies and to challenge regimes hostile to [American] interests and values;
- to promote the cause of political and economic freedom abroad;
- to accept responsibility for America’s unique role in preserving and extending an international order friendly to our security, our prosperity, and our principles”<sup>127</sup>.

As suposições do neoconservadorismo influenciaram a doutrina de política externa norte-americana durante os meses iniciais do governo Bush em vários assuntos: da defesa antimísseis, passando pelo relacionamento com a China, até os “*rogue states*”. Mas antes de 11 de setembro de 2001, a palavra de ordem na política externa de Bush era realismo, uma opção que claramente excluía a exportação de democracia pelo uso da força.

De fato, Bush e seus assessores fizeram questão de mostrar seu ceticismo com relação à construção democrática e à intervenção humanitária. Condoleezza Rice, por exemplo, em artigo publicado na *Foreign Affairs*, critica o governo de Clinton sugerindo que no governo democrata o interesse nacional norte-americano havia sido substituído por interesses humanitários e interesses da comunidade internacional. E então afirma que “To be sure, there is nothing wrong with doing something that benefits all humanity, but that is, in a sense, a second-order effect”, e continua dizendo que é importante separar

---

<sup>127</sup> Project for a New American Century. **Statement of Principles**, June 3, 1997. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>.

“the important from the trivial”, porque a “American foreign policy cannot be all things to all people”<sup>128</sup>.

A equipe de Bush defendia que a política de segurança nacional dos Estados Unidos precisava se focar na política das grandes potências e nos interesses nacionais concretos, diminuindo as pretensões internacionais de alterar atitudes e comportamentos sociais<sup>129</sup> e sendo mais seletivos com relação ao uso da força. No *Quadrennial Defense Review* de 2001, por exemplo, a administração Bush advoga uma diminuição da ênfase em operações militares de pequena escala em favor de operações voltadas à defesa nacional<sup>130</sup>. Bush acreditava que os compromissos estratégicos dos Estados Unidos deveriam coincidir com suas capacidades militares, e como ele não planejava aumentar o orçamento do Departamento de Defesa<sup>131</sup>, isso significava uma redução de seus compromissos.

Richard Haass já havia articulado o novo pragmatismo que guiaria a política externa de Bush em um artigo publicado na *Foreign Affairs*, em 1999:

“In the end, the creation and maintenance of an American world system will depend as much or more on what Americans and their leaders do as on outside influences. One internal obstacle to properly achieving this goal stems from the desire to do too much, from establishing ends that are overly ambitious. Hegemony, as has already been noted, falls under this rubric. So, too, does democratic enlargement, the only attempt by the Clinton administration to define a post-containment foreign policy doctrine. America simply lacks the means to shape the political culture

---

<sup>128</sup> RICE, Condoleezza. **Campaign 2000: Promoting the National Interest**. Foreign Affairs, January/February 2000.

<sup>129</sup> DUECK, Colin. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy**. op. cit., p. 151.

<sup>130</sup> RUMSFELD, Donald. **Quadrennial Defense Review Report**. Washington DC: Department of Defense, 2001, p. 14, 17, 21. Disponível em: <<http://www.dod.gov/pubs/qdr2001.pdf>>.

<sup>131</sup> MYERS, Steven Lee and DAO, James. **Bush Plans Modest Increase for the Pentagon**. New York Times, February 1, 2001. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/02/01/politics/01DEFE.html?pagewanted=print?pagewanted=all>>.



and system of another country – short of long-term occupation, an option usually unavailable and not guaranteed to work, as demonstrated in Haiti.

... [T]here must be limits on U.S. military action when a situation is not dire, when partners are scarce, or when other major powers oppose American intervention. Promoting this dimension of world order should not be allowed to undermine the other dimensions. At the end of the day, order is more fundamental than justice; one can have the former without the latter, but not vice versa... [T]he United States must avoid jeopardizing larger interests when addressing [humanitarian abuses]<sup>132</sup>.  
(ênfase adicionada)

Estas afirmações representam uma das formas mais objetivas e sucintas daquilo que viria a ser a abordagem de política externa do governo Bush. Estão presentes as crenças exemplarista (“America simply lacks the means to shape the political culture and system of another country”) e realista (“order is more fundamental than justice”). Isso significaria que Bush se afastaria das intervenções wilsonianas dos anos de Clinton, em favor de uma política externa mais modesta e mais pragmática.

A presença de vindicacionistas dentro do gabinete do presidente era inquestionável, mas eles não foram capazes de moldar a doutrina de política externa em seu favor nos primeiros meses de governo. Vários dos assessores nomeados por Bush, como Powell, Rice<sup>133</sup> e Haass, eram abertamente céticos a respeito de campanhas idealistas em assuntos de política externa. Acima de tudo, o presidente mostrou pouco interesse na agenda radical e agressiva dos advogados do vindicacionismo. Ao contrário, os princípios do presidente pareciam ser nacionalismo, realismo e exemplarismo. A consequência direta deste fato é que o tom do presidente permaneceu dominante; pelo menos até os atentados terroristas a Nova Iorque e Washington, em 11 de setembro de 2001.

---

<sup>132</sup> HAASS, Richard. **What to Do With American Primacy**. Foreign Affairs, 78:5, September/October 1999, p. 45-48.

<sup>133</sup> Sobre o enquadramento de Condoleezza Rice dentro da perspectiva realista, ver, por exemplo, HEILBRUNN, Jacob. **Condoleezza Rice: George W.’s Realist**. World Policy Journal, 16:4, Winter 1999/2000, p. 51, 54.

## O Grande Ajuste Estratégico: A Doutrina Bush - Vindicacionismo

“Continuity and change” foram as palavras de Condoleezza Rice para descrever o pós-11 de setembro:

“And then came the attacks of September 11, 2001. As in the aftermath of the attack on Pearl Harbor in 1941, the United States was swept into a fundamentally different world. We were called to lead with a new urgency and with a new perspective on what constituted threats and what might emerge as opportunities. And as with previous strategic shocks, one can cite elements of both continuity and change in our foreign policy since the attacks of September 11.”<sup>134</sup>

Nas semanas seguintes aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 o governo norte-americano gravitou em direção a uma nova estratégia de política externa: o vindicacionismo. Alguns temas realmente permaneceram inalterados, como a postura inflexível diante de potenciais adversários, a crença na relevância do poder militar, o ceticismo com relação às instituições multilaterais. Mas outras suposições sofreram alterações drásticas. Foram enfatizadas a preponderância norte-americana, em detrimento do equilíbrio de poder; a promoção mundial da democracia, pela força se necessário; e a necessidade de ação militar preemptiva contra Estados autoritários relacionados com organizações terroristas. Foram esquecidos o cuidado com relação ao uso da força e a importância exclusiva dada ao interesse nacional na definição da política externa. Em seu lugar surgiu uma estratégia que seguia os princípios de um wilsonianismo vigoroso e assertivo. A maior manifestação da nova abordagem foi a

---

<sup>134</sup> RICE, Condoleezza. **Rethinking the National Interest – American Realism for a New World.** Foreign Affairs, July/August 2008.

guerra contra o Iraque, mas essa guerra não representa mais do que a consequência mais visível de uma mudança geral nas suposições estratégicas do governo Bush.

A administração de Bush mantém que o ajuste estratégico foi uma resposta inevitável ao terrorismo. Mas as relações causais entre o 11 de setembro e a nova estratégia são mais complicadas – e mais interessantes. É claro que os ataques a Nova Iorque e a Washington exerceram um papel catalisador para o ajuste, mas a mudança não poderia ser prevista baseando-se apenas nas pressões estruturais do sistema internacional. Agindo como choque externo, os atentados terroristas abriram a janela de oportunidade para que defensores de idéias diferentes se aproximassem e defendessem seu ponto de vista.

De fato, alguns dos principais assessores do presidente, e mais tarde o próprio presidente, se aproveitaram da oportunidade de definir a agenda do país e construir o apoio para uma nova estratégia vindicacionista. É válido lembrar que a teoria admite que em um momento de mudanças e incertezas causadas por um choque externo o presidente e seus assessores diretos têm uma autonomia significativa para definir a nova estratégia de política externa necessária para responder ao choque. Por mais factível que uma idéia seja, ela precisa estar na agenda do presidente antes de causar impactos reais. E a idéia alternativa existente dentro da equipe de política externa de Bush era o vindicacionismo à maneira neoconservadora. O ajuste, resumido pela Guerra do Iraque, foi mais agressivo e mais idealista que a estratégia (exemplarista) anterior. Ele foi fundamentado em antigas e clássicas suposições liberais sobre como responder a ameaças externas.

Ao empregar o poder legitimador da tradição liberal para prover a interpretação “oficial” do 11 de setembro, Bush foi capaz de criar um contexto no qual os norte-americanos poderiam entender e aceitar uma série de objetivos de política externa de amplitude maior que uma simples resposta aos atentados teria sugerido. A única maneira de garantir que tais atrocidades não acontecessem novamente, garantia Bush, seria mudar o contexto global que as havia tornado possível. Mudar o mundo desta maneira, para servir aos interesses norte-americanos tornando-o mais consistente com os valores norte-americanos, sempre foi um componente implícito da identidade nacional nos Estados Unidos. Como afirma McCartney,

“the terrorist strikes provided a rare clarifying moment in the nation’s collective consciousness, when both American national identity and U.S. foreign policy were reinvigorated – separately and in relation to each other – and a national focus and sense of mission... reemerged”<sup>135</sup>.

A primeira fase da “guerra contra o terror” foi menos controversa. A reação inicial da administração Bush foi demandar que o governo do Afeganistão entregasse os principais membros da Al Qaeda que se encontravam em seu território. Quando o Talibã se recusou cumprir tal demanda, Bush lançou a ação militar no Afeganistão. Esse foi um passo importante porque indicava uma nova e mais agressiva abordagem contra-terrorista. Como Bush afirmou em seu discurso diante do Congresso em 20 de setembro de 2001,

“Any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime... Our war on terror [is] with al-Qaida, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated”<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> McCARTNEY, Paul T. **American Nationalism and U.S. Foreign Policy from September 11 to the Iraq War**. *Political Science Quarterly*, Fall 2004, volume 119, number 3, p. 400.

<sup>136</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11**. September 20, 2001.

Essa retórica já representava um afastamento de uma abordagem contra-terrorista mais restritiva que os Estados Unidos seguiram, por exemplo, durante o governo Clinton. Ainda assim, a ação militar contra o Talibã possuía amplo apoio interno (da população e do Congresso) e internacional, como mostram as Tabelas V e VI, a seguir.

**Tabela V: Support for military action in Afghanistan**

<i>Date</i>	<i>Support/ Approve(%)</i>	<i>Oppose/ Disapprove(%)</i>	<i>Don't Know/ N.A.(%)</i>	<i>N</i>
10/11–12/01 (PSRA/NEWS)	89	8	3	1,004
10/17–18/01 (OD/FOX)	89	6	5	900
10/18–19/01 (PSRA/NEWS)	88	9	3	1,006
10/25–26/01 (PSRA/NEWS)	88	8	4	1,005
10/31–11/1/01 (OD/FOX)	87	8	5	900
11/1–2/01 (PSRA/NEWS)	86	10	4	1,001
11/8–9/01 (PSRA/NEWS)	88	10	2	1,001
11/14–15/01 (OD/FOX)	91	6	3	900
11/15–16/01 (PSRA/NEWS)	88	11	1	1,000
11/28–29/01 (OD/FOX)	91	5	4	900
11/29–30/01 (PSRA/NEWS)	89	7	4	1,002
12/6–7/01 (PSRA/NEWS)	88	9	3	1,003
12/12–13/01 (OD/FOX)	91	6	3	900
1/9–10/02 (OD/FOX)	90	5	5	900
1/30–31/02 (OD/FOX)	89	7	4	900
2/26–27/02 (OD/FOX)	82	11	7	900
3/12–13/02 (OD/FOX)	91	6	3	900

*OD/FOX*: Do you support or oppose the U.S. military action being taken in response to the terrorist attacks?

*PSRA/NEWS*: Do you approve or disapprove of the current U.S. military action against terrorism?

Fonte: HUDDY, Leone et al. **The Pools – Trends: Reactions to the Terrorist Attacks of September 11, 2001**. *Public Opinion Quarterly*, 66:3 (Fall 2002), p. 441.

**Tabela VI: Approval of President Bush's handling of the war on terrorism**

<i>Date</i>	<i>Approve/Support(%)</i>	<i>Disapprove/Oppose(%)</i>	<i>Don't Know/N.A. (%)</i>	<i>N</i>
10/15/01 (ABC/WP)	92	6	3	509
11/13–14/01 (CBS)	88	9	3	805
12/7–10/01 (CBS/NYT)	90	6	4	1,052
1/5–6/02 (CBS)	88	9	3	1,060
1/15–17/02 (CBS)	87	10	3	1,030
1/24–26/02 (CBS)	87	9	4	1,034
1/24–27/02 (ABC/WP)	88	10	2	1,507
2/24–26/02 (CBS)	82	13	5	861
3/7–10/02 (ABC/WP)	86	10	2	1,008

*ABC/WP*: Do you approve or disapprove of the way that George W. Bush is handling the U.S. campaign against terrorism?

*CBS, CBS/NYT*: Do you approve or disapprove of the way that George W. Bush is handling the campaign against terrorism?

Fonte: HUDDY, Leone et al. **The Pools – Trends: Reactions to the Terrorist Attacks of September 11, 2001**. *Public Opinion Quarterly*, 66:3 (Fall 2002), p. 445.

Dentro dos Estados Unidos, a Guerra no Afeganistão foi vista como um sucesso e, terminado rapidamente, não despertou debates sobre as linhas gerais da nova estratégia, como mostra a tabela VI. A maioria dos atores políticos apoiaram a ação militar contra o Talibã, mas, para além do Afeganistão, ainda restava a questão de como Bush iria moldar a política de segurança nacional em resposta ao 11 de setembro. E sobre essa questão, várias alternativas estavam disponíveis. Na verdade, as alternativas de ação eram basicamente as mesmas que estavam disponíveis desde o fim da Guerra Fria.

Layne, por exemplo, defendeu o retorno das tropas norte-americanas no exterior:

“In the longer term, regardless of future developments in the war on terrorism, the paradox of U.S. power will not disappear. Looking beyond the war, the big question confronting U.S. strategists in coming years is how to reduce the risks of U.S. hegemony. To lower the risk, the United States must change its grand strategy. One grand strategic alternative to primacy is offshore balancing”<sup>137</sup>.

<sup>137</sup> LAYNE, Christopher. **Offshore balancing revisited**. *Washington Quarterly*, 25:2 (Spring 2002), p. 245.

Ikenberry, por sua vez, acreditava que uma resposta ao terrorismo deveria incluir o aprofundamento da cooperação internacional e dos compromissos multilaterais:

“How Washington fights the war on terrorism matters. Cooperative strategies that reinforce norms of international conduct do constrain the ways in which the US uses military force, but they also legitimate that use of force and make other states more willing to join the coalition. If the United States acts with an eye on the logic and historic bargains of the existing international order, the terrible events of 11 September will provide an opportunity to strengthen the pillars of democratic community and great-power peace”<sup>138</sup>.

Já Posen preferia uma abordagem mais realista, diminuindo as pretensões e ambições wilsonianas:

“One grand strategy advocated over the last decade is broadly consistent with the requirements of an extended counter terror war. That strategy, termed ‘selective engagement,’ argues that the United States has an interest in stable, peaceful, and relatively open political and economic relations in the part of the world that contains important concentrations of economic and military resources: Eurasia. This is an interest that others share. In this strategy, U.S. power is meant to reassure the vulnerable and deter the ambitious. This is a big project that requires a careful setting of priorities. Yet its objectives are limited: The project seeks neither power for its own sake, nor the wholesale reform of other states’ domestic constitutions, nor a transformation of international politics”<sup>139</sup>.

Como mostra o Anexo II, os realistas defenderam explicitamente que “WAR WITH IRAQ IS NOT IN AMERICA'S NATIONAL INTEREST”. Esse é o título de uma propaganda publicada no New York Times em 26 de setembro de 2002 (cerca de seis meses antes da guerra começar). Há trinta e três signatários; todos reconhecidos acadêmicos da área de relações internacionais das maiores universidades norte-americanas (Harvard, MIT, UCLA, Stanford, Berkeley, Columbia, Chicago, etc). A

---

<sup>138</sup> IKENBERRY, John. **American Grand Strategy in the Age of Terror**. Survival, 43:4, Winter 2001, p. 21.

<sup>139</sup> POSEN, Barry. **The Struggle against Terrorism: Grand Strategy, Strategy, and Tactics**. Op. cit. p. 54. Sobre este mesmo posicionamento, ver também HARRIES, Owen. **An End to Nonsense**. The National Interest, 65/S, November 1<sup>st</sup>, 2001, p. 117-120.

propaganda, que custou US\$ 38.000,00, foi uma idéia conjunta de Stephen Walt e John Mearsheimer. “No theory is perfect”, Mearsheimer afirmou, “but the call on the Iraq war was a relatively easy one for realist adherents because the war contradicted basic realist logic”<sup>140</sup>. Os argumentos presentes no jornal eram os seguintes:

- “Saddam Hussein is a murderous despot, but no one has provided credible evidence that Iraq is cooperating with al Qaeda.
- Even if Saddam Hussein acquired nuclear weapons, he could not use them without suffering massive U.S. or Israeli retaliation.
- The first Bush administration did not try to conquer Iraq in 1991 because it understood that doing so could spread instability in the Middle East, threatening U.S. interests. This remains a valid concern today.
- The United States would win a war against Iraq, but Iraq has military options—chemical and biological weapons, urban combat—that might impose significant costs on the invading forces and neighboring states.
- Even if we win easily, we have no plausible exit strategy. Iraq is a deeply divided society that the United States would have to occupy and police for many years to create a viable state.
- Al Qaeda poses a greater threat to the U.S. than does Iraq. War with Iraq will jeopardize the campaign against al Qaeda by diverting resources and attention from that campaign and by increasing anti-Americanism around the globe”<sup>141</sup>.

Esses são claramente argumentos realistas. A teoria realista se preocupa em manter a ordem, deixando liberdade e justiça em um segundo plano. Assim, mesmo os Estados Unidos, “the last best hope of earth”<sup>142</sup>, nas palavras de Abraham Lincoln, é visto pelos realistas como sujeito aos constrangimentos do sistema internacional.

E além desta estratégia realista e das demais alternativas apresentadas (retorno das tropas no exterior, cooperação multilateral) uma estratégia vindicacionista também estava entre as opções do governo norte-americano para a política de segurança nacional no pós-11 de setembro. Esta última foi a que Bush escolheu, afastando-se do realismo

---

<sup>140</sup> MEARSHEIMER, John quoted in STAROBIN, Paul. **The realists**. National Journal, September 15, 2006. Disponível em: <<http://www.nationaljournal.com/about/njweekly/stories/2006/0915nj1.htm>>.

<sup>141</sup> Ver Anexo II.

<sup>142</sup> Abraham Lincoln citado por Richard M. Nixon in **1960 Republican National Convention Acceptance Address**. Delivered 28 July 1960, International Amphitheatre, Chicago, IL. (ver epígrafe da introdução desta dissertação)



que tanto defendia. Já no discurso feito ao Congresso no dia 20 de setembro de 2001, Bush declarou que a guerra contra o terror não seria apenas uma guerra dos Estados Unidos contra a Al Qaeda, mas “the world’s fight... civilization’s fight... the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom” contra “every terrorist group of global reach”<sup>143</sup>.

Essa retórica liberal é importante porque permitiu a construção do apoio público às campanhas contra o Afeganistão e a Al Qaeda, e porque representou uma genuína mudança de mentalidade por parte da administração, servindo para notificar o público de que uma nova doutrina de política externa estava surgindo. Como até os críticos do presidente costumam assumir, o 11 de setembro abalou Bush profundamente, mas possibilitou que ele e seus assessores, especialmente Cheney, Rumsfeld e Wolfowitz, pressionassem pelo vindicacionismo<sup>144</sup>.

Como Rumsfeld declarou, o 11 de setembro criou “the kind of opportunities that World War II offered, to refashion the world”<sup>145</sup>. A própria Condoleeza Rice tinha a mesma idéia em mente quando disse aos membros do Conselho de Segurança Nacional “to think about how do you capitalize on these opportunities to fundamentally change...the shape of the world”<sup>146</sup>. E a Estratégia de Segurança Nacional, liberada em setembro de

---

<sup>143</sup> Bush, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11**. September 20, 2001.

<sup>144</sup> Ver, por exemplo, HIRSH, Michael. **Bush and the World**. Foreign Affairs, September/October 2002, Volume 81, Number 5, p. 18-19. e BRUNI, Frank. **A NATION CHALLENGED: WHITE HOUSE MEMO; For President, a Mission and a Role in History**. New York Times, September 22, 2001.

<sup>145</sup> SHANKER, Tom. **Secretary Rumsfeld Interview with the New York Times**. New York Times, October 12, 2001.

<sup>146</sup> LEMANN, Nicholas. **THE NEXT WORLD ORDER**. The New Yorker. April 1<sup>st</sup>, 2002.

2002, afirma que “The events of September 11, 2001, opened vast, new opportunities”<sup>147</sup>.

De fato, as vantagens de se definir a guerra contra o terrorismo, e não contra Osama Bin Laden, são óbvias, como afirma Kinsley: “It helps in rallying both the American citizenry and other nations to the cause, and if things go well it creates an opportunity to take care of other items on the agenda, such as Saddam Hussein”<sup>148</sup>.

Note-se que antes do 11 de setembro Bush ainda não estava convencido da necessidade de uma ação militar urgente contra o Iraque, como afirma Lemann:

“Before September 11<sup>th</sup>... there wasn’t a consensus Administration view about Iraq. This issue hadn’t come to the fore, and you had Administration *views*. There were those who preferred regime change, and they were largely residing in the Pentagon, and probably in the Vice-President’s office... Some initial attempts by Wolfowitz and others to draw Iraq in never went anywhere... At the State Department, the focus was on tightening up the containment regime—so-called ‘smart sanctions.’ The National Security Council didn’t seem to have much of an opinion at that point. But the issue hadn’t really been joined”<sup>149</sup>.

Mas a suposta conclusão da Guerra no Afeganistão em dezembro de 2001 criou a oportunidade para que os vindicacionistas da administração federal colocassem o Iraque no topo da agenda presidencial. Como mostra o Anexo III (uma compilação de notícias divulgadas na imprensa sobre as justificativas para a invasão do Iraque), suas razões eram as mais variadas. Primeiramente, o Vice-Presidente Dick Cheney se mostrava realmente preocupado com a possibilidade de que Saddam Hussein poderia ter ou

---

<sup>147</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. White House, September 2002.

<sup>148</sup> KINSLEY, Michael. **Defining Terrorism**. The Washington Post, October 5, 2001.

<sup>149</sup> LEMANN, Nicholas. **HOW IT CAME TO WAR**. The New Yorker. March 31, 2003.

desenvolver armas de destruição em massa e utilizá-las para ameaçar interesses norte-americanos no Oriente Médio:

“[B]ased on intelligence that’s becoming available—some of it has been made public [referring to the recent New York Times story]—... [Saddam Hussein] has indeed stepped up his capacity to produce and deliver biological weapons,... he has reconstituted his nuclear program to develop a nuclear weapon,... there are efforts under way inside Iraq to significantly expand his capability.... [H]e now is trying, through his illicit procurement network, to acquire the equipment he needs to be able to enrich uranium to make the bombs... [I]t’s now public that, in fact, he has been seeking to acquire, and we have been able to intercept and prevent him from acquiring through this particular channel, the kinds of tubes that are necessary to build a centrifuge. And the centrifuge is required to take low-grade uranium and enhance it into highly enriched uranium, which is what you have to have in order to build a bomb. This is a technology he was working on back, say, before the Gulf War. And one of the reasons it’s of concern,... is... [that] we know about a particular shipment. We’ve intercepted that. We don’t know what else—what other avenues he may be taking out there, what he may have already acquired. We do know he’s had four years without any inspections at all in Iraq to develop that capability.... [W]e do know, with absolute certainty, that [Saddam Hussein] is using his procurement system to acquire the equipment he needs in order to enrich uranium to build a nuclear weapon”<sup>150</sup>.

Em segundo lugar, para o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, as armas de destruição em massa iraquianas poderiam ser fornecidas a grupos terroristas antiamericanos:

“Defense Secretary Donald Rumsfeld, citing various ‘intelligence reports,’ claims that the Iraqi government is ‘hosting, supporting or sponsoring’ an al-Qaeda presence in Iraq. This is a likely reference to Abu Musab al-Zarqawi and his followers, whom the US alleges is an al-Qaeda operative with links to the Iraqi government. ... ‘There are al-Qaeda in a number of locations in Iraq.... The suggestion that... [Iraqi government officials] who are so attentive in denying human rights to their population aren’t aware of where these folks [al-Qaeda] are or what they’re doing is ludicrous in a vicious, repressive dictatorship.’ He

---

<sup>150</sup> Vice-President Dick Cheney quoted in PINCUS, Walter. **Bush, Aides Ignored CIA Caveats on Iraq.** WASHINGTON POST, February 7, 2004. Para declarações semelhantes, ver também, por exemplo: MILBANK, Dana. **U.S. Voices Doubts on Iraq Search.** WASHINGTON POST, December 3, 2002.; e RUSSERT, TIM. **Vice President Dick Cheney discusses the attack on America and response to terrorism.** NBC News' Meet The Press, September 16, 2001.

also says, 'It's very hard to imagine that the government is not aware of what's taking place in the country'"<sup>151</sup>.

E o exemplo do 11 de setembro, ainda vivo na memória de todos, apenas demonstrava o potencial catastrófico de ataques terroristas nos Estados Unidos. Como Bush afirmou em discurso às Nações Unidas em setembro de 2002, "our greatest fear is that terrorists will find a shortcut to their mad ambitions when an outlaw regime supplies them with technologies to kill on a massive scale"<sup>152</sup>. Mas, na realidade, a preocupação com o terrorismo era apenas uma entre outras razões, e possivelmente não foi a única determinante para a decisão pela guerra, como se verá a seguir.

Um terceiro argumento que claramente ganhou amplo apoio do Presidente Bush foi a idéia de que um Iraque derrotado poderia ser democratizado e, em seguida, serviria como um tipo de gatilho para disparar movimentos de democratização por todo o Oriente Médio, como afirma, por exemplo, Powell:

"I must say, however, that if we are unable to get Iraq to comply and military action is necessary to remove this regime and to get rid of the weapons of mass destruction, it's quite clear to me that a new regime would be more responsive to the needs of its people, would live in peace with its neighbors, and perhaps that would assist the region in finding more peace, prosperity and stability for other nations in the region"<sup>153</sup>.

O próprio Presidente Bush enfatiza esse argumento várias vezes durante seus discursos:

---

<sup>151</sup> STOUT, David. **Rumsfeld Says Criticism Won't Determine Policy on Iraq**. The New York Times, August 20, 2002. Para declarações semelhantes, ver também, por exemplo: BAYER, Bret. **Rumsfeld: Attack Can't Wait**. Fox News, August 20, 2002.; SCHMITT, Eric and SHANKER, Thom. **Pentagon Sets Up Intelligence Unit**. The New York Times. October 24, 2002; KING, Larry. **Analysis of Colin Powell's Speech Before the U.N.** CNN LARRY KING LIVE.

<sup>152</sup> Bush, George W. **President Bush at the United Nations General Assembly**. September 12, 2002.

<sup>153</sup> TOULOUSE, Anne. **Interview with US Secretary of State Colin Powell**. Radio France International, February 28, 2003. Para declarações semelhantes, ver também, por exemplo: **The Invasion of Iraq: Interview with James Fallows**. PBS FRONTLINE, January 28, 2004; SINGH, Karan. **Interview with US Secretary of State Colin Powell**. Doordarshan News of India. Doordarshan News, March 26, 2003; WOLFOWITZ, Paul. **Deputy-Secretary Wolfowitz Interview with 60 minutes**. CBS News, April 1, 2003.

“They know that as freedom takes root in Iraq, it will inspire millions across the Middle East to claim their liberty as well. And when the Middle East grows in democracy and prosperity and hope, the terrorists will lose their sponsors, lose their recruits, and lose their hopes for turning that region into a base for attacks on America and our allies around the world”<sup>154</sup>.

Esse argumento foi provavelmente secundário às preocupações mais imediatas de segurança, em termos de impacto na decisão pela guerra. Mas é importante perceber que ele realmente causou um efeito no presidente. Como se verá melhor no próximo capítulo, a democracia não era vista como um simples ideal a ser exportado, mas como a única arma eficaz na guerra contra o terror, como a única ferramenta capaz de garantir os interesses políticos, econômicos e de segurança dos Estados Unidos em um mundo repleto de ameaças. Na visão de Bush, regimes democráticos não entram em guerra entre si, não abrigam ou financiam grupos terroristas e não desenvolvem armas de destruição em massa para ameaçar uns aos outros. Países democráticos são mais confiáveis, previsíveis e transparentes, o que os torna melhores parceiros comerciais. Como os governos democráticos respeitam seus cidadãos, suas leis e seus vizinhos, eles constituem a única garantia de que o mundo – e especialmente os Estados Unidos – estará seguro.

E, mais uma vez, o 11 de setembro agiu como um verdadeiro choque externo ao colocar em cheque a antiga estratégia norte-americana de apoiar regimes ditatoriais no Oriente Médio, que havia apenas encorajado mais extremismos e mais organizações terroristas, como a Al Qaeda. Aliás, como quarto argumento, a presença das tropas norte-

---

<sup>154</sup> BUSH, George. **Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina.** June 28, 2005. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George. **Address to the Nation on the War on Terror.** September 7, 2003; BUSH, George. **Address to the Nation on Iraq and the War on Terror.** December 18, 2005; BUSH, George. **Address to the Nation on the War on Terror.** September 11, 2006; BUSH, George. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq.** October 13, 2007.

americanas “infiéis” no berço do Islã (Arábia Saudita) desde a Guerra do Golfo, vinha fornecendo, à Al Qaeda, fontes de ódio e ressentimento antiamericanos de onde se tornava fácil recrutar novos membros. Com a invasão do Iraque e a deposição de Saddam Hussein tornar-se-ia possível mudar as bases militares da região, removendo-as da Arábia Saudita, onde a presença norte-americana era vista como prova da subserviência saudita ao Ocidente, e estabelecendo-as no Iraque, onde, acreditava-se, os soldados seriam acolhidos como libertadores. Wolfowitz, por exemplo, defende esse ponto de vista:

“Mr Wolfowitz also discloses that there was one justification that was ‘almost unnoticed but huge’. That was the prospect of the United States being able to withdraw all of its forces from Saudi Arabia once the threat of Saddam had been removed. Since the taking of Baghdad, Washington has said that it is taking its troops out of the kingdom. ‘Just lifting that burden from the Saudis is itself going to the door’ towards making progress elsewhere in achieving Middle East peace, Mr Wolfowitz said. The presence of the US military in Saudi Arabia has been one of the main grievances of al-Qa’ida and other terrorist groups”<sup>155</sup>.

Estes foram os argumentos para a guerra. E embora houvesse uma oposição clara de vários funcionários do Departamento de Defesa, do Departamento de Estado, da CIA e das Forças Armadas, mostrando ceticismo a tais argumentos e afirmando que os custos da guerra ultrapassariam seus benefícios, a população, como um todo, apoiava a idéia de atacar outros países, além do Afeganistão, que estivessem envolvidos com organizações terroristas, como mostra a tabela VII (em média, 79% de apoio e apenas 15% de oposição). E então “somewhere in the first half of 2002 ... [t]he President internalized the idea of making regime change in Iraq a priority”<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> USBORN, David. **WMD just a convenient excuse for war, admits Wolfowitz**. Independent, May 30, 2003.

<sup>156</sup> LEMANN, Nicholas. **HOW IT CAME TO WAR**. op. cited.

**Tabela VII: Support for action against other countries**

	<i>Support/ Favor/ Should/ Approve (%)</i>	<i>Oppose/ Should Not/ Disapprove (%)</i>	<i>Don't Know/ Not Sure/ No Opinion (%)</i>	<i>N</i>
10/7/01 (GALLUP/CNN/USA)	78	16	6	660
10/8–9/01 (ABC)	87	10	2	1,009
10/11–12/01 (PSRA/NEWS)	71	23	6	1,004
10/17–18/01 (OD/FOX)	84	11	5	900
11/1–4/01 (PIPA)	77	20	3	602
11/27/01 (ABC/WP)	81	15	4	759
1/21–24/02 (CBS/NYT)	74	18	8	1,034
1/30–31/02 (OD/FOX)	80	12	8	900

*GALLUP/CNN/USA*: Do you believe the United States should—or should not—take military action against other countries that the United States believes are harboring terrorists?

*ABC*: Would you support or oppose U.S. military action against other countries that assist or shelter terrorists?

*ABC/WP*: Do you think that the United States should limit its military action only to those groups or nations responsible for last month's terrorist attacks in New York and Washington, or should the United States mount a broader war against terrorist groups and the nations that support them?

*PSRA/NEWS*: In the fight against terrorism, the United States might also consider using military force against targets in other countries. In general, would you support using military force against . . . suspected terrorists in countries outside the Middle East, such as the Sudan and the Philippines, or not?

*PIPA*: I would now like you to consider a list of possible approaches for trying to reduce the problem of terrorism. For each one I would like to know if you favor or oppose this approach. What about using American military force against groups in other countries that have committed international terrorist acts but were NOT behind the September 11 attacks?

*CBS/NYT*: Do you approve or disapprove of the United States leading military attacks in other countries where it believes terrorists are hiding, like Iraq, Somalia, and the Philippines?

*OD/FOX*: Would you support or oppose the United States taking military action against any nation found to be aiding or hiding terrorists?

**Fonte:** HUDDY, Leone et al. **The Pools – Trends: Reactions to the Terrorist Attacks of September 11, 2001.** Public Opinion Quarterly, 66:3 (Fall 2002), p. 448.

## A Nova Estratégia de Segurança Nacional

Como afirmado por Dueck, “Bush’s decision for war against Iraq would have been remarkable, even if it had been an isolated incident, unrelated to any broader strategic vision. But of course this was not the case”<sup>157</sup>. Na verdade, a guerra foi justificada de maneira bem explícita em termos de uma nova doutrina de política externa baseada em princípios do nacionalismo norte-americano e comprometida com a liberdade, a

<sup>157</sup> DUECK, Colin. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy.** op. cit., p. 158.

moralidade e a democracia<sup>158</sup>. Era uma doutrina audaz e ambiciosa baseada na expansão indefinida do poder norte-americano. Já no dia 20 de setembro de 2001 o presidente indica a emergência de uma estratégia mais ampla, na verdade global, cujas ações alcançariam muito além da ameaça posta pela Al Qaeda. E no discurso *State of the Union* de 2002, Bush já é mais específico sobre sua nova prioridade de segurança: “to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies”. Três regimes são destacados com parte de um suposto “*axis of evil*”: Iran, Iraque e Coreia do Norte. Bush ainda indica que os Estados Unidos formariam coalizões *ad hoc* de Estados ao invés de depender de instituições internacionais para perseguir seus objetivos; que agiriam preemptivamente para impedir ataques a territórios norte-americanos ou aliados: “I will not wait on events, while dangers gather”; e que o novo papel dos Estados Unidos no mundo seria “[to] lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere”<sup>159</sup>. Já em janeiro de 2002, portanto, a tendência se torna clara: a guerra ao terror tomaria a forma de uma cruzada wilsoniana contra “*rogue states*”.

A nova doutrina de política externa foi exposta de maneira mais completa e mais explícita na nova Estratégia de Segurança Nacional, divulgada pela Casa Branca em setembro de 2002. Neste documento, a administração começou apontando que “the United States possesses unprecedented – and unequalled – strength and influence in the world”. Era uma renúncia à abordagem realista da balança de poder, argumentando que “the great strength of this nation must be used to promote a balance of power that favors

---

<sup>158</sup> GADDIS, J.L. **A Grand Strategy of Transformation**. Foreign Policy, v. 133, Nov/Oct., p. 50-57, 2002.

<sup>159</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 29, 2002.



freedom”<sup>160</sup>. Os clássicos valores liberais norte-americanos foram, assim como haviam sido durante a invasão do Afeganistão, descritos como “nonnegotiable demands”<sup>161</sup>.

A promoção da democracia e do livre mercado foi colocada como um interesse central dos Estados Unidos<sup>162</sup> e a disputa realista entre as grandes potências no cenário internacional foi substituída pelo apelo para que as outras potências se juntassem aos Estados Unidos na afirmação da tendência democrática mundial<sup>163</sup>. Com a Rússia, por exemplo, afirmou-se que “we are already building a new strategic relationship, based on a central reality of the twenty-first century: the United States and Russia are no longer strategic adversaries”<sup>164</sup>. E até com a China a nova estratégia de segurança nacional enfatizava áreas de interesse comum, e mostrava esperanças de liberalização.

Juntamente com a afirmação de que o interesse dos Estados Unidos seria a promoção da democracia e do livre mercado, a nova estratégia de segurança nacional delineava um cenário de graves ameaças à segurança norte-americana. Na análise de conteúdo quantitativa de discursos realizada por Castro Santos, por exemplo, é demonstrado que, embora o esperado fosse que a preocupação com segurança superasse a preocupação com democracia no pós-11 de setembro, esta relação só se comprova nos discursos de Colin Powell. Nos discursos de Condoleezza Rice “a palavra democracia e derivadas superam em cerca de 10% o vocábulo segurança e equivalentes”, e nos discursos de Bush a preocupação com segurança representa “apenas 2% a mais de palavras... em sua

---

<sup>160</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. op. cit., p. 1.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 4, 17-18.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 26-28.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 26-27.

primeira administração, enquanto na segunda administração a palavra democracia e correlatas são quase 20% mais utilizadas do que segurança e afins”<sup>165</sup>.

É claro que a ameaça terrorista era o foco principal da nova doutrina de política externa, mas os perigos não acabavam por aí. O governo Bush argumentava que a proliferação de armas de destruição em massa nos Estados que financiam atividades terroristas exigiria uma política de segurança completamente nova nos Estados Unidos. E justamente por isso, os Estados Unidos se reservavam o direito de, dali em diante, usar a força de maneira preventiva e unilateral, quando necessário, para impedir que “*rogue states*” repassassem esse tipo de armamento para terroristas<sup>166</sup>:

“Given the goals of rogue states and terrorists, the United States can no longer solely rely on a reactive posture as we have in the past. The inability to deter a potential attacker, the immediacy of today’s threats, and the magnitude of potential harm that could be caused by our adversaries’ choice of weapons, do not permit that option. We cannot let our enemies strike first... We must adapt the concept of imminent threat to the capabilities and objectives of today’s adversaries. Rogue states and terrorists do not seek to attack us using conventional means... As was demonstrated by the losses on September 11, 2001, mass civilian casualties is the specific objective of terrorists and these losses would be exponentially more severe if terrorists acquired and used weapons of mass destruction... To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively”<sup>167</sup>.

Todos esses argumentos (superioridade militar, ação preemptiva, unilateralismo e promoção de democracia) seriam repetidos inúmeras vezes pelo presidente e seus assessores no pós-11 de setembro, com sua frequência aumentando conforme se aproximava a invasão do Iraque. Vale destacar aqui os discursos que, em conjunto com

---

<sup>165</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p.159.

<sup>166</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. op. cit., p. 13-15.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 15.

a Estratégia de Segurança Nacional de 2002, são em geral reconhecidos como os definidores da doutrina Bush, alguns dos quais já mencionados. Eles mostram como foi preparada a argumentação que justificaria a guerra no Iraque. O primeiro foi realizado no dia 20 de setembro de 2001 diante do Congresso dos Estados Unidos e tratava da resposta norte-americana aos atentados do 11 de setembro:

“Tonight we are a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice or bring justice to our enemies, justice will be done... On September 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country... Our response involves far more than instant retaliation and isolated strikes. Americans should not expect one battle but a lengthy campaign, unlike any other we have ever seen... We will starve terrorists of funding, turn them one against another, drive them from place to place, until there is no refuge or no rest. And we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation, in every region, now has a decision to make: Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime... The advance of human freedom, the great achievement of our time and the great hope of every time, now depends on us... We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire; we will not falter; and we will not fail”<sup>168</sup>.

O segundo discurso que indica os pilares da doutrina Bush foi realizado no dia 6 de novembro de 2001 para uma conferência europeia de combate ao terrorismo que acontecia em Varsóvia, Polônia:

“ Today, our freedom is threatened once again. Like the Fascists and totalitarians before them, these terrorists... try to impose their radical views through threats and violence. We have seen the true nature of these terrorists in the nature of their attacks. They kill thousands of innocent people and then rejoice about it... They are seeking chemical, biological, and nuclear weapons. Given the means, our enemies would be a threat to every nation and eventually to civilization, itself. So we're determined to fight this evil and fight until we're rid of it. We will not wait for more innocent deaths. We will not wait for the authors of mass murder to gain the weapons of mass destruction. We act now ... It may take a long time, but no matter how long it takes, ... [they] will be

---

<sup>168</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11**. September 20, 2001.

brought to justice, and the misuse of Afghanistan as a training ground for terror will end... No group or nation should mistake America's intentions: We will not rest until terrorist groups of global reach have been found, have been stopped, and have been defeated. And this goal will not be achieved until all the world's nations stop harboring and supporting such terrorists within their borders”<sup>169</sup>.

O terceiro discurso influente na formação da doutrina Bush é o *State of the Union* de 2002, realizado no dia 29 de janeiro diante do congresso norte-americano:

“What we have found in Afghanistan confirms that, far from ending there, our war against terror is only beginning... So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk... My hope is that all nations will heed our call and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own... But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will... And all nations should know: America will do what is necessary to ensure our Nation's security... We'll be deliberate; yet, time is not on our side. I will not wait on events while dangers gather. I will not stand by as peril draws closer and closer. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons... [W]e have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the nonnegotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance... [W]e will demonstrate that the forces of terror cannot stop the momentum of freedom... Rarely has the world faced a choice more clear or consequential... We have known freedom's price. We have shown freedom's power. And in this great conflict, my fellow Americans, we will see freedom's victory”<sup>170</sup>.

O quarto discurso essencial para a formação da doutrina Bush foi realizado no Instituto Militar da Virgínia, em Lexington, no dia 17 de abril de 2002:

“And today, we are called to defend freedom against ruthless enemies. And once again, we need steadfastness, courage, and hope. The war against terror will be long... You've got to understand that, as we routed out the Taliban, [our soldiers] weren't sent in to conquer; they were sent

---

<sup>169</sup> BUSH, George W. **Satellite Remarks to the Central European Counterterrorism Conference.** November 6, 2001.

<sup>170</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 29, 2002

in to liberate. And they succeeded... We will stay until the mission is done. We know that true peace will only be achieved... by helping Afghanistan develop its own stable government... Every nation that joins our cause is welcome... And no nation can be neutral. Around the world, the nations must choose: They are with us, or they're with the terrorists... And finally, the civilized world faces a grave threat from weapons of mass destruction. A small number of outlaw regimes today possess and are developing chemical and biological and nuclear weapons... In their threat to peace, in their mad ambitions, in their destructive potential, and in the repression of their own people, these regimes constitute an axis of evil, and the world must confront them... We'll be deliberate, and we will work with our friends and allies. And as we do so, we will uphold our duty to defend freedom”<sup>171</sup>.

O quinto discurso que afirma os fundamentos da nova doutrina de política externa foi realizado na Academia Militar de Westpoint, Nova Iorque, no dia 1 de junho de 2002:

“This war will take many turns we cannot predict. Yet, I am certain of this: Wherever we carry it, the American flag will stand not only for our power but for freedom. Our Nation's cause has always been larger than our Nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace, a peace that favors human liberty. We will defend the peace against threats from terrorists and tyrants... Building this just peace is America's opportunity and America's duty. From this day forward, it is your challenge as well, and we will meet this challenge together... America has no empire to extend or utopia to establish. We wish for others only what we wish for ourselves, safety from violence, the rewards of liberty, and the hope for a better life... When it comes to the common rights and needs of men and women, there is no clash of civilizations. The requirements of freedom apply fully to Africa and Latin America and the entire Islamic world... All nations that decide for aggression and terror will pay a price. We will not leave the safety of America and the peace of the planet at the mercy of a few mad terrorists and tyrants. We will lift this dark threat from our country and from the world”<sup>172</sup>.

O sexto discurso foi direcionado para toda a nação no dia 7 de outubro de 2002 e tratava da ameaça posta pelo Iraque à segurança dos Estados Unidos e do mundo como um todo:

“While there are many dangers in the world, the threat from Iraq stands alone because it gathers the most serious dangers of our age in one

---

<sup>171</sup> BUSH, George W. **Remarks at the Virginia Military Institute in Lexington, Virginia.** April 17, 2002.

<sup>172</sup> BUSH, George W. **Commencement Address at the United States Military Academy in West Point, New York.** June 1, 2002.

place... The fundamental problem with Iraq remains the nature of the regime, itself... [C]onfronting the threat posed by Iraq is crucial to winning the war on terror... [T]hose who harbor terrorists are as guilty as the terrorists themselves. Saddam Hussein is harboring terrorists and the instruments of terror, the instruments of mass death and destruction... Facing clear evidence of peril, we cannot wait for the final proof, the smoking gun, that could come in the form of a mushroom cloud... We will act with the full power of the United States military... America believes that all people are entitled to hope and human rights, to the non-negotiable demands of human dignity... As Americans, we want peace; we work and sacrifice for peace. But there can be no peace if our security depends on the will and whims of a ruthless and aggressive dictator... We did not ask for this present challenge, but we accept it. Like other generations of Americans, we will meet the responsibility of defending human liberty against violence and aggression.”<sup>173</sup>.

O sétimo discurso importante é o State of the Union de 2003, dirigido ao Congresso dos Estados Unidos:

“Our war against terror is a contest of will in which perseverance is power... Whatever the duration of this struggle and whatever the difficulties, we will not permit the triumph of violence in the affairs of men; free people will set the course of history... [T]he gravest danger in the war on terror, the gravest danger facing America and the world, is outlaw regimes that seek and possess nuclear, chemical, and biological weapons... This threat is new. America's duty is familiar... Once again, we are called to defend the safety of our people and the hopes of all mankind. And we accept this responsibility... All free nations have a stake in preventing sudden and catastrophic attacks. And we're asking them to join us, and many are doing so. Yet the course of this Nation does not depend on the decisions of others. Whatever action is required, whenever action is necessary, I will defend the freedom and security of the American people... Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to humanity”<sup>174</sup>.

O último discurso que merece consideração para se compreender a doutrina Bush é o proferido às vésperas da invasão do Iraque, no dia 17 de março de 2003:

“The United States and other nations did nothing to deserve or invite this threat. But we will do everything to defeat it. Instead of drifting along toward tragedy, we will set a course toward safety. Before the day

---

<sup>173</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio**. October 7, 2002.

<sup>174</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 28, 2003.

of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed... The United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security... The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities, so we will rise to ours... We are now acting because the risks of inaction would be far greater... The United States... will work to advance liberty and peace in that region... And the greatest power of freedom is to overcome hatred and violence and turn the creative gifts of men and women to the pursuits of peace... In this century, when evil men plot chemical, biological, and nuclear terror, a policy of appeasement could bring destruction of a kind never before seen on this Earth... Free nations have a duty to defend our people by uniting against the violent. And tonight, as we have done before, America and our allies accept that responsibility”<sup>175</sup>.

Fica evidente que Bush começou a implementar sua nova estratégia logo depois do 11 de setembro. A invasão e a ocupação do Iraque são obviamente dignas de nota, mas a forma da invasão em si já demonstra a nova disposição norte-americana de se expor a graves riscos no cumprimento da “missão”: um grande destacamento de tropas para o combate direto em solo iraquiano certamente envolveria uma enorme quantidade de baixas. Além disso, pela primeira vez desde a década de 1980 os gastos com defesa tiveram um aumento dramático nos Estados Unidos, passando de 329 bilhões de dólares, quando Bush assumiu o governo em 2001, para quase 400 bilhões de dólares em 2003<sup>176</sup>. E, é claro, a guerra contra o terrorismo não se limitou ao Oriente Médio, chegando, em variações menos intensas, a países como Paquistão, Djibuti e Filipinas.

---

<sup>175</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq**. March 17, 2003.

<sup>176</sup> CIARROCCA, Michelle and HARTUNG, William D. **Report: Increases in Military Spending and Security Assistance Since 9/11**. World Policy Institute - Research Project, 2002. Disponível em: <<http://www.worldpolicy.org/projects/arms/news/SpendingDOD911.html>>. Ver também a previsão de aumento dos gastos militares para o período 2004-2009 divulgado pelo Departamento de Defesa no **FISCAL 2004 DEPARTMENT OF DEFENSE BUDGET RELEASE**, February 03, 2003, disponível em: <<http://www.defense.gov/Releases/Release.aspx?ReleaseID=3615>>.

## **Conclusões**

A administração Bush chegou ao poder em 2001 com a intenção de diminuir o tom do internacionalismo liberal (estratégia vindicacionista) vigente durante o governo Clinton e elegeu o realismo (estratégia exemplarista) para guiar sua política externa. Em particular, Bush prometeu ser mais cuidadoso com o uso da força em outros países. Em um primeiro momento, essa abordagem se manteve firme, apesar das divisões apontadas dentro da própria administração. Os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, agindo como um choque externo, abriram a janela de oportunidade para que idéias mais assertivas e mais idealistas ou, em outras palavras, vindicacionistas, passassem a predominar. A Guerra do Iraque não foi mais do que a manifestação mais visível dessa nova abordagem. E a mudança de mentalidade foi radical: os Estados Unidos passaram a agir preventivamente para impedir ameaças à sua segurança e a promover uma ordem mundial que refletisse seus valores e que fosse favorável a seus interesses.

Embora o poder seja uma variável fundamental para a prática do vindicacionismo, nenhuma dessas mudanças foi imposta por pressões do sistema internacional. Na verdade, durante todo este período a distribuição interestatal de poder (variável indispensável para o realismo estrutural) nunca apresentou mudanças significativas. E, além disso, a resposta estratégica ao 11 de setembro não foi automática, ela representa a opção do governo Bush por uma das alternativas de ação disponíveis. O vindicacionismo não era a única opção. Aliás, ele não era sequer a opção preferida dos realistas.



Ao mesmo tempo, não há evidências de que interesses econômicos teriam conduzido a nova doutrina de política externa para uma ou outra direção. Os críticos de Bush estão corretos ao avaliar a influência do neoconservadorismo como determinante da doutrina Bush, mas estão enganados ao apontar a influência de motivações essencialmente econômicas ou eleitorais. Os formuladores da Doutrina Bush, incluindo o próprio presidente, realmente acreditavam no que estavam fazendo. A influência de suas idéias é o elemento determinante de tal transformação.

## Capítulo 4: A Expressão da Ideologia Vindicacionista na Doutrina

### Bush<sup>177</sup>

“How... did a group with such a pedigree come to decide that the ‘root cause’ of terrorism lay in the Middle East’s lack of democracy, that the United States had both the wisdom and the ability to fix this problem and that democracy would come quickly and painlessly to Iraq?”

**Francis Fukuyama.** After Neoconservatism. The New York Times, February 19, 2006.

“It is not only the right thing to do, it is the smart thing to do.”

**Madeleine Albright,** on President Clinton's trip to Africa promoting trade, human rights, and democracy, March 23, 1998.

Aceitando-se o argumento desta dissertação, que exige tanto recursos de poder quanto idéias domésticas para justificar a estratégia de promoção de democracia, a administração Bush no pós-11 de setembro representa uma perfeita manifestação vindicacionista: no nível internacional, os Estados Unidos possuíam uma posição de poder dominante desde o fim da Guerra Fria; e no nível doméstico, os principais formuladores da política externa entendem os Estados Unidos a partir do prisma da cruzada liberal, e não do exemplarismo.

Após o 11 de setembro o governo Bush passou a definir a segurança norte-americana em termos de sua capacidade de influenciar sociedades e estruturas políticas domésticas em “*rogue states*”. O ativismo democrático foi elevado à categoria de princípio organizador da estratégia de política externa e, como evidenciado pelas guerras no Afeganistão e no Iraque, passou a ser parte importante da resposta norte-americana à ameaça terrorista. Em ambos os casos, o objetivo político declarado pelos Estados

---

<sup>177</sup> Este capítulo está estruturado de acordo com os princípios e pilares da política externa norte-americana conforme identificados por CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força.** op. cit.

Unidos era estabelecer um Estado que pudesse “defend itself, govern itself, and sustain itself”<sup>178</sup> após a retirada norte-americana. Como Bush afirmou no *State of the Union* de 2002, “History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight”. E, obviamente, o poder militar era considerado um mecanismo importante na “luta da liberdade” travada no sistema internacional.

Sugere-se que a convergência entre a unipolaridade e a ideologia vindicacionista defendida principalmente pela parte neoconservadora do gabinete de Bush produziu uma versão agressiva de promoção de democracia. Pode parecer paradoxal que um grupo que se chame de conservador adote uma estratégia de transformação de regimes políticos pelo uso da força, mas a explicação para esta aparente contradição está no fato de que, em termos de democratização, as idéias centrais do pensamento neoconservador são, assim como nos outros grupos sócio-políticos norte-americanos, influenciadas pela tradição liberal. As crenças neoconservadoras na universalidade dos valores democráticos, na relação direta entre democracia e segurança, e no ativo cumprimento da missão norte-americana resumem a ideologia vindicacionista. Em conjunto com o poder relativo dos Estados Unidos, elas foram responsáveis pela convicção do governo Bush no pós-11 de setembro de que o poder nacional norte-americano seria capaz de promover a transição democrática em outros países.

### **A Universalidade dos Valores Democráticos**

---

<sup>178</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina**. June 28, 2005.

Assim como as doutrinas de ajuda externa que Pakenham<sup>179</sup> identifica durante a Guerra Fria, o pensamento neoconservador tem uma visão do progresso muito otimista a respeito das possibilidades de transição política liberal no sistema internacional. Na verdade o neoconservadorismo acredita que a racionalidade liberal brota quando as obstruções não-liberais são removidas. Longe de ser um produto de condições raras e extraordinárias, a democracia é espontânea e natural na ausência de obstáculos artificiais, como elites manipuladoras ou minorias subversivas e violentas. Bush, por exemplo, afirma várias vezes que: “Our foreign policy is based on a clear premise: We trust that people, when given the chance, will choose a future of freedom and peace”<sup>180</sup>.

E ainda:

“In the images of celebrating Iraqis, we have also seen the ageless appeal of human freedom. Decades of lies and intimidation could not make the Iraqi people love their oppressors or desire their own enslavement. Men and women in every culture need liberty like they need food and water and air. Everywhere that freedom arrives, humanity rejoices, and everywhere that freedom stirs, let tyrants fear”<sup>181</sup>.

“We also hear doubts that democracy is a realistic goal for the greater Middle East, where freedom is rare. Yet it is mistaken and condescending to assume that whole cultures and great religions are incompatible with liberty and self-government. I believe that God has planted in every human heart the desire to live in freedom. And even when that desire is crushed by tyranny for decades, it will rise again”<sup>182</sup>.

Esse otimismo a respeito da possibilidade de democratização de outros Estados se dá devido à crença na universalidade dos valores da democracia liberal, característica

---

<sup>179</sup> PACKENHAM, Robert A. **Liberal America and the Third World**. op. cit., p. 109-110.

<sup>180</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 28, 2008.

<sup>181</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln**. May 1<sup>st</sup>, 2003.

<sup>182</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 20, 2004. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Commencement Address at the United States Military Academy in West Point**, New York. June 1, 2002; BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio**. October 10, 2002; e BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 28, 2003.

chamada de primeiro princípio da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria por Castro Santos<sup>183</sup>. Ele está bem explícito nos discursos da administração de Bush, como mostra, por exemplo, Condoleezza Rice: “[D]emocracy does not have to be imposed. Tyranny has to be imposed. Men and women long for liberty”<sup>184</sup>. Esse princípio também foi muito usado para combater as críticas daqueles que acreditam na existência de obstáculos à democratização impostos por características culturais ou religiosas de certos povos<sup>185</sup>:

“And so, I think we have to fight back on the notion that somehow you have to be educated, or you have to be of a certain color, or a certain religion, or a certain nationality to want the simple blessings of liberty. That's the conceit. The conceit isn't for us to argue that every man, woman, and child wants to be free. The conceit is to argue that men, women, and children don't want to be free. And it's usually the conceit of those who want to control them, and those who want to continue in tyranny”<sup>186</sup>.

Essa retórica fica evidente na própria Estratégia de Segurança Nacional de 2002, quando é afirmado que o poder norte-americano deveria ser usado para criar as “conditions in which all nations and all societies can choose for themselves the rewards and challenges of political and economic liberty”. A idéia é que os Estados podem ser “ajudados” a adotar o liberalismo porque na verdade, quando dada a opção, a democracia seria a escolha de todos os povos, como Bush expressa em várias ocasiões: “We have confidence because freedom is the permanent hope of mankind, the hunger in dark places, the longing of the soul”<sup>187</sup>, e inclusive no contexto da guerra ao terror,

---

<sup>183</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 161-165.

<sup>184</sup> RICE, Condoleezza. **Opening Remarks by Secretary of State Condoleezza Rice Before the House International Relations Committee**. February 16, 2006.

<sup>185</sup> Sobre obstáculos culturais à universalização da democracia, ver: HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

<sup>186</sup> RICE, Condoleezza. **Remarks At the Council on Foreign Relations**. June 19, 2008. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **Remarks at the Community of Democracies UNGA Event**. October 01, 2007.

<sup>187</sup> BUSH, George W. **Innaugural speech to second term**. January 20, 2005.

“One of the strongest weapons in our arsenal is the power of freedom... The terrorists ... know that given a choice, people will choose freedom over their extremist ideology”<sup>188</sup>.

Como a Estratégia de Segurança Nacional continua a descrever, “Fathers and mothers in all societies want their children to be educated and to live free from poverty and violence. No people on earth yearn to be oppressed, aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police”<sup>189</sup>. Essa retórica pode parecer um alargamento muito grande do conceito de democracia, mas a doutrina é consistente. Diamond explica bem essa relação:

“Given a choice, they [the people] would like to be able to constrain the arbitrary power of government, to replace bad and corrupt leaders, to have a predictable and secure life under some kind of just rule of law. When one assembles these basic political preferences, it begins to look an awful lot like democracy, even if the word may have different (or unsure) meanings in many places”<sup>190</sup>.

A implicação deste tipo de pensamento é que se acredita na possibilidade de se remover qualquer obstáculo encontrado à “ordem natural” pela aplicação de poder político e que, como consequência, as instituições liberais podem se propagar a um custo relativamente baixo. A lógica é a seguinte: se os valores e as instituições políticas que definem a identidade nacional nos Estados Unidos são universais, então eles são exportáveis e não representam imposição, mas altruísmo por parte dos norte-americanos, que estão promovendo um bem para a humanidade, como defende Colin Powell:

“The people of Iraq, what we want for them -- they want what we want for them. They want democracy. They want peace. They are so glad to be rid of this regime that filled mass graves, that murdered people, that

---

<sup>188</sup> BUSH, George W. Address to the Nation on the War on Terror. September 11, 2006.

<sup>189</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. op. cit. p. 9.

<sup>190</sup> DIAMOND, Larry. **Universal Democracy?** A Harry Eckstein Lecture at the University of California. Irvine, April 10, 2003.

had rape rooms and torture rooms. And they are through with it and it isn't coming back”<sup>191</sup>.

A linguagem é muitas vezes empregada para destacar a oposição entre o certo (democracia) e o errado (autocracia): “the values of freedom are right and true for every person, in every society”; ou como a Estratégia de Segurança Nacional continua afirmando, os Estados Unidos representam “the single sustainable model for national success: freedom, democracy, and free enterprise”<sup>192</sup>. A crença na universalidade cria a expectativa de que um programa ativo de promoção de democracia é viável: “if the self-evident truths of our founding are true for us, they are true for all”<sup>193</sup>, ou ainda, “liberty is the future of every nation in the Middle East, because liberty is the right and hope of all humanity”<sup>194</sup>.

E a retórica não foi restrita ao Oriente Médio mesmo durante a guerra ao terrorismo. A utilização deste princípio era dirigida ao mundo todo, como afirma Rice: “In places like Afghanistan and Ukraine, Iraq and the Palestinian territories, Lebanon and Georgia, people’s desire for freedom and a better future is redefining what many thought possible in these societies”<sup>195</sup>. Powell também defende a universalidade dos valores que não são apenas norte-americanos, mas valores de Deus:

“All people want the same thing for their children: food on the table, a roof over their head, clothes on their back, schooling, health care, and a hope for a better future for your children. It comes with democracy, it comes with free market economics... Not American values, not European values, not even Islamic values, but universal values of freedom, of peace. God’s values, given to each man and woman on earth

---

<sup>191</sup> POWELL, Colin. **President's Budget Request for Fiscal Year 2005**. April 08, 2004.

<sup>192</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. op. cit., p. 3

<sup>193</sup> BUSH, George W. **Commencement Address at the United States Coast Guard Academy in New London, Connecticut**. May 21, 2003.

<sup>194</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 31, 2006.

<sup>195</sup> RICE, Condoleezza. **The President's FY 2006 International Affairs Budget**. May 12, 2005.

to pursue their destiny, limited only by their willingness to work the system in which they are allowed to work, and by their own ambition”<sup>196</sup>.

A expectativa de que uma democracia liberal se consolidaria rapidamente no Iraque também foi fundamentada em termos históricos. Os sucessos das ocupações norte-americanas na Alemanha e no Japão após a II Guerra Mundial foram citados como evidência de que os Estados Unidos tinham a capacidade de promover a transição democrática em outros Estados. Como Bush afirma em um discurso no *National Endowment for Democracy*:

“Some skeptics of democracy assert that the traditions of Islam are inhospitable to the representative government. This ‘cultural condescension,’ as Ronald Reagan termed it, has a long history. After the Japanese surrender in 1945, a so-called Japan expert asserted that democracy in that former empire would, quote, ‘never work.’ Another observer declared the prospects for democracy in post-Hitler Germany are, and I quote, ‘most uncertain at best.’ He made that claim in 1957... Time after time, observers have questioned whether this country or that people or this group are ready for democracy, as if freedom were a prize you win for meeting our own Western standards of progress. In fact, the daily work of democracy itself is the path of progress”<sup>197</sup>.

A falta de planejamento para o Iraque pós-guerra e as dificuldades de se estabelecer uma democracia no país constituem evidências do otimismo vindicacionista dos neoconservadores. A suposição de que os valores e princípios democráticos são universais e, portanto, espontâneos na ausência de obstruções artificiais, resultou na crença de que a vitória militar no Iraque seria equivalente à democratização. A visão de Bush sobre a *Operation Iraqi Freedom*, por exemplo, é bastante representativa dessa suposição: “The way I would describe the psychology inside Iraq is that Saddam has his

---

<sup>196</sup> POWELL, Colin. **Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003**. February 6, 2002. Para declarações semelhantes, ver também: POWELL, Colin. **Remarks to the United Nations General Assembly High Level Session on the New Partnership for Africa's Development**. September 16, 2002.

<sup>197</sup> BUSH, George. W. **Remarks on the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy**. November 6, 2003.



fingers around the throat of the Iraqi people and he has two of his fingers left and we are prying them loose”<sup>198</sup>. Isso justifica, por exemplo, a esperança do governo Bush de que as tropas no Iraque poderiam ser reduzidas de 140.000 para 30.000 seis meses após a invasão<sup>199</sup>, ou de que um governo provisório poderia ser estabelecido em trinta dias<sup>200</sup>. Acreditava-se que retirar Saddam Hussein do poder era a única condição necessária para que fossem criadas as condições nas quais a democracia pudesse prosperar.

## **Democracia e Paz**

A segunda influência da tradição liberal no pensamento neoconservador diz respeito à relação entre a democracia e a paz. A explicação se foca nos mecanismos causais associados à literatura da paz democrática. A conexão entre um mundo mais pacífico e mais Estados com sistemas políticos democráticos é a crença de que democracias são menos propensas a entrar em guerra entre si. Isso significa que quando os Estados Unidos promovem democracia, eles não o fazem por interesses próprios ou por imposição, mas por um bem maior: a paz mundial. Esse é mais um componente altruísta da missão, vinculado, como nota Castro Santos<sup>201</sup>, à segurança global.

A proposição da paz democrática é provavelmente a tese mais amplamente aceita entre os teóricos das relações internacionais. Uma imensa parte da literatura do campo está voltada ao exame da proposição e, apesar de haver aqueles que se opõem à tese, o consenso pode ser demonstrado pelo comentário de Levy de que “the absence of war

---

<sup>198</sup> President George W. Bush as quoted in WOODWARD, Bob. **Plan of Attack**. Simon and Schuster: New York, 2004, p. 407.

<sup>199</sup> DIAMOND, Larry. **What went wrong in Iraq**. Foreign Affairs, 83:5, September/October 2004.

<sup>200</sup> GORDON, Michael. **The Strategy to Secure Iraq Did Not Foresee a 2nd War**. The New York Times, October 19, 2004. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/10/19/international/19war.html>>.

<sup>201</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 165-171.

between democratic states comes as close as anything we have to an empirical law in international relations”<sup>202</sup>.

As explicações para a teoria da paz democrática normalmente estão fundamentadas em uma, ou uma combinação, das seguintes justificativas: instituições democráticas estabelecem constrangimentos que tolgem a habilidade política do tomador de decisão para fazer guerra; as regras compartilhadas por Estados democráticos aumentam a previsibilidade e a estabilidade do sistema internacional fazendo com que eles se vejam, um ao outro, como pacíficos e não como ameaças potenciais; e a democracia promove uma interdependência econômica entre os Estados, o que reduz a probabilidade de guerra. Larry Diamond resume bem esses argumentos:

“The experience of this century bears important lessons. Democratic countries do not go to war with one another or sponsor terrorism against other democracies. They do not build weapons of mass destruction to threaten one another. Democratic countries are more reliable, open, and enduring trading partners, and offer more stable climates for investments. Because they must answer to their own citizens, democracies are more environmentally responsible. They are more likely to honor international treaties and value legal obligations since their openness makes it much more difficult to breach them in secret. Precisely because they respect civil liberties, rights of property, and the rule of law within their own borders, democracies are the only reliable foundation on which to build a new world order of security and prosperity”<sup>203</sup>.

Bush também pode ser considerado um bom enunciador do princípio da paz democrática:

---

<sup>202</sup> LEVY, Jack S. **The Causes of War: A Review of Theories and Evidence**, in TETLOCK, Philip E., HUSBANDS, Jo L., JERVIS, Robert, STERN, Paul C., and TILLY, Charles (eds.), *Behavior, Society, and Nuclear War*, Vol. 1, New York: Oxford University Press, 1989, Apud. SZAYNA, Thomas S., BYMAN, Daniel, BANKES, Steven C., EATON, Derek, JONES, Seth G., MULLINS, Robert, LESSER, Ian O., ROSENAU, William. **The Emergence of Peer Competitors: A Framework for Analysis**. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2001.

<sup>203</sup> DIAMOND, Larry. **Promoting Democracy**. op. cit., p. 30-31.

“The United States has no right, no desire, and no intention to impose our form of government on anyone else... Our aim is to build and preserve a community of free and independent nations, with governments that answer to their citizens and reflect their own cultures. And because democracies respect their own people and their neighbors, the advance of freedom will lead to peace”<sup>204</sup>.

Condoleezza Rice também é uma grande defensora deste ideal:

“We are trying better to realign our foreign assistance with our foreign policy goals to make sure that our foreign assistance is contributing to the development of well-governed democratic states. Because after all, well-governed democratic states form the foundation of a more stable world”<sup>205</sup>.

Esse argumento seria utilizado em vários contextos diferentes entre 2001 e 2008 por Bush e seus secretários de Estado. A idéia está presente, por exemplo, na solução norte-americana para o conflito entre Israel e Palestina:

“Every nation has learned, or should have learned, an important lesson: Freedom is worth fighting for, dying for, and standing for -- and the advance of freedom leads to peace. (...) For the Palestinian people, the only path to independence and dignity and progress is the path of democracy. And the Palestinian leaders who block and undermine democratic reform, and feed hatred and encourage violence are not leaders at all. They're the main obstacles to peace, and to the success of the Palestinian people. (...) As in Europe, as in Asia, as in every region of the world, the advance of freedom leads to peace”<sup>206</sup>.

“We are determined to see two democratic states, Israel and Palestine, living side by side in peace and in security. Genuine peace will only blossom when it is rooted in genuine democracy. As President Bush

---

<sup>204</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. February 2, 2005. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln**. May 1, 2003; BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina**. June 28, 2005; BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 11, 2006.

<sup>205</sup> RICE, Condoleezza. **International Relations Budget for Fiscal Year 2008**. February 07, 2007. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **FY 2007 Supplemental Appropriations Request for International Affairs**. February 16, 2007; RICE, Condoleezza. **Remarks At the Council on Foreign Relations**. June 19, 2008; RICE, Condoleezza. **Remarks at NATO Headquarters**. December 2, 2008; RICE, Condoleezza. **Opening Remarks by Secretary of State Condoleezza Rice Before the House International Relations Committee**. February 16, 2006; e RICE, Condoleezza. **FY 2007 Budget Request for the Department of State and Foreign Operations**. March 28, 2006.

<sup>206</sup> BUSH, George. W. **Remarks on the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy**. November 6, 2003.

said last week in Belgium: ‘Only a democracy can serve the hopes of Palestinians, and make Israel secure, and raise the flag of a free Palestine’<sup>207</sup>.

O princípio também está presente nas discussões no âmbito da OTAN. O fato de os Estados-membros serem todos democráticos é considerado indispensável para o cumprimento do papel da organização de garantir a segurança: “So [NATO] is really fulfilling its historic function of being a place where democracies gather to ensure their security and, in doing so, to increase the prospects for a more secure world”<sup>208</sup>.

E, é claro, o princípio da paz democrática atinge seu ápice nas justificativas para a invasão do Iraque. O argumento é apresentado de diferentes maneiras. Fala-se, por exemplo, em ajudar o povo iraquiano, quase como se a invasão tivesse motivos puramente humanitários. Na ONU, por exemplo, Colin Powell usa esse tom:

“We are not now talking about a matter of war. We are talking about a matter of peace. We are talking about a matter of hope. We are talking about helping the Iraqi people, and this resolution has that as its singular purpose: to help the Iraqi people to obtain a better life for themselves and their children and to put in place a democratic form of government representing all the people of Iraq that will live in peace with its neighbors and be a responsible nation among the family of nations”<sup>209</sup>.

---

<sup>207</sup> Condoleezza Rice. **Remarks at the London Meeting Supporting the Palestinian Authority. Queen Elizabeth II Conference Center. London, United Kingdom.** March 1, 2005. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **Press Availability with UN Secretary-General Ban Ki-moon; Russian FM Sergei Lavrov; European High Representative Javier Solana; German FM Frank-Walter Steinmeier; EU Commissioner Benita Ferrero-Waldner.** February 02, 2007; RICE, Condoleezza. **Press Availability With United Nations Secretary-General Ban Ki-moon; Russian Foreign Minister Sergei Lavrov; High Representative for European Foreign and Security Policy Javier Solana; European Commissioner for External Relations Benita Ferrero-Waldner; Foreign Minister of Portugal Luis Amado; Envoy of the Quartet of the Middle East Tony Blair.** July 19, 2007; e RICE, Condoleezza. **Remarks at the United Nations Security Council.** December 16, 2008.

<sup>208</sup> RICE, Condoleezza. **Press Availability at the Meeting of the North Atlantic Council.** December 8, 2005. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **Fulfilling the Commitment to Success in Afghanistan.** January 26, 2007; POWELL, Colin. **An Enlarged NATO: Mending Fences and Moving Forward on Iraq.** April 29, 2003.

<sup>209</sup> POWELL, Colin. **Remarks to the Press by Secretary Powell after his Meeting With UN Secretary General Kofi Annan.** May 7, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: POWELL, Colin. **Remarks on UN Iraq Resolution Vote.** October 16, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: POWELL, Colin. **Address at United Nations Special Session on HIV/AIDS.** October 25, 2001.

Aliás, essa é a variação preferida de Powell, já que ele não se sentia confortável com a decisão neoconservadora de invadir um Estado sem relações diretas com o 11 de setembro:

“I briefed my colleagues on that campaign, but as I said, we really came here to talk about a future – a future for the people of Iraq. A future that will be based on a new Iraq, an Iraq that is living in peace and freedom with a government that is representative of all the people, that is responsive to the needs of the people, a government that will no longer be developing weapons of mass destruction or dealing in terrorism activities or brutalizing its own people; a government that will use its oil wealth for the benefit of its people and not for preparing to invade its neighbors or to develop weapons of mass destruction.”<sup>210</sup>.

Bush e Rice, ao contrário, não têm problemas em relacionar as questões mundiais de segurança com a existência de Estados autoritários. As oposições entre democracia e terrorismo, e democracia e proliferação de armas de destruição em massa são explicitamente utilizadas para construir as justificativas de invasão do Iraque: “And we believe that the ideology of hatred which [the terrorists] espouse can only be met by advancing liberty and democracy”<sup>211</sup>. Rice afirma, por exemplo, que o uso da força pode ser necessário em algum momento, mas apenas a democracia é capaz de resolver o problema do terrorismo:

“We may, in fact, have to use military force, as for instance in Afghanistan, but it is really the development of institutions, democratic institutions, accountable institutions in these countries; the betterment of the lives of the people; the efforts that we're making through public diplomacy and exchange programs to try and pull young people away

---

<sup>210</sup> POWELL, Colin. **Press Conference at NATO Headquarters**. April 3, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: POWELL, Colin. **Remarks at the Foreign Press Center on U.S. Foreign Policy after the UNGA**. October 2, 2003; POWELL, Colin. **Remarks at UN-led Meeting on Afghanistan, United Nations General Assembly**. September 24, 2003; POWELL, Colin. **President's International Affairs Budget for 2004**. March 26, 2003.

<sup>211</sup> RICE, Condoleezza. **FY 2007 Budget Request for the Department of State and Foreign Operations**. March 28, 2006.

from the temptation of terrorism; the development of well-governed democratic states that can deliver for their people”<sup>212</sup>.

Bush é o maior dos articuladores dessa relação (falta de liberdade = falta de segurança). Para se ter uma idéia, a temática é abordada em todos os seus discursos de State of the Union após o 11 de setembro: “Dictatorships shelter terrorists, feed resentment and radicalism, and seek weapons of mass destruction. Democracies replace resentment with hope, respect the rights of their citizens and their neighbors, and join the fight against terror”<sup>213</sup>.

Às vésperas da invasão do Iraque, em discurso feito à nação, Bush mais uma vez faz a ligação entre o regime autoritário de Saddam Hussein e tudo o que há de ruim no mundo (guerra, genocídio, terrorismo, armas de destruição em massa) para justificar o uso da força:

“The cause of peace requires all free nations to recognize new and undeniable realities. In the 20th century, some chose to appease murderous dictators, whose threats were allowed to grow into genocide and global war. In this century, when evil men plot chemical, biological, and nuclear terror, a policy of appeasement could bring destruction of a kind never before seen on this Earth”<sup>214</sup>.

Durante a guerra o princípio é relembrado diversas vezes para explicitar a relação entre o fortalecimento da democracia no Iraque e o enfraquecimento do terrorismo:

“In this battle, we have fought for the cause of liberty and for the peace of the world... Our commitment to liberty is America's tradition, declared at our founding, affirmed in Franklin Roosevelt's Four Freedoms, asserted in the Truman Doctrine and in Ronald Reagan's

---

<sup>212</sup> RICE, Condoleezza. **International Affairs FY 2008 Budget**. March 21, 2007. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **U.S. Policy in the Middle East**. October 24, 2007.

<sup>213</sup> BUSH, George. W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 31, 2006. Ver os outros discursos de *State of the Union* realizados entre 2002 e 2008.

<sup>214</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq**. March 17, 2003.

challenge to an evil empire. We are committed to freedom in Afghanistan, in Iraq, and in a peaceful Palestine. The advance of freedom is the surest strategy to undermine the appeal of terror in the world. Where freedom takes hold, hatred gives way to hope. When freedom takes hold, men and women turn to the peaceful pursuit of a better life.”<sup>215</sup>.

“The Middle East will either become a place of progress and peace, or it will be an exporter of violence and terror that takes more lives in America and in other free nations. The triumph of democracy and tolerance in Iraq, in Afghanistan, and beyond would be a grave setback for international terrorism. The terrorists thrive on the support of tyrants and the resentments of oppressed peoples. When tyrants fall and resentment gives way to hope, men and women in every culture reject the ideologies of terror and turn to the pursuits of peace. Everywhere that freedom takes hold, terror will retreat”<sup>216</sup>.

Em resumo, ao lançar mão do princípio da paz democrática como justificativa para as intervenções militares dos Estados Unidos, os neoconservadores do governo Bush vincularam a tradição liberal ao uso da força, reforçando cada vez mais a influência vindicacionista na política externa norte-americana.

### **Democracia, Segurança e Interesses Norte-Americanos**

Perceba-se que, até agora, todos os argumentos apresentados são altruístas: os Estados Unidos promovem democracia (1) porque todos os povos do mundo desejam ser democráticos e (2) porque um mundo democrático seria mais seguro para todos. Mas a preocupação com a promoção de democracia não é só um impulso idealista que toma conta da política externa norte-americana em detrimento de seus interesses nacionais.

Como afirma Ikenberry,

---

<sup>215</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln**. May 1<sup>st</sup>, 2003.

<sup>216</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 7, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George. W. **Address to the Nation on the Iraqi Elections**. January 30, 2005; BUSH, George. W. **Address to the Nation on Iraq and the War on Terror**. December 18, 2005; BUSH, George. W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 11, 2006; BUSH, George. W. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq**. January 10, 2007; e BUSH, George. W. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq**. September 13, 2007.

“The American promotion of democracy abroad in the broadest sense, particularly as it has been pursued after World War II, reflects a pragmatic, evolving, and sophisticated understanding of how to create a stable international political order and a congenial security environment... This orientation sees the character of the domestic regimes of other states as hugely important for the attainment of American security and material interests. Put simply, the United States is better able to pursue its interests, reduce security threats in its environment, and foster a stable political order when other states—particularly the major great powers—are democracies rather than non-democracies. This view is not an idealist preoccupation but a distinctively American national security orientation...<sup>217</sup>”

Do ponto de vista acadêmico, há um grande debate entre realistas e idealistas, cada um defendendo, respectivamente, que a política externa deve ser guiada pelos interesses ou pelos valores norte-americanos. Mas parte da literatura de democratização não vê essa contradição. Diamond, por exemplo, responde de maneira direta a essa crítica:

“Realist thinkers often contend that such tangible national interests conflict with our moral or idealistic interest in democracy and human rights. Certainly we will confront painful tensions and trade-offs. But this view misses the powerful and growing linkages between our moral interest in the expansion of democracy and our ‘real’ interests in safe, secure, free and prosperous America... Precisely because they respect within their own borders competition, civil liberties, property rights, and the rule of law, democracies are the only reliable foundation on which a new world order of international security and prosperity can be build”<sup>218</sup>.

Owen, por sua vez, chega a afirmar que a expansão dos interesses só é possível com a expansão da democracia: “American hegemony – the unipolar era – is extended in time by the extension in space of democracy. Democracy is not just a consequence of American primacy, it is also a cause of it”<sup>219</sup>. E tentando convencer até os mais

---

<sup>217</sup> IKENBERRY, G, John. **America’s Liberal Grand Strategy: Democracy and National Security in the Post-War Era**, in COX, Michael, IKENBERRY, G, John and INOGUSHI, Takashi. **American Democracy Promotion – Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

<sup>218</sup> DIAMOND, Larry. **The global imperative: Building a democratic world order**. *Current History*, January 1994, volume 93, number 579.

<sup>219</sup> OWEN IV, John M. **Democracy, Realistically**. *National Interest*, Spring 2006, Issue 83.



pragmáticos, Fukuyama e McFaul lembram que “Not all autocracies are or have been enemies of the United States, but every American enemy has been an autocracy”<sup>220</sup>.

Essa visão equivale ao terceiro princípio da política externa norte-americana identificado por Castro Santos<sup>221</sup>, e faz a ligação entre a promoção de democracia e os interesses específicos dos Estados Unidos: um mundo mais democrático é mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Assim, nada serviria melhor aos interesses norte-americanos do que a promoção da democracia. Os neoconservadores (e os liberais) afirmam que a dicotomia entre as preferências morais e os objetivos estratégicos é falsa, já que o objetivo final da política externa norte-americana é um mundo mais seguro, mais estável e mais próspero.

Esta relação também é bastante evidente nos discursos. Bush afirma, por exemplo, que “The survival of liberty in our land increasingly depends on the success of liberty in other lands. The best hope for peace in our world is the expansion of freedom in all the world. America’s vital interests and our deepest beliefs are now one”<sup>222</sup>. Esse vínculo é necessário para assegurar que a promoção de democracia não equivale a pura filantropia. Esse é o componente egoísta da doutrina que garante que a execução dos interesses nacionais não será deixada de lado.

---

<sup>220</sup> FUKUYAMA, Francis and McFAUL, Michael. **Should Democracy Be Promoted or Demoted? The Stanley Foundation, June 2007**. Sobre a ausência de contradições entre a promoção de interesses e valores norte-americanos na literatura, ver também: DREZNER, Daniel W. **Values, Interests, and American Grand Strategy**. *Diplomatic History*, volume 29, nº 3, June 2005; WOLLACK, Kenneth. **Democracy promotion: serving U.S. values and interests**. *Northwestern University Law Review*, volume 102, nº 1, 2008; e RECORD, Jeffrey. **A Note on Interests, Values and the Use of Force**. *Parameters*, Spring 2001, Vol. 31.

<sup>221</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 175-179.

<sup>222</sup> BUSH, George W. **Inaugural speech to second term**. January 20, 2005.

Em artigo publicado na *Foreign Affairs* em 2008, Condoleezza Rice expressa bem como a Administração Bush passou a encarar essa relação entre a influência dos valores e dos interesses na estratégia de política externa pós-11 de setembro:

“As in the past, our policy has been sustained not just by our strength but also by our values. The United States has long tried to marry power and principle -- realism and idealism. At times, there have been short-term tensions between them. But we have always known where our long-term interests lie. Thus, the United States has not been neutral about the importance of human rights or the superiority of democracy as a form of government, both in principle and in practice... We must insist... to promote democratic development. It is in our national interest to do so... To state... that we must promote either our security interests or our democratic ideals is to present a false choice... An international order that reflects our values is the best guarantee of our enduring national interest...”<sup>223</sup>

E resumindo todo o ideal vindicacionista, ela continua afirmando que: “[O]ur ability to enhance the... political and economic development of weak and poorly governed states... [is] considerable. We must be willing to use our power for this purpose -- not only because it is necessary but also because it is right”<sup>224</sup>.

É válido lembrar que Bush havia feito campanha e governado durante os primeiros meses de seu mandato argumentando fortemente pela defesa dos interesses e contra a promoção dos valores norte-americanos. Esse terceiro princípio constitui a principal fonte que justifica a não-escolha de uma estratégia realista após o 11 de setembro e uma transformação tão grande em sua política externa, como explicita Bush:

“Sixty years of Western nations excusing and accommodating the lack of freedom in the Middle East did nothing to make us safe -- because in the long run, stability cannot be purchased at the expense of liberty. As long as the Middle East remains a place where freedom does not flourish, it will remain a place of stagnation, resentment, and violence

---

<sup>223</sup> RICE, Condoleezza. **Rethinking the National Interest – American Realism for a New World**. op. cit.

<sup>224</sup> Idem.

ready for export. And with the spread of weapons that can bring catastrophic harm to our country and to our friends, it would be reckless to accept the status quo”<sup>225</sup>.

Esse princípio também serviu para justificar a opção pela guerra preventiva, um dos pilares da doutrina Bush. Ficou famosa a idéia de que o 11 de setembro haveria provado que enquanto os norte-americanos viviam suas vidas se preocupando com problemas cotidianos, um ditador sanguinário em um Estado a milhares de quilômetros tramava contra a segurança dos Estados Unidos: “On September 11, 2001, we found that problems originating in a failed and oppressive state 7,000 miles away could bring murder and destruction to our country”<sup>226</sup>. É claro que não restava a Bush outra escolha a não ser a promoção da democracia:

“America is a friend to the people of Iraq. Our demands are directed only at the regime that enslaves them and threatens us... As Americans, we want peace; we work and sacrifice for peace. But there can be no peace if our security depends on the will and whims of a ruthless and aggressive dictator. I'm not willing to stake one American life on trusting Saddam Hussein”<sup>227</sup>.

Essa lógica é utilizada para justificar o combate ao terrorismo e outras ameaças a interesses políticos, geopolíticos, econômicos e de segurança. A democracia deixa de ser um ideal para ser uma ferramenta pragmática contra tais ameaças. Powell entende o poder de convencimento dessa argumentação e a utiliza com grande frequência quando vai defender pedidos de orçamento diante do Congresso dos Estados Unidos:

“The United States is committed to helping build a stable and democratic Afghanistan that is free from terror and no longer harbors

---

<sup>225</sup> BUSH, George W. **Remarks by the President at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy**. November 6, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 11, 2006.

<sup>226</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 31, 2006.

<sup>227</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio**. August 10, 2002.

threats to our security... [E]xpanding democracy in the Greater Middle East [is] crucial if we are to attack successfully the motivation to terrorism”<sup>228</sup>.

Quando Rice assume o Departamento de Estado, em 2005, a importância da promoção de democracia para a garantia da segurança dos Estados Unidos passa a ser ainda mais destacada:

“[W]e know that it is not enough to have a short-term solution to terrorism, that is, defeating the terrorists who on a daily basis plot and plan to destroy innocent life, but also to deal with the creation -- with the circumstances that created those terrorists. And we believe that the ideology of hatred which they espouse can only be met by advancing liberty and democracy”<sup>229</sup>.

“I try to remind people that while at times there may seem to be short-term tradeoffs, that the United States has never been confused that in the long term our interests and our values are absolutely identical; that we can only be truly secure when the network of free peoples is expanded as far as possible”<sup>230</sup>.

Talvez mais que os outros princípios, a relação direta entre a promoção da democracia e a garantia dos interesses norte-americanos tornou-se indispensável para justificar a doutrina Bush em geral e a invasão do Iraque em particular. A promoção de democracia para o Oriente Médio tornou-se a única solução visível para todos os motivos anunciados para a invasão do Iraque (armas de destruição em massa, terrorismo, remoção das tropas na Arábia Saudita). Essa idéia foi repetidamente defendida por Bush

---

<sup>228</sup> POWELL, Colin. **The President's Budget Request For FY 2005**. February 26, 2004. Para declarações semelhantes, ver também: POWELL, Colin. **Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003**. February 6, 2002; POWELL, Colin. **FY2003 Homeland Security Budget Request and the FY2002 Supplemental**. April 30, 2002; POWELL, Colin. **President's International Affairs Budget for 2004**. April 30, 2003; e POWELL, Colin. **President's Budget Request for Fiscal Year 2005**. April 08, 2004.

<sup>229</sup> RICE, Condoleezza. **FY 2007 Budget Request for the Department of State and Foreign Operations**. March 28, 2006.

<sup>230</sup> RICE, Condoleezza. **Remarks at the Meeting of the Advisory Committee on Democracy Promotion**. October 8, 2008. Para declarações semelhantes, ver também: RICE, Condoleezza. **Remarks at the Closing Session of the International Conference on Iraq**. June 22, 2005; RICE, Condoleezza. **Remarks at the Opening Session of the International Conference on Iraq**. June 22, 2005; RICE, Condoleezza. **Opening Remarks by Secretary of State Condoleezza Rice Before the House International Relations Committee**. February 16, 2006; RICE, Condoleezza. **International Affairs FY 2008 Budget**. March 21, 2007. RICE, Condoleezza. **U.S. Policy in the Middle East**. October 24, 2007. RICE, Condoleezza. **Remarks at Advisory Committee on Democracy Promotion**. May 12, 2008. RICE, Condoleezza. **Remarks With Quartet Members**. December 15, 2008.

em seus discursos feitos para o congresso e para a nação: “The advance of freedom is the surest strategy to undermine the appeal of terror in the world. Where freedom takes hold, hatred gives way to hope”<sup>231</sup>; “Our security is assured by our perseverance and by our sure belief in the success of liberty”<sup>232</sup>; “The only force powerful enough to stop the rise of tyranny and terror and replace hatred with hope is the force of human freedom”<sup>233</sup>; “[T]he most realistic way to protect the American people is to provide a hopeful alternative to the hateful ideology of the enemy by advancing liberty across a troubled region”<sup>234</sup>; “[A] free Iraq is critical to the security of the United States. A free Iraq will deny Al Qaida a safe haven,... will counter the destructive ambitions of Iran,... will marginalize extremists, unleash the talent of its people, and be an anchor of stability in the region”<sup>235</sup>; “[F]or the security of America and the peace of the world, we are spreading the hope of freedom”<sup>236</sup>.

### **A Missão Norte-Americana de Liderar a Causa da Liberdade no Mundo**

A última das influências da tradição liberal no pensamento neoconservador diz respeito à estratégia de defesa da missão que estabelece que os Estados Unidos devem ser um agente de transformação democrática no mundo. Assim como os exemplaristas, os neoconservadores (vindicaçãoistas) acreditam na metáfora da “*city upon a hill*”, mas preferem uma abordagem que vá além do exemplo para espalhar de maneira ativa os

---

<sup>231</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln**. May 1<sup>st</sup>, 2003.

<sup>232</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the Capture of Saddam Hussein**. December 14, 2003.

<sup>233</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. February 2, 2005. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina**. June 28, 2005.

<sup>234</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq**. January 10, 2007.

<sup>235</sup> George W. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq**. October 13, 2007.

<sup>236</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 28, 2008.

valores e as instituições políticas democráticas. A promoção da democracia deve ser acelerada pela intervenção direta, incluindo o uso da força, quando necessário.

A retórica vindicacionista relacionada à missão é bem incorporada pela doutrina Bush. O presidente é bastante claro ao relacionar missão, democracia e uso da força. Em seu discurso realizado na Academia Militar de Westpoint, por exemplo, ele afirma que

“Wherever we carry it, the American flag will stand not only for our power but for freedom. Our Nation's cause has always been larger than our Nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace, a peace that favors human liberty... Building this just peace is America's opportunity and America's duty... America has no empire to extend or utopia to establish. We wish for others only what we wish for ourselves, safety from violence, the rewards of liberty, and the hope for a better life”<sup>237</sup>.

Mas desde o 11 de setembro a missão vindicacionista e o uso da força já começaram a ser utilizados por Bush. A idéia de que promover a democracia era, além de certo, necessário, e de que, embora essa fosse uma batalha do mundo, apenas os norte-americanos tinham a capacidade de liderá-la, foi fundamental para o desenvolvimento da nova doutrina de política externa. A missão foi repetidamente utilizada para justificar as invasões do Afeganistão e do Iraque, enfatizando a responsabilidade norte-americana de atender ao chamado da “Providência” ou da “História” e de assumir o comando da causa da liberdade no mundo para defender seus próprios interesses e, acima de tudo, os interesses mundiais:

“We did not ask for this mission, but we will fulfill it. The name of today's military operation is Enduring Freedom. We defend not only our

---

<sup>237</sup> BUSH, George W. **Commencement Address at the United States Military Academy in West Point, New York**. June 1, 2002.

precious freedoms but also the freedom of people everywhere to live and raise their children free from fear”<sup>238</sup>.

“History has called our Nation into action. History has placed a great challenge before us: Will America, with our unique position and power, blink in the face of terror, or will we lead to a freer, more civilized world? There's only one answer: This great country will lead the world to safety, security, peace, and freedom”<sup>239</sup>.

“We did not ask for this present challenge, but we accept it. Like other generations of Americans, we will meet the responsibility of defending human liberty against violence and aggression. By our resolve, we will give strength to others. By our courage, we will give hope to others. And by our actions, we will secure the peace and lead the world to a better day”<sup>240</sup>.

“We accept the duties of our generation. We are active and resolute in our own defense. We are serving in freedom's cause, and that is the cause of all mankind”<sup>241</sup>.

Os secretários de Estado, embora de maneira mais tímida, reforçaram o discurso do presidente quando se referiram à obrigação de levar a democracia ao Iraque. Colin Powell, por exemplo, fala sobre o dever, o destino e as intenções de Deus:

“We fight terrorism because we must. We seek a better world because we can, because it is our desire, it is our destiny to do so. That is why we devote ourselves to democracy, development, global public health, human rights – as well as to the structure of global peace that enables us to pursue our vision for a better world”<sup>242</sup>.

---

<sup>238</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation Announcing Strikes Against Al Qaida Training Camps and Taliban Military Installations in Afghanistan**. October 7, 2001.

<sup>239</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the Proposed Department of Homeland Security**. June 6, 2002.

<sup>240</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio**. October 7, 2002.

<sup>241</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 7, 2003. Para declarações semelhantes, ver também: BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq**. March 17, 2003; BUSH, George W. **Inaugural speech to second term**. January 20, 2005; BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. February 2, 2005; BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror**. September 11, 2006.

<sup>242</sup> POWELL, Colin. **Remarks at the Elliot School of International Affairs, George Washington University, Washington DC**. September, 2003. Apud CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 174.

“America will continue to live out its destiny of helping people around the world achieve their own form of freedom, their own form of democracy so that their people, too, can live as God intended them to live: free...”<sup>243</sup>.

E Condoleezza Rice destaca a responsabilidade moral e a obrigação norte-americana de liderar a causa democrática:

“And so we do this as an international community because a great people are emerging from tyranny into freedom, because our own security is dependent on the defeat of terrorism in this great region, and also because we have a moral responsibility”<sup>244</sup>.

“If America does not stand for freedom and for liberty, for human rights, for the rights of the oppressed, and if we don’t believe that there is no corner of the earth which should be condemned to tyranny, then nobody will”<sup>245</sup>.

“[The Middle East] wasn’t a very stable place... because, underneath, there was this growing extremism, a response to the absence of legitimate politics. And it had to be dealt with.... [T]hat the United States is... the only country that can fully lead this agenda is... to me, self-evident... [T]he United States cannot be neutral about what kinds of systems countries should have”<sup>246</sup>.

O clamor norte-americano de benignidade também é bastante lembrado pelo presidente na defesa da missão. Embora caiba aos Estados Unidos o papel de liderar a causa da liberdade no mundo, o objetivo não é imperialista. Essa articulação de idéias é decorrente da tendência vindicacionista de assumir que ao mesmo tempo em que os Estados Unidos agem em interesse próprio, eles necessariamente servem aos interesses

---

<sup>243</sup> POWELL, Colin. **Remarks at the Southern Center for International Studies, Atlanta**. October, 1, 2004. Apud CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. op. cit., p. 174.

<sup>244</sup> RICE, Condoleezza. **Remarks at the Closing Session of the International Conference on Iraq**. June 22, 2005.

<sup>245</sup> RICE, Condoleezza. **International Relations Budget for Fiscal Year 2009**. February 13, 2008.

<sup>246</sup> RICE, Condoleezza. **Remarks At the Council on Foreign Relations**. June 19, 2008.



do sistema internacional<sup>247</sup>. É, portanto, legítimo e bom que os Estados Unidos usem seu poder em nome de objetivos nacionais:

“And above all, we will finish the historic work of democracy in Afghanistan and Iraq so those nations can light the way for others and help transform a troubled part of the world. America is a nation with a mission, and that mission comes from our most basic beliefs. We have no desire to dominate, no ambitions of empire. Our aim is a democratic peace, a peace founded upon the dignity and rights of every man and woman. America acts in this cause with friends and allies at our side, yet we understand our special calling: This great Republic will lead the cause of freedom”<sup>248</sup>.

Bush chega a empregar a retórica clássica puritana vinculando a fé na liberdade, a crença no povo escolhido e o futuro do mundo. Aliás, vale ler o discurso de Bush a seguir comparando sua semelhança com a afirmação do orador calvinista Josiah Strong, de 1885: “It is proposed to show that the progress of Christ’s Kingdom in the world for centuries to come depends on the next few years in the United States”<sup>249</sup>. Em 2007, Bush proclamou à nação:

“It can be tempting to think that America can put aside the burdens of freedom. Yet times of testing reveal the character of a nation, and throughout our history, Americans have always defied the pessimists and seen our faith in freedom redeemed. Now America is engaged in a new struggle that will set the course for a new century. We can and we will prevail”<sup>250</sup>.

Mais uma vez a tradição liberal é vinculada à necessidade de ação pelo uso da força. Em conjunto, a defesa da universalidade dos valores democráticos; da relação direta entre democracia, paz e interesses dos Estados Unidos e do mundo; e do ativo cumprimento

---

<sup>247</sup> JERVIS, Robert. **Understanding the Bush Doctrine**. op. cit., p. 366.

<sup>248</sup> BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 20, 2004.

<sup>249</sup> STRONG Josiah. **Our Country**. New York: Baker and Taylor, 1885. in BERGE, William H. **Voices for Imperialism: Josiah Strong and the Protestant Clergy**. Border States: Journal of the Kentucky-Tennessee American Studies Association, nº 1, 1973.

<sup>250</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on the War on Terror in Iraq**. October 1<sup>st</sup>, 2007.

da missão de promover democracia conseguiram elevar o vindacionismo à categoria de princípio guia da política externa norte-americana após o 11 de setembro.

## Conclusões

Após a análise dos discursos apresentada neste capítulo parece óbvia qual das estratégias de exportação de democracia foi escolhida pelo governo dos Estados Unidos para guiar sua doutrina de política externa após o 11 de setembro. O neoconservadorismo, tão influente na formulação da nova doutrina, mostra-se vindacionista exatamente porque acredita na eficácia do uso do poder norte-americano para provocar transições democráticas no sistema internacional. Como afirma Monten, “The neoconservative ‘theory’ of democracy promotion is... that the assertion of U.S. power and leadership can effectively produce democratic change abroad”<sup>251</sup>.

Os discursos do Presidente Bush e de seus Secretários de Estado, Colin Powell e Condoleezza Rice, mostraram que além do requisito realista (poder), a tradição liberal também teve um papel importante na formação da doutrina Bush. Especificamente, a tradição liberal é responsável pelas crenças na universalidade dos valores democráticos, na relação direta entre democracia e segurança, e no ativo cumprimento da missão norte-americana. E as consequências de tal fato são graves – para os Estados Unidos e para o mundo.

---

<sup>251</sup> MONTEN, Jonathan. **The roots of the Bush Doctrine**. *International Security*, vol. 29, nº 4 (Spring 2005), p. 148.

A crença na universalidade dos valores democráticos é responsável pela maneira otimista e até ingênua como é vista a possibilidade de se causar transições democráticas em quaisquer países do mundo. Como todos os povos desejam a liberdade, bastaria que os Estados Unidos auxiliassem na remoção dos obstáculos artificiais que reprimem a vontade do povo. Obviamente os soldados norte-americanos seriam recebidos como heróis libertadores e não seriam necessários grandes planejamentos para o pós-guerra, já que a vitória militar seria suficiente para criar as condições necessárias para a democracia prosperar.

Já o modo como o movimento neoconservador (e o governo Bush após o 11 de setembro) percebe a relação entre democracia e segurança garante ao restante do sistema internacional que as intervenções norte-americanas não têm como objetivo apenas os próprios interesses nacionais. Como democracias são menos propensas a entrar em guerra entre si, os Estados Unidos agem em nome da paz mundial. Mas os interesses nacionais também não são deixados de lado. As ameaças à segurança do mundo, em geral, e dos Estados Unidos, em particular, como o terrorismo ou o desenvolvimento de armas de destruição em massa, passam a ser vinculadas a regimes não democráticos e justificam o uso da força para promover a transição desses regimes. Quanto mais democrático for o mundo, mais seguro e mais próspero ele será.

Por último, há dois aspectos interessantes que decorrem da defesa neoconservadora da missão. Primeiramente, a crença vindicacionista de que os Estados Unidos são o “messias político”<sup>252</sup> da humanidade implica que suas intenções são benignas, e não uma tentativa de abuso, domínio ou imposição. Há certamente uma exaltação das

---

<sup>252</sup> Ver citação de Herman Melville na epígrafe desta dissertação.

virtudes da experiência norte-americana: a excepcionalidade das bênçãos políticas recebidas impõe responsabilidades e obrigações com o resto do mundo. A criação de um sistema político livre e estável demanda que tal dádiva seja compartilhada, já que todos os povos anseiam pela liberdade e um mundo mais livre é mais seguro, mais próspero e mais pacífico. Em resumo, o vindicacionismo garante aos Estados Unidos o posto de país excepcional, nação única, povo escolhido.

Embora esse discurso permita a divisão paternalista das graças políticas com as nações menos afortunadas, ele não pressupõe uma divisão do poder norte-americano, o que nos leva ao segundo aspecto: a missão vindicacionista valida a preponderância dos Estados Unidos no sistema internacional rendendo-lhe um mandato, quase sempre divino, de único agente legítimo de transformação liberal no mundo. Cabe a eles, e apenas a eles, liderar esta causa. Ao insinuar que a promoção de democracia é uma responsabilidade, uma obrigação, um dever, um chamado, um fardo, um sacrifício ou um destino manifesto, a retórica vindicacionista restringe as alternativas de ação tornando a intervenção um imperativo moral e legitimando a estratégia de política externa norte-americana, mesmo que unilateral, mesmo que preemptiva, mesmo que pelo uso da força<sup>253</sup>.

O resultado dessas dimensões ideológicas em conjunto posiciona o neoconservadorismo no lado ativista do excepcionalismo liberal norte-americano. Na medida em que essas idéias representaram o pensamento dominante dentro da equipe de política externa do governo Bush, a política de segurança nacional dos Estados Unidos favoreceu uma

---

<sup>253</sup> Para uma avaliação da missão no discurso político norte-americano, ver: COLES, Roberta L. **Manifest Destiny Adapted for 1990s' War Discourse: Mission and Destiny Intertwined**. *Sociology of Religion*, Vol. 63, No. 4 (Winter, 2002).

política externa intervencionista como o meio de promover a democracia em áreas estratégicas.

## Conclusão

“My own suspicion is that many Americans have enjoyed Bush's ‘terror war’ more than they wish to admit. Feeling scared can be oddly pleasurable, like participating in a real-life action thriller, when one is allied in imagined combat with a united country of brave patriots. The plot line is simple – good guys against satanic forces – and pushes aside doubts and ambiguities, like why exactly these people are out to get us. Does our own behavior in the world have anything to do with it? No, they resent us because we are so virtuous – kind, free, wealthy, democratic. The contest, as framed by Bush, invites Americans to indulge in a luxurious sense of self-pity – poor, powerful America, so innocent and yet so misunderstood. America's exaggerated fear of unknown ‘others’ is perhaps an unconscious inversion of its exaggerated claims of power”.

**William Greider.** Under the Banner of the “War” on Terror. The Nation. June 3, 2004.

Neste último capítulo aproveita-se do desenvolvimento teórico da dissertação para tentar explicar e prever o futuro das idéias vindicacionistas nos Estados Unidos. Primeiramente discute-se a possível influência dos resultados da Guerra no Iraque para a estratégia de promoção de democracia de Bush. Na segunda parte, resumem-se os principais achados da dissertação. Por último, tenta-se explicar qual o lugar da democracia na política externa de Obama, analisando-se a Estratégia de Segurança Nacional de 2010.

### **O Fracasso no Iraque e o Destino do Vindicacionismo<sup>254</sup>**

A administração Bush entrou no Iraque acreditando fortemente que a intervenção seria curta e fácil. Acreditava-se que uma rápida vitória militar seria seguida de grandes transformações. Saddam Hussein seria deposto. Uma nova liderança pró-americana

---

<sup>254</sup> Vale repetir que a intervenção militar no Afeganistão não constitui o caso do argumento desta dissertação.

escolhida por Washington seria colocada no poder. As fundações de um sistema democrático seriam construídas. A burocracia iraquiana continuaria a funcionar, provendo os serviços públicos essenciais. O povo iraquiano, agradecido depois de haver sido libertado pelo poder norte-americano, iria aplaudir os resultados e começar a aproveitar suas novas liberdades. Bush acreditava que os objetivos essenciais seriam completados em poucos meses, a partir de onde a maior parte das forças armadas poderia deixar o Iraque e retornar para casa. O sistema político iraquiano seria transformado de maneira fácil, rápida e decisiva, sem grandes custos para os Estados Unidos.

Esse cenário romântico colapsou junto com Saddam Hussein. Os norte-americanos chegaram a Bagdá e não encontraram apenas um governo que havia deixado de funcionar por falta de liderança, mas também um setor público completamente desordenado, beirando o colapso; e um povo que não recebia de braços abertos nem os soldados norte-americanos nem as liberdades que eles traziam. Os iraquianos escolhidos por Washington para governar o país, antigos exilados opositores de Saddam Hussein, não foram bem-vindos, eram impopulares e tinham pouca influência sobre o povo. No lugar de uma transição democrática suave, os Estados Unidos se viram em um Iraque mergulhado em violência, ilegalidade, criminalidade crescente, corrupção, rivalidade sectária, instabilidade política, crise econômica. E, além de tudo isso, ao contrário de permitir o retorno das tropas, a situação exigia ainda mais soldados. À exceção da queda de Saddam Hussein, nada ocorreu conforme planejado.

Observando a ocupação do Iraque mais de sete anos depois da invasão, parece evidente que Washington não compreendeu a dinâmica política interna deflagrada com a guerra e

nem mesmo conhecia a realidade política doméstica do Iraque. Os custos crescentes da intervenção (políticos, diplomáticos, econômicos e humanos) se mostram muito superiores do que o esperado por Bush. Um alto preço foi pago para produzir resultados que só podem ser descritos como decepcionantes. A difícil conquista da constituição iraquiana parece ter reforçado o separatismo e a rivalidade sectária. As eleições levaram ao poder partidos islâmicos que se simpatizam com o Irã, não apreciam a presença norte-americana, são hostis a Israel e se distanciam bastante da democracia liberal secular que Washington tinha em mente.

Qualquer que seja o resultado no Iraque, não parece provável que alguém vá sair desta experiência acreditando, como o governo Bush acreditou, que a transformação democrática de outros Estados é fácil e não envolve altos custos. Ao contrário, a promoção de democracia pela força se mostrou ser muito complicada, cara, arriscada, difícil de controlar, e com resultados imprevisíveis. Ainda assim, pode-se perceber a existência de grupos políticos norte-americanos que acreditam que os erros da administração Bush em não se preparar para a ocupação pós-guerra, por mais inconscientes que tenham sido, não deveriam diminuir a grandiosidade da precisão com que a decisão original de invadir foi tomada.

Na verdade, a crença nos princípios da tradição liberal permanece intocada. As dificuldades de aplicá-los no Iraque podem levar a uma mudança na estratégia de promoção da democracia, mas jamais do objetivo em si. Larry Diamond, por exemplo, continua acreditando que

“[M]any Iraqis [do] have a deep ambition to live in a decent, democratic, and free society and [I] found them prepared to do the hard



work that building a democracy will require. Above all else, Iraqis want security: they want to be free from the terror that disfigured their lives under Saddam and that has continued, in a different form, since the war. But most favor achieving this security through democratic means, not under some ‘benevolent’ strongman”<sup>255</sup>.

Robert Kaufman, por sua vez, defende que

“Victory in Iraq is a vital national interest for the United States in waging the war on terror. It will make America safer and stronger by removing a dangerous tyranny, keep terrorists on the run by depriving them of the sanctuary of a rogue regime, and embolden the forces of democratic reform in a region that sorely needs freedom to address the real root cause of terror. Conversely, failure in Iraq would undermine the credibility of American power in the eyes of our friends and enemies, destabilize the entire Middle East, vindicate the brutal tactics of our adversaries, and hence invite more dangerous attacks on the United States and its allies.

(...)

For all the problems we face in Iraq, the Bush Doctrine has presciently diagnosed the danger we face and prescribed the remedy for it... May President Bush and his successors have the foresight to persevere with the best practicable grand strategy consistent with American ideals and self-interest, rightly understood. Our security, and the security of much of the free world, depends on it”<sup>256</sup>.

A impressão que esse grupo político tem é a de que “Iraq was mismanaged but not misconceived. An unsound application of a sound doctrine”<sup>257</sup>. Para Steven Miller por exemplo,

“the disappointing experience in Iraq undermines the appeal of Bush’s strategy but does not overturn the logic of preventive war and regime change as the Bush administration has articulated it. Iraq suggests that the costs of this strategy are significantly higher than proponents of the war had hoped, but Bush and Cheney have made it abundantly clear that to prevent a future 11 September – in particular a nuclear 11 September – they are prepared to pay whatever price is necessary. If it is costly to undertake steps essential, as they see it, to protect the United States from terrible attacks, so be it. Despite Iraq, for many in the American debate and for those at the highest levels of the Bush administration, the

---

<sup>255</sup> DIAMOND, Larry. **What went wrong in Iraq**. op. cit., p. 12.

<sup>256</sup> KAUFMAN, Robert G. **In Defense of the Bush Doctrine**. Lexington, KY: University of Kentucky Press, 2007, p. 140.

<sup>257</sup> LYNCH, Timothy J. and SINGH, Robert S. **After Bush: The case for continuity in American foreign policy**. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 187.

rationale that weaves together a preference for the offensive, regime change and preventive war is still operative. Viewed through this lens, the painful experience in Iraq, however unpleasant and undesirable it may be, does not undercut the premises that led to the adoption of the Bush strategy in the first place”<sup>258</sup>.

A emergência do vindicacionismo no governo Bush, possibilitado pelo 11 de setembro, foi uma função da unipolaridade e de compromissos ideológicos a respeito da promoção de democracia, provenientes da influência do excepcionalismo liberal no pensamento neoconservador. Embora Obama tenha prometido se afastar da doutrina Bush, mantidas essas condições, não seria surpreendente, diante de um novo choque externo, o ressurgimento de uma ideologia que sustente a eficácia do poder norte-americano como um agente de transformação democrática no sistema internacional.

### **Doutrina Bush: Poder e Idéias**

A capacidade de projetar poder é sim uma variável necessária, mas também é insuficiente para explicar a emergência, ocorrida em 2001, de uma doutrina de política externa fundamentada no uso da força para construir instituições e práticas democráticas no exterior, a partir de outra baseada no exemplo. Uma explicação para o surgimento da doutrina Bush deve levar em consideração a variação das idéias domésticas em relação à democratização, além dos efeitos políticos do poder. Assim, os Estados Unidos promoverão democracia pela força ou pelo exemplo dependendo de suas capacidades materiais e do posicionamento de sua sociedade (ou do gabinete presidencial, em momentos de mudança e incerteza) no que diz respeito à capacidade do poder nacional norte-americano de provocar transformações democráticas em outros países.

---

<sup>258</sup> MILLER, Steven E. **The Iraq Experiment and US National Security**. Survival, Volume 48, Issue 4 December 2006, p. 33.

Obviamente o vindicacionismo está relacionado ao poder: a precondição essencial para usar a intervenção ou a coerção como mecanismo de transformação democrática é a capacidade de projetar poder político e força militar. A persuasão moral e o poder do exemplo normalmente não são os instrumentos políticos preferidos de Estados hegemônicos, mas o caso analisado neste trabalho mostra que a ascensão do vindicacionismo esteve associada a mudanças ideológicas entre os principais tomadores de decisão do país.

Foram os eventos do 11 de setembro que, no caso do governo Bush, possibilitaram a variação das idéias domésticas em relação à democratização. Eles funcionaram como um choque externo às idéias exemplaristas até então predominantes, abrindo a janela de oportunidades para que idéias vindicacionistas fossem acolhidas. Entende-se aqui, portanto, que o neoconservadorismo, ao privilegiar o liberalismo e a democracia, situa-se dentro de uma longa tradição vindicacionista. Ele se mostra especialmente vindicacionista ao acreditar na universalidade dos valores democráticos, na relação direta entre democracia e segurança, e no ativo cumprimento da missão norte-americana. Ele não representa uma aberração momentânea à tradição de política externa dos Estados Unidos, mas, ao contrário, é consistente com a história de ideologias nacionalistas baseadas no excepcionalismo liberal, que acreditam na capacidade do poder norte-americano de promover transformações democráticas efetivas no sistema internacional.

Apesar do que o debate recente acerca da Guerra do Iraque pode levar a acreditar, a promoção de democracia não é uma novidade na tradição de política externa norte-

americana, não é apenas mais um artifício inventado pela equipe de Bush para legitimar suas escolhas políticas e também não é um simples delírio liberal; ao contrário, ela é central para a identidade política e para o senso de propósito nacional dos Estados Unidos. A identidade política norte-americana está inextricavelmente ligada à premissa excepcionalista de que os Estados Unidos são um agente de transformação democrática no mundo. Por isso, parece ser extremamente difícil, se não impossível, apesar dos inúmeros esforços recentes nesta direção, explicar satisfatoriamente a política externa norte-americana para o Iraque baseando-se apenas nos supostos interesses materiais (principalmente econômicos e de segurança) dos Estados Unidos. Por outro lado, essa política se torna muito mais inteligível – e inteligente – uma vez que se entenda o significado das premissas liberais e se perceba como elas são estendidas às relações internacionais dos Estados Unidos.

As premissas liberais certamente não podem oferecer uma explicação completa da doutrina Bush. Não são sequer as determinantes mais importantes desta doutrina. Mas nenhum conjunto de razões que tente explicá-la pode deixar de fora estas premissas. E se sairmos da política externa em geral para entrar em um tema mais específico que é o entendimento e a percepção dos Estados Unidos a respeito da possibilidade de transformação democrática no Iraque, então a tradição liberal se torna uma parte proeminente da explicação, talvez a parte mais importante.

A política externa dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001 confirma a presença dos princípios e valores liberais apresentados neste trabalho. Os efeitos da tradição liberal – embora com roupagem diferente daquela utilizada pelos imigrantes puritanos, pelos *founding fathers* ou pelos políticos da Guerra Fria – não

desapareceram. O excepcionalismo não foi sequer enfraquecido. Os presidentes contemporâneos ainda se esforçam para definir a terminologia de suas políticas em termos excepcionalistas. Quando Bush descreveu que os atentados terroristas não tinham como alvo aviões ou prédios, nem os Estados Unidos, mas a liberdade, ele estava definindo o conflito da mesma maneira que muitas gerações haviam feito anteriormente. Questionando se o sistema internacional ficaria melhor sem Saddam Hussein, Bush escolheu uma resposta que incluía sua visão sobre como cumprir as obrigações dos Estados Unidos com o mundo e com Deus da melhor maneira possível. Como presidente, ele cumpriu sua responsabilidade de definir o conflito de acordo com os termos familiares do excepcionalismo, tornando a transição de suas idéias de fácil aceitação. Poderia ter apontado em uma direção exemplarista, mas na redefinição de inimigos e identificação de conflitos do pós-Guerra Fria, a missão adquiriu contornos claramente vindicacionistas, com a eliminação do terrorismo aparecendo como o próximo esforço para melhorar o mundo e a democratização do Oriente Médio como a próxima etapa da civilização. Quando a missão termina? Quando Deus disser que ela terminou e o paraíso se instalar na Terra. Até lá, como disse John Winthrop, “the eyes of the world are upon us”.

### **Obama e a Promoção de Democracia: Outro Ajuste Estratégico?**

Parece no mínimo confuso e decepcionante que os três “D’s” escolhidos por um governo democrata para guiar a política externa norte-americana sejam defesa,

desenvolvimento e diplomacia<sup>259</sup>. A democracia não teria conseguido seu espaço nem entre os temas que se iniciam com a letra “D”. Certamente Barack Obama deseja se distinguir de George W. Bush, que mal tocou na temática dos direitos humanos, por exemplo, relacionando-os com a Guerra no Iraque e adotando um tom moralista e religioso para tratar da democratização. Esse desejo vem sendo interpretado como o responsável por ter conduzido Obama para uma política reticente de promoção de democracia<sup>260</sup>.

Obama falhou em apoiar dissidentes iranianos que protestavam contra a “eleição” de Mahmoud Ahmadinejad; cortou o financiamento de grupos que promovem a democracia no Egito; desenfaticou os abusos aos direitos humanos no Sudão, negociando com o líder do regime que é processado pela Corte Internacional de Justiça por crimes contra a humanidade; cortou o isolamento à junta ditatorial do Mianmar; em viagem à China, se negou a discutir a temática dos direitos humanos; e recusou a se encontrar com o Dalai Lama quando o líder tibetano estava em Washington<sup>261</sup>. É evidente que tais ações não são compatíveis com a retórica vindicacionista. Mas será que Obama não é influenciado pela tradição liberal, ou ele simplesmente mudou a estratégia norte-americana de exportação de democracia?

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos divulgada em maio de 2010 indica qual o caminho escolhido por Obama. Na verdade, o excepcionalismo liberal está tão presente quanto esteve na administração de Bush, a diferença é que Obama não

---

<sup>259</sup> Ver: CLINTON, Hillary Rodham. **Foreign Policy Priorities in the President's FY2010 International Affairs Budget**. Testimony before the Senate Foreign Relations Committee. May 20, 2009.

<sup>260</sup> KAGAN, Robert. **Armed for reality**. WASHINGTON POST, December 13, 2009.

<sup>261</sup> KURLANTZICK, Joshua. **A Nobel winner who went wrong on rights**. WASHINGTON POST, December 13, 2009.

apóia impulsos de intervenção para espalhar a liberdade, ele prefere liderar a causa da liberdade pela força do exemplo norte-americano.

A linguagem exemplarista não poderia ser mais clara. Logo no prefácio, assinado por Obama, é afirmado que a estratégia norte-americana<sup>262</sup>

“[S]tarts by recognizing that our strength and influence abroad begins with the steps we take at home... [W]e will advocate for and advance the basic rights upon which our Nation was founded, and which peoples of every race and region have made their own. We promote these values by living them... [W]e reject the notion that lasting security and prosperity can be found by turning away from universal rights – democracy does not merely represent our better angels, it stands in opposition to aggression and injustice, and our support for universal rights is both fundamental to American leadership and a source of our strength in the world... Our long-term security will come not from our ability to instill fear in other peoples, but through our capacity to speak for their hopes... [W]e are bound by a creed that has guided us at home and served as a beacon to the world”<sup>263</sup>.

A Estratégia de Segurança Nacional de Obama ainda diz como os valores universais serão apoiados:

“The United States supports those who seek to exercise universal rights around the world. We promote our values above all by living them at home... America will not impose any system of government on another country... More than any other action that we have taken, the power of America’s example has helped spread freedom and democracy abroad”<sup>264</sup>.

---

<sup>262</sup> É interessante comparar a similaridade do discurso de Obama com o discurso considerado a enunciação do exemplarismo, proferido por John Quincy Adams em 1821, já citado na página 70, e repetido aqui: “Wherever the standard of freedom and independence has been or shall be unfurled, there will [America’s] heart, her benedictions and her prayers be. But she goes not abroad, in search of monsters to destroy. She is the well-wisher to the freedom and independence of all. She is the champion and vindicator only of her own. She will commend the general cause by the countenance of her voice, and the benignant sympathy of her example”.

<sup>263</sup> OBAMA, Barack. **US National Security Strategy**. White House: May 2010, preface.

<sup>264</sup> OBAMA, Barack. **US National Security Strategy**, op. cit, p. 36.

Além de se encaixar exatamente dentro da tradição exemplarista conforme definida por Kissinger (*beacon vs. crusader*)<sup>265</sup>, percebe-se facilmente que todos os princípios da tradição liberal estão presentes no discurso de Obama. Os valores democráticos continuam sendo considerados universais, a democracia continua sendo a garantia da segurança e os norte-americanos continuam tendo a responsabilidade de guiar os outros povos do mundo. A diferença é que esses objetivos não serão buscados pela intervenção direta em outros Estados, apenas pela força da persuasão e do exemplo. Isso significa que os valores liberais serão utilizados para aperfeiçoar a própria democracia norte-americana, tendo menor influência na formulação da política externa. Embora possa parecer contraditório, a retórica exemplarista abre espaço para uma doutrina de política externa guiada pelos interesses norte-americanos (e não pelos valores, se é que os dois são distinguíveis). Isso significa que Obama não é um traidor da causa democrática, apesar das críticas a ele apontadas.

Ao se afastar do vindicacionismo, Obama se afasta de Bush, mas também de Clinton. A estratégia de Obama não ecoa o conceito de *democratic enlargement* que Clinton anunciava com tanto orgulho. Certamente não há espaço para intervenções humanitárias, tão presentes na década de 1990. Se há dúvidas de que Clinton havia optado pela estratégia vindicacionista, e para se ter uma idéia do tamanho de sua diferença com a opção de Obama, vale reproduzir aqui as próprias palavras de Clinton:

“From our birth, America has always been more than just a place. America has embodied an idea that has become the ideal for billions of people throughout the world. Our Founders said it best: America is about life, liberty, and the pursuit of happiness. In this century especially, America has done more than simply stand for these ideals. We have acted on them and sacrificed for them. Our people fought two World Wars so that freedom could triumph over tyranny. After World

---

<sup>265</sup> Ver citação de Kissinger na introdução deste trabalho, página 10.



War I, we pulled back from the world, leaving a vacuum that was filled by the forces of hatred. After World War II, we continued to lead the world. We made the commitments that kept the peace, that helped to spread democracy, that created unparalleled prosperity, and that brought victory in the cold war.”<sup>266</sup>.

No lado econômico, a confiança de Clinton na necessidade de avançar a ordem econômica internacional liberal também não foi acompanhada por Obama. Entre todas as administrações do pós-Guerra Fria, a de Clinton foi a que mais vigorosamente articulou uma visão de política externa em torno da expansão universal dos mercados. Em alguns momentos os interesses econômicos chegavam a parecer tão importantes quanto interesses de segurança nacional. Globalização era a palavra de ordem e algumas das prioridades dos Estados Unidos eram promover o livre comércio e fortalecer instituições econômicas liberais, como o NAFTA, a APEC ou a OMC.

De maneira similar, a Estratégia de Segurança Nacional de Bush clamava pela necessidade de intervenção internacional para promover políticas econômicas neoliberais. Um dos objetivos da estratégia de 2002 era “[to] ignite a new era of global economic growth through free markets and free trade”. A liberalização econômica também foi relacionada à liberdade:

“A strong world economy enhances our national security by advancing prosperity and freedom in the rest of the world. Economic growth supported by free trade and free markets... reinforces the habits of liberty. We will promote economic growth and economic freedom beyond America’s shores”<sup>267</sup>.

Para contrariar a tendência das décadas anteriores em direção à liberalização da economia, Obama fez discursos defendendo uma maior intervenção do Estado na

---

<sup>266</sup> CLINTON, William J. **Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina**. October 27, 1995.

<sup>267</sup> BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**, op. cit, p. 17.

economia e sua Estratégia de Segurança Nacional fala pouco da aplicação universal dos princípios liberais. Ao invés disso, ela se concentra na idéia de reconstrução doméstica das fundações da prosperidade norte-americana: “Strengthening education and human capital, enhancing science, technology and innovation, achieving a balanced and sustainable growth”<sup>268</sup>.

Mas fica claro que, assim como os outros presidentes antes dele, Obama não está completamente livre da influência das idéias liberais no que diz respeito à natureza do mundo e ao papel dos Estados Unidos nele. Como afirma Dueck, “no leader in the US is ever entirely free from the influence of liberal ideas regarding the nature of international affairs”<sup>269</sup>. Na comparação com os outros governos do pós-Guerra Fria, o atual presidente aparece como uma exceção exemplarista ao que parece ser uma regra vindicacionista. É claro que, sendo apenas princípios que guiam a política externa, exemplarismo e vindicacionismo nunca são mutuamente excludentes. Isso significa que se Obama estiver apenas fugindo do fantasma de Bush, as portas para o vindicacionismo podem não ter sido completamente fechadas.

---

<sup>268</sup> OBAMA, Barack. **US National Security Strategy**, op. cit, p. 2.

<sup>269</sup> DUECK, Colin. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy**. op. cit., p. 163.

## Referências bibliográficas

### 1. Livros e artigos

- BERGE, William H. **Voices for Imperialism: Josiah Strong and the Protestant Clergy**. Border States: Journal of the Kentucky-Tennessee American Studies Association, nº 1, 1973.
- BOLTON, John. **Should we take global governance seriously?** Chicago Journal of International Law, 1:2 (2000), p. 205-222.
- BOORSTIN, Daniel J. **The Genius of American Politics**. Chicago: University of Chicago, 1953.
- BRANDS, H. W. **What America owes the World: The struggle for the soul of foreign policy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.
- BROOKS, Stephen G. and WOLFHORTH, William C. **American Primacy in Perspective**. Foreign Affairs, Volume 81, nº 4, July/August 2002.
- BROWN, Michael et al. **The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995, p. 42-77.
- CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força**. Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 53, nº 1, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Exporting Democracy: Kantian Peace or Western Hegemony Expression?** 49th International Studies Association Annual Convention. San Francisco, March 2008.
- \_\_\_\_\_. **Exporting Democracy: the Hegemon Concern with Democracy or Security?** SIXTH PAN-EUROPEAN INTERNATIONAL RELATIONS CONFERENCE SGIR/ECPR - Session 4.2: Peace and International Security - TURIN, SEPTEMBER 12-15 2007.
- \_\_\_\_\_. **“Que Democracia ? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento”**, *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 44, nº 4, 2001.
- CASTRO SANTOS, Maria Helena e TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **O lugar da democracia nas principais intervenções militares americanas no pós-Guerra Fria e o papel dos Estados Unidos na nova ordem internacional**. 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. ST 26: POLÍTICA INTERNACIONAL COMPARADA Caxambu, outubro de 2010.
- CIARROCCA, Michelle and HARTUNG, William D. **Report: Increases in Military Spending and Security Assistance Since 9/11**. World Policy Institute - Research Project, 2002.
- COLES, Roberta L. **Manifest Destiny Adapted for 1990s' War Discourse: Mission and Destiny Intertwined**. Sociology of Religion, Vol. 63, No. 4 (Winter, 2002).
- DAHL, Robert, **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 1996 (especialmente cap. 1) *Democracy*, vol. 15, no. 1, January 2005.
- DAVIS, Tami R. and LYNN-JONES, Sean M. **Citty upon a hill**. Foreign Policy, nº 66, Spring 1987
- DIAMOND, Larry. **Promoting Democracy in the 1990s: Actors and Instruments, Issues and Imperatives**. New York: Carnegie Corporation of New York, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Promoting Democracy**, *Foreign Affairs*, vol. 87, Summer 1992.
- \_\_\_\_\_. **Universal Democracy?** A Harry Eckstein Lecture at the University of California. Irvine, April 10, 2003.
- \_\_\_\_\_. **What went wrong in Iraq**, *Foreign Affairs*, September/October, 2004.

- \_\_\_\_\_. **The Global Imperative: Building a Democratic World Order**, *Current History*, vol. 93, n°579, January 1994.
- DOBBINS, James et al. **America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq**. Rand, 2003.
- DREZNER, D.W. **The New New World Order**. *Foreign Affairs*, 86, 2, 2007, 34-46.
- \_\_\_\_\_. **Values, Interests, and American Grand Strategy**. *Diplomatic History*, volume 29, n° 3, June 2005.
- DuBRIN, Doug. **The Powell Doctrine: Background, Application and Critical Analysis**. News Hour Extra.
- DUECK, Colin. **Ideas and alternatives in American grand strategy, 2000-2004**. *Review of International Studies*, 30, 2004, 511-535.
- \_\_\_\_\_. **Reluctant crusaders: power, culture, and change in American grand strategy**. Princeton University Press, 2006.
- EBELIN, Richard M. **Covering the Map of the World**. Freedom Daily, The Future of Freedom Foundation, May 1995.
- FARER, Tom. **Collectively Defending Democracy in the Western Hemisphere**. Introduction and Overview, in T. Farer (ed.) *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins Un. Press, 1996.
- FOSSEDAL, Gregory. **The Democratic Imperative: Exporting the American Revolution**. New York: Basic Books, 1989.
- FUKUYAMA, Francis and McFAUL, Michael. **Should Democracy Be Promoted or Demoted?** The Stanley Foundation, June 2007.
- \_\_\_\_\_. **The End of History?** *National Interest* (summer 1989).
- GADDIS, J.L (2004). **Surprise, Security, and the American Experience**. Cambridge. Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. **A Grand Strategy of Transformation**. *Foreign Policy*, v. 133, Nov/Oct., p. 50-57, 2002.
- GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, R. O. (eds.), **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.
- GOODSON, Larry. **Afghanistan's Long Road to Reconstruction**, *Journal of Democracy*, vol. 14, no. 1, January 2003.
- HAASS, Richard. **What to Do With American Primacy**. *Foreign Affairs*, 78:5, September/October 1999, p. 45-48.
- HARRIES, Owen. **An End to Nonsense**. *The National Interest*, 65/S, November 1<sup>st</sup>, 2001, p. 117-120.
- HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America – an interpretation of American political thought since the revolution**. New York: Harcourt, Brace & World, 1955, p.58.
- HEILBRUNN, Jacob. **Condoleezza Rice: George W.'s Realist**. *World Policy Journal*, 16:4, Winter 1999/2000, p. 51, 54.
- HIRSH, Michael. **Bush and the World**. *Foreign Affairs*, September/October 2002, Volume 81, Number 5, p. 18-19.
- HOFSTADTER, Richard. **The American Political Tradition and the Men who Made It.** New York: Alfred A. Knopf, 1948.
- HOOK, Steven W. and SPANIER, John. **American Foreign policy since World War II**. Seventeenth Edition. CQPress: Washington, 2007.
- HUNT, Michael. **Ideology and US Foreign Policy**. New Haven/London: Yale University Press, 1987.

- HUNTINGTON, Samuel **The Third Wave**. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. **The Clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.
- \_\_\_\_\_. **The Lonely Superpower**. *Foreign Affairs* 78, March/April 1999.
- IGNATIEFF, Michael. (2003). **Empire lite**. *Prospect*, Issue no. 83, February, pp. 36 - 43.
- IKENBERRY, G, John. **America's Liberal Grand Strategy: Democracy and National Security in the Post-War Era**, in COX, Michael, IKENBERRY, G, John and INOGUSHI, Takashi. **American Democracy Promotion – Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. **American Grand Strategy in the Age of Terror**. *Survival*, 43:4, Winter 2001, p. 21.
- JERVIS, Robert. **Perceptions and Misperceptions in International Politics**. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1976, caps 4 e 11.
- \_\_\_\_\_. **Why the Bush Doctrine Cannot Be Sustained**. *Political Science Quarterly*, 120, 3, 2005, 351-377.
- \_\_\_\_\_. **Understanding the Bush Doctrine**. *Political Science Quarterly*, Volume 118, Number 3, 2003.
- JOWITT, Ken. **New World Disorder: the leninist extinction**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1992
- KAGAN, Robert. **America as Hegemon**. In the *National Interest* 2:29 (July 2003).
- \_\_\_\_\_. **Power and Weakness**. *Policy Review*, n° 113 (June-July 2002).
- KANT, Immanuel. **Perpetual Peace and Other Essays**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1983.
- KATZENSTEIN, Peter . **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996, caps. 1 e 2.
- KAUFMAN, Robert G. **In Defense of the Bush Doctrine**. Lexington, KY: University of Kentucky Press, 2007, p. 140.
- KEGLEY, Charles & HERMANN, Margaret, **How Democracies Use Intervention: A Neglected Dimension in Studies of the Democratic Peace**, *Journal of Peace Research*, 33:3, pp. 309-322.
- KENNAN, George. **On American Principles**. *Foreign Affairs*, March/April 1995, Volume 74 n. 2.
- KEOHANE, Robert. **From International to World Politics**. *Perspectives on Politics* 3:2, June 2005, p. 316-317.
- KISSINGER, Henry A. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.
- THE COMMONWEALTH CLUB. **Larry Diamond on The Spirit of Democracy**. (Conference) The Commonwealth Club of California San Francisco, CA, May 7, 2008.
- LAYNE, Christopher. **Kant or Cant: the Myth of the Democratic Peace**. *International Security*, 19:2, 1994, pp. 5-49.
- \_\_\_\_\_. **Offshore balancing revisited**. *Washington Quarterly*, 25:2, Spring 2002.
- LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. **Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1996.
- LIPSET, Seymour Martin. **American Exceptionalism: A Double-Edged Sword**. New York: W.W. Norton, 1996.

- LYNCH, Timothy J. and SINGH, Robert S. **After Bush: The case for continuity in American foreign policy**. New York: Cambridge University Press, 2008.
- MADSEN, Deborah L. **American Exceptionalism**. Jackson: University Press of Mississippi, 1998.
- MANN, James. **Rise of the Vulcans: the history of Bush's war cabinet**. New York: Viking, 2004, p. 234-260.
- MCCARTNEY, Paul T. **American Nationalism and U.S. Foreign Policy from September 11 to the Iraq War**. *Political Science Quarterly*, Fall 2004, volume 119, number 3, p. 400.
- MEAD, Walter Russell. **Special Providence – American foreign policy and how it changed the world**. New York: Routledge, 2002.
- MEARSHEIMER, John. **Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War**. *International Security*, 15:1, Summer 1990, p. 5-56.
- MILLER, Perry. **American puritans: Their prose and poetry**. Garden city: Doubleday, 1956.
- MILLER, Steven E. **The Iraq Experiment and US National Security**. *Survival*, Volume 48, Issue 4 December 2006.
- MONTEN, Jonathan. **The roots of the Bush Doctrine – Power, Nationalism, and Democracy Promotinin on U.S. Grand Strategy**. *International Security*, vol. 29, n° 4 (Spring 2005), p. 112-156.
- NYE, Joseph S. **Soft Power: The means to succes in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C (1987). **Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões**. São Paulo: Vértice.
- O'SULLIVAN, John. **Annexation**. *The United States Democratic Review*. Volume 0017, Issue 85, July-August 1845.
- OWEN IV, John M. **Democracy, Realistically**. *National Interest*, Spring 2006, Issue 83.
- \_\_\_\_\_. **The Foreign Imposition of Domestic Institutions**. *International Organization* 56:2, 2002, 375-409.
- PACKENHAM, Robert A. (1973). **Liberal America and the Third World**. New Jersey: Princeton University Press.
- PATRICK, Stewart. **Don't fence me in: the perils of going it alone**. *World Policy Journal*, 18:3, Fall 2001.
- PEI, Minxin. **Lessons from the Past: The American Record on Nation-Building**. *Carnegie Policy Brief* n° 24, April 2003
- POSEN, Barry. **The Struggle against Terrorism: Grand Strategy, Strategy, and Tactics**. *International Security*, Winter 2001/2002, volume 26, issue 3.
- RECORD, Jeffrey. **A Note on Interests, Values and the Use of Force**. *Parameters*, Spring 2001, Vol. 31.
- RICE, Condoleezza. **Promoting the National Interest**. *Foreign Affairs*, 79:1 (January/February 2000).
- \_\_\_\_\_. **Rethinking the National Interest – American Realism for a New World**. *Foreign Affairs*, July/August 2008.
- RIELLY, John E. (ed) **American Public Opinion and U.S. Foreign Policy 1999**. Chicago: Council on foreign Relations, 1999.
- ROBINSON, William I. **Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.
- SCHUMPETER, Josef. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Row, 1943. (Cap. 12 "The Classical Doctrine of Democracy").

- SEIGLIE, Mario. **The True Shining City Upon the Hill**. United News, July 2004.
- SMITH, Anthony. **The Ethnic Origins of Nations**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986, chapter 6.
- SNYDER, Jack. **Imperial Temptations**. The National Interest, Spring 2003, volume 71, p. 29-40.
- STAROBIN, Paul. **The realists**. National Journal, September 15, 2006.
- STEEL, Ronald. **The Missionary**. New York Review of Books, vol. 50, n° 18 (November 20, 2003).
- SZAYNA, Thomas S., BYMAN, Daniel, BANKES, Steven C., EATON, Derek, JONES, Seth G., MULLINS, Robert, LESSER, Ian O., ROSENAU, William. **The Emergence of Peer Competitors: A Framework for Analysis**. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2001.
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2007.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1987). **A Democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia.
- WHITEHEAD, Laurence (1986). **The International Aspects of Democratization: Europe and the Americas**. Oxford: Oxford University Press.
- WOHLFORTH, William. **The Stability of a Unipolar World**. International Security 24, Summer 1999: 7.
- WOLLACK, Kenneth. **Democracy promotion: serving U.S. values and interests**. Northwestern University Law Review, volume 102, n° 1, 2008.

## 2. Discursos (ordem cronológica)

### a) Presidente George W. Bush

- Presidential Debate in Boston**. October 3, 2000.
- Presidential Debate in Winston-Salem, North Carolina**. October 11, 2000.
- Presidential Debate in St. Louis**. October 17, 2000.
- Inaugural speech to first term**. January 20, 2001.
- Address Before a Joint Session of the Congress on Administration Goals**. February 27, 2001.
- Address to the Nation on Stem Cell Research From Crawford, Texas**. September 9, 2001.
- Address to the Nation on the Terrorist Attacks**. September 11, 2001.
- Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11**. September 20, 2001.
- Address to the Nation Announcing Strikes Against Al Qaida Training Camps and Taliban Military Installations in Afghanistan**. October 7, 2001.
- Satellite Remarks to the Central European Counterterrorism Conference**. November 6, 2001.
- Address to the Nation on Homeland Security From Atlanta**. November 8, 2001.
- Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. January 29, 2002
- Remarks at the Virginia Military Institute in Lexington, Virginia**. April 17, 2002.

**Commencement Address at the United States Military Academy in West Point, New York.** June 1, 2002.

**Address to the Nation on the Proposed Department of Homeland Security.** June 6, 2002.

**Address to the Nation on the Anniversary of the Terrorist Attacks of September 11 From Ellis Island, New York.** September 11, 2002.

**President Bush at the United Nations General Assembly.** September 12, 2002.

**Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio.** October 7, 2002.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 28, 2003.

**Address to the Nation on the Loss of Space Shuttle Columbia.** February 1<sup>st</sup>, 2003.

**Address to the Nation on Iraq.** March 17, 2003.

**Address to the Nation on Iraq.** March 19, 2003.

**Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln.** May 1<sup>st</sup>, 2003.

**Commencement Address at the United States Coast Guard Academy in New London, Connecticut.** May 21, 2003.

**Address to the Nation on the War on Terror.** September 7, 2003.

**Remarks by the President at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy.** November 6, 2003.

**Address to the Nation on the Capture of Saddam Hussein.** December 14, 2003.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 20, 2004.

**Inaugural speech to second term.** January 20, 2005.

**Address to the Nation on the Iraqi Elections.** January 30, 2005.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** February 2, 2005.

**Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina.** June 28, 2005.

**Address to the Nation Announcing the Nomination of John G. Roberts, Jr., To Be an Associate Justice of the United States Supreme Court.** July 19, 2005.

**Address to the Nation on Hurricane Katrina Recovery From New Orleans, Louisiana.** September 15, 2005.

**Address to the Nation on Iraq and the War on Terror.** December 18, 2005.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 31, 2006.

**Address to the Nation on Immigration Reform.** May 15, 2006.

**Address to the Nation on the War on Terror.** September 11, 2006.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 23, 2007.

**Address to the Nation on the War on Terror in Iraq.** January 10, 2007.

**Address to the Nation on the War on Terror in Iraq.** October 13, 2007.

**Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** January 28, 2008.

**b) Secretário de Estado Colin Powell**

**Press Availability with UN Secretary General Kofi Annan.** February 14, 2001.

**Testimony at Budget Hearing before House International Relations Committee.** March 7, 2001.



**Testimony at Budget Hearing before the Senate Foreign Relations Committee.** March 8, 2001.

**Testimony at Budget Hearing before the Senate Budget Committee.** March 14, 2001.

**Testimony at Budget Hearing before House Budget Committee.** March 15, 2001.

**Testimony on the President's International Affairs Budget for FY 2002.** May 15, 2001.

**Testimony on US Relations With Europe - Senate Foreign Relations Committee.** June 20, 2001.

**Address at United Nations Special Session on HIV/AIDS.** October 25, 2001.

**Remarks following the Meeting of the North Atlantic Council.** December 6, 2001.

**Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003.** February 5, 2002.

**Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003.** February 6, 2002.

**Statement on President Bush's Budget Request for the State Department for 2003.** February 12, 2002.

**Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003.** February 13, 2002.

**Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003.** March 6, 2002.

**Statement on FY 2003 International Affairs Budget.** March 7, 2002.

**Remarks with Foreign Minister of Spain Josep Pique, United Nations Secretary General Kofi Annan Foreign Minister of Russia Igor Ivanov, and European Union Senior Official Javier Solana.** April 10, 2002.

**FY 2003 International Affairs Budget.** April 24, 2002.

**FY2003 Homeland Security Budget Request and the FY2002 Supplemental.** April 30, 2002.

**UN Security Council Adopts a New Export Control System on Iraq.** May 14, 2002.

**Remarks on the US-Russian Strategic Offensive Reductions Treaty.** July 9, 2002.

**Homeland Security.** July 11, 2002.

**Remarks With UN Secretary General Kofi Annan, Egyptian Foreign Minister Ahmed Maher, and Jordanian Foreign Minister Marwan Muasher.** July 16, 2002.

**Remarks to the Security Council of the United Nations.** September 11, 2002.

**Remarks Upon Departure From UN.** September 13, 2002.

**Remarks to the United Nations General Assembly High Level Session on the New Partnership for Africa's Development.** September 16, 2002.

**Remarks Upon Departure From the United Nations.** September 16, 2002.

**Press Availability with U.N. Secretary General Kofi Annan, Foreign Minister Igor Ivanov of the Russian Federation, Foreign Minister Per Stig Moeller of Denmark in the capacity of EU Presidency, Chris Patten, European Commissioner for External Relations, Javier Solana, High Representative for Common Foreign and Security Policy of the EU.** September 17, 2002.

**The Administration's Position With Regard to Iraq.** September 26, 2002.

**Remarks With Dr. Hans Blix, Executive Chairman, United Nations Monitoring, Verification, and Inspection Commission and Dr. Mohamed El Baradei, Director General of the International Atomic Energy Agency.** October 4, 2002.

**Interview by Selected Print Journalists from UN Security Council Member Countries.** November 4, 2002.

**Remarks with UN Secretary General Kofi Annan After Their Meeting.** November 12, 2002.

**Interview With Journalists From New Security Council Member Nations.** January 16, 2003.

**Remarks at the United Nations Security Council Ministerial Session on Terrorism.** January 20, 2003.

**Remarks to the Press After United Nations Security Council Ministerial Session on Terrorism.** January 20, 2003.

**Remarks to the United Nations Security Council.** February 5, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** February 6, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** February 11, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** February 12, 2003.  
2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** February 13, 2003.

**Remarks to the United Nations Security Council.** February 14, 2003.

**Remarks at Stakeout at the United Nations.** February 14, 2003.

**Press Availability With NATO Secretary General Lord Robertson.** February 20, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** March 6, 2003.

**Remarks to the United Nations Security Council.** March 7, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** March 13, 2003.

**President's International Affairs Budget for 2004.** March 26, 2003.

**Press Conference at NATO Headquarters.** April 3, 2003.

**NATO's Takeover of the International Security Assistance Force in Afghanistan.** April 18, 2003.

**An Enlarged NATO: Mending Fences and Moving Forward on Iraq.** April 29.

**President's International Affairs Budget for 2004.** April 30, 2003.

**Remarks With NATO Secretary General Lord Robertson After Their Meeting.** May 5, 2003.

**Remarks to the Press by Secretary Powell after his Meeting With UN Secretary General Kofi Annan.** May 7, 2003.

**Remarks with United Nations Secretary General Kofi Annan After Their Meeting.** June 11, 2003.

**Remarks With Lakhdar Brahimi, Special Representative of United Nations Secretary General for Afghanistan, After Their Meeting.** August 11, 2003.

**Condemnation of Bombing At UN Headquarters in Iraq.** August 19, 2003.

**Remarks with United Nations Secretary General Kofi Annan After Their Meeting.** August 21, 2003.

**Presentation at HIV/AIDS Plenary.** September 22, 2003.

**Joint Press Briefing with The P5 Foreign Ministers and UN Secretary General Kofi Annan (English-Language Portions).** September 13, 2003.

**Appointment of Jakob de Hoop Scheffer as NATO Secretary General.** September 22, 2003.

**Remarks at the Elliot School of International Affairs, George Washington University, Washington DC.** September, 2003.

**Remarks Upon Arrival at UN Headquarters.** September 22, 2003.

**Press Availabilty With UN Secretary General Kofi Annan; Foreign Minister Franco Frattini of Italy in the Capacity of European Union Presidency; European Union High Representative Javier Solana; and Foreign Minister Igor Ivanov of the Russian Federation.** September 26, 2003.

**Remarks at UN-led Meeting on Afghanistan, United Nations General Assembly.** September 24, 2003.

**Remarks After UN Secretary General Kofi Annan's Luncheon for P-5 Members.** September 25, 2003.

**Remarks on UN Iraq Resolution Vote.** October 16, 2003.

**Remarks at the Foreign Press Center on U.S. Foreign Policy after the UNGA.** October 2, 2003.

**Press Briefing After NATO Working Luncheon.** December 4, 2003.

**Remarks With NATO Secretary General Jaap de Hoop Scheffer After Their Meeting.** January 29, 2004.

**Remarks After His Meeting With United Nations Secretary General Kofi Annan.** February 03, 2004.

**Remarks to the International Reconstruction Conference on Liberia.** February 06, 2004.

**Remarks at UN After Liberian Donors Conference.** February 06, 2004.

**The President's Budget Request for Fiscal Year 2005.** February 11, 2004.

**The President's Budget Request For Fiscal Year 2005.** February 12, 2004.

**The President's Budget Request For FY 2005.** February 26, 2004.

**Opening Remarks Before the House Appropriations Subcommittee on Commerce, Justice, State, The Judiciary and Related Agencies.** March 03, 2004.

**The President's Budget Request for FY 2005.** March 10, 2004.

**President's Budget Request for Fiscal Year 2005.** March 25, 2004.

**Interview with Reporters from the Seven New NATO Member Nations.** April 01, 2004.

**Press Briefing at Luns Theater at NATO Headquarters.** April 02, 2004.

**President's Budget Request for Fiscal Year 2005.** April 08, 2004.

**Remarks With UN Secretary General Kofi Annan After Meeting.** July 22, 2004.

**One-Year Anniversary of Bombing at UN Headquarters in Iraq.** August 19, 2004.

**Remarks After Testimony to the Senate Foreign Relations Committee.** September 09, 2004.

**The Crisis in Darfur.** September 09, 2004.

**Remarks With Senator Collins, Senator Lieberman, and Secretary Ridge.** September 13, 2004.

**Intelligence Reform.** September 13, 2004.

**Remarks After Meeting With the Community of Democracies.** September 22, 2004.

**Foreign Press Center Briefing on the U.S. and the UN General Assembly.** September 23, 2004.

**Remarks at the Southern Center for International Studies, Atlanta.** October, 1, 2004.

**Remarks With Secretary General of NATO His Excellency Jaap de Hoop Scheffer After Their Meeting .** November 10, 2004.

**NATO-led Mission Ends in Bosnia and Herzegovina.** December 02, 2004.

**Interview With Christian Malard of France 3 Television.** December 09, 2004.

**Remarks to the Press at NATO.** December 09, 2004.

**Remarks With His Excellency Kofi Annan, Secretary General of the United Nations After Their Meeting.** December 16, 2004.

**Remarks With United Nations Secretary General Kofi Annan After Their Meeting.** December 31, 2004.

**c) Secretária de Estado Condoleezza Rice**

**Remarks at The North Atlantic Treaty Organization Headquarters.** February 9, 2005 .

**President's FY 2006 International Affairs Budget Request.** February 16, 2005.

**President's FY 2006 International Affairs Budget Request.** February 16, 2005.  
**President's FY 2005 Supplemental Budget Request.** February 17, 2005.  
**President's FY 2006 International Affairs Budget Request.** February 17, 2005.  
**Remarks With United Nations Secretary General Kofi Annan.** March 1, 2005.  
**Remarks at the London Meeting Supporting the Palestinian Authority. Queen Elizabeth II Conference Center. London, United Kingdom.** March 1, 2005.  
**Press Availability at the NATO Ministerial.** April 21, 2005.  
**Foreign Relations Committee Vote on the Bolton Nomination.** May 12, 2005.  
**The President's FY 2006 International Affairs Budget.** May 12, 2005.  
**Remarks at the Closing Session of the International Conference on Iraq.** June 22, 2005.  
**Joint Press Availability With European Union Presidency Foreign Minister and President of the Council Jean Asselborn, UN Secretary General Kofi Annan, Iraqi Foreign Minister Hoshyar Zebari, European Union External Relations Commissioner Benita Ferrero-Waldner, and European Union High Representative Javier Solana After the International Conference on Iraq.** June 22, 2005.  
**Remarks at the Opening Session of the International Conference on Iraq.** June 22, 2005.  
**Press Briefing in Advance of Trip to the UN General Assembly.** September 9, 2005.  
**Remarks at the 60th United Nations General Assembly.** September 17, 2005.  
**Remarks With UN and Foreign Ministers After Core Group on Lebanon Ministerial.** September 19, 2005.  
**Press Availability at UN Headquarters.** September 19, 2005.  
**Remarks Before the United Nations Security Council.** October 31, 2005.  
**Remarks After the United Nations Security Council Session.** October 31, 2005.  
**Press Availability at the Meeting of the North Atlantic Council.** December 8, 2005.  
**Press Availability With Quartet Members** . January 30, 2006  
**Syria's Continuing Refusal To Comply With Security Council Resolutions.** January 11, 2006  
**President's FY 2007 International Affairs Budget Request.** February 15, 2006.  
**Excerpts from Remarks for Delivery Before the Senate Foreign Relations Committee.** February 15, 2006.  
**Opening Remarks by Secretary of State Condoleezza Rice Before the House International Relations Committee.** February 16, 2006.  
**International Affairs Budget Request for Fiscal Year 2007.** February 16, 2006.  
**FY 2006 Supplemental Budget Request.** March 9, 2006.  
**President's FY 2007 Budget Request.** March 9, 2006.  
**Remarks With His Excellency Jakob "Jaap" de Hoop Scheffer, Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization Before Their Meeting.** March 20, 2006.  
**FY 2007 Budget Request for the Department of State and Foreign Operations.** March 28, 2006.  
**Statement on U.N. Security Council Presidential Statement on Iran.** March 29, 2006.  
**FY 2007 State Department Budget Request.** April 4, 2006.  
**U.S. Pledge on Human Rights Council Membership.** April 13, 2006.  
**Remarks After NATO Ministerial Meeting.** April 27, 2006.  
**Remarks After Signing Defense Cooperation Agreement.** April 28, 2006.

**Remarks at the United Nations Security Council Ministerial on Sudan.** May 9, 2006.

**Press Availability After the United Nations Security Council Ministerial on Sudan.** May 9, 2006

**Remarks to the United Nations Security Council.** August 11, 2006.

**Remarks Following Meeting of the United Nations Security Council.** August 11, 2006.

**Remarks After the United Nations Security Council Meeting on the Middle.** September 21, 2006.

**Remarks Before the United Nations Security Council on Darfur, Sudan.** September 22, 2006.

**Vote on UNSC Resolution on Israel.** November 11, 2006.

**Statement on Senate Vote on the U.S. - India Civil Nuclear Cooperation Initiative.** November 17, 2006.

**Statement on the United Nations Security Council Resolution on Iran.** December 23, 2006.

**Iraq: A New Way Forward.** January 11, 2007.

**Fulfilling the Commitment to Success in Afghanistan.** January 26, 2007.

**Press Availability with UN Secretary-General Ban Ki-moon; Russian FM Sergei Lavrov; European High Representative Javier Solana; German FM Frank-Walter Steinmeier; EU Commissioner Benita Ferrero-Waldner.** February 02, 2007.

**International Relations Budget for Fiscal Year 2008.** February 07, 2007.

**International Affairs Budget for FY 2008.** February 08, 2007.

**FY 2007 Supplemental Appropriations Request for International Affairs.** February 16, 2007.

**Press Availability with United Nations Secretary-General Ban Ki-moon; Russian Foreign Minister Sergei Lavrov; High Representative for European Foreign and Security Policy Javier Solana; German Foreign Minister Frank-Walter Steinmeier; European Union External Relations Commissioner Benita Ferrero-Waldner.** February 21, 2007.

**Opening Remarks Before the Senate Appropriations Committee.** February 27, 2007.

**Excerpts From the As Prepared for Delivery Statement Before the Senate Appropriations Committee.** February 27, 2007.

**International Affairs FY 2008 Budget.** March 21, 2007.

**Remarks at NATO Ministerial in Oslo.** April 26, 2007.

**Press Availability with Russian Foreign Minister Sergei Lavrov, UN Secretary-General Ban Ki-moon, High Representative for European Foreign and Security Policy Javier Solana, German Foreign Minister Frank-Walter Steinmeier, and European Commissioner for External Relations Benita Ferrero-Waldner.** May 30, 2007.

**Press Availability With United Nations Secretary-General Ban Ki-moon; Russian Foreign Minister Sergei Lavrov; High Representative for European Foreign and Security Policy Javier Solana; European Commissioner for External Relations Benita Ferrero-Waldner; Foreign Minister of Portugal Luis Amado; Envoy of the Quartet of the Middle East Tony Blair.** July 19, 2007.

**Remarks After High-Level Meeting on Iraq** . September 22, 2007.

**Remarks With United Nations Secretary-General Ban Ki-Moon, High Representative for European Foreign and Security Policy Javier Solana,**

**European Union Commissioner for External Relations Benita Ferrero-Waldner, Portuguese Foreign Minister Luis Amado, Russian Foreign Minister Sergey Lavrov, and Quartet Representative Tony Blair.** September 23, 2007.

**Remarks at the UNGA High-Level Event on Climate Technology Session.** September 24, 2007.

**Remarks After the P-5 Luncheon.** September 28, 2007.

**Remarks at the Community of Democracies UNGA Event.** October 01, 2007.

**Remarks at the Rollout for Partnership for Democratic Governance.** October 01, 2007.

**U.S. Policy in the Middle East.** October 24, 2007.

**The State Department and the Iraq War.** October 25, 2007.

**Remarks at NATO Headquarters.** December 07, 2007.

**Remarks With UN Deputy Special Representative for Iraq Staffan de Mistura.** December 18, 2007.

**President's FY 2009 International Affairs Budget Request.** February 13, 2008.

**International Relations Budget for Fiscal Year 2009.** February 13, 2008.

**Remarks After Her Meeting with Former U.N. Secretary General Kofi Annan.** February 18, 2008.

**Remarks at NATO Foreign Ministers Meeting.** March 06, 2008.

**President's 2009 International Affairs Budget.** March 12, 2008.

**Submission to Congress of the Colombia Trade Promotion Agreement.** April 7, 2008.

**President's FY 2009 International Affairs Budget Request.** April 9, 2008.

**Building Partnership Capacity and Development of the Interagency Process.** April 15, 2008.

**Remarks with the Special Representative of the United Nations Secretary General for Afghanistan Kai Eide After Their Meeting.** April 28, 2008.

**Remarks After Her Meeting with Members of the Advisory Committee on Democracy Promotion.** May 11, 2008.

**Remarks at Advisory Committee on Democracy Promotion.** May 12, 2008.

**Thematic Debate on Women, Peace, and Security.** June 19, 2008.

**Roundtable on Zimbabwe with Burkina Faso Foreign Minister Djibrill Bassolé and United Nations Permanent Representatives.** June 19, 2008.

**Remarks At the Council on Foreign Relations.** June 19, 2008.

**Remarks at G-8 Ministers Press Conference.** June 27, 2008.

**Remarks at The United States Agency for International Development (USAID).** July 14, 2008.

**Remarks at The Millennium Challenge Corporation (MCC) Compact Signing Ceremony With Burkina Faso.** July 14, 2008.

**Remarks Before Meeting With Special Representative of the United Nations Secretary General for Somalia Ahmedou Ould-Abdallah.** July 30, 2008.

**Remarks After the Meeting of the North Atlantic Council at the Level of Foreign Ministers.** August 19, 2008.

**Remarks From Stakeout at UN Headquarters.** September 22, 2008.

**Remarks at Stakeout Before Meeting With British Foreign Secretary David Miliband.** September 25, 2008.

**Remarks At the United Nations Security Council 5983rd Meeting On the Situation in the Middle East.** September 26, 2008.

**Remarks After Friends of Pakistan Meeting.** September 26, 2008.

**Quartet Press Availability.** September 26, 2008.

**Congressional Approval of the U.S.-India Agreement for Cooperation Concerning Peaceful Uses of Nuclear Energy (123 Agreement).** October 2, 2008.  
**Remarks at the Meeting of the Advisory Committee on Democracy Promotion.** October 8, 2008.  
**UNIFEM: "Say No to Violence Against Women" Campaign.** November 19, 2008.  
**Remarks on the NATO Foreign Ministers Meeting.** November 26, 2008.  
**Remarks at NATO Headquarters.** December 2, 2008.  
**Remarks With Quartet Members.** December 15, 2008.  
**Situation in Somalia.** December 16, 2008.  
**Remarks at the United Nations Security Council.** December 16, 2008.  
**Remarks Following Meeting Concerning Iran.** December 16, 2008.  
**Combating the Scourge of Piracy.** December 16, 2008.  
**Remarks at the United Nations Security Council Session on the Situation in Gaza.** January 6, 2009.  
**Remarks Before Meeting With United Nations Secretary-General Ban Ki-moon.** January 7, 2009.  
**Remarks After Meeting with the P3 + Arab Group.** January 7, 2009.  
**Remarks at the UN Security Council Session on the Situation in the Middle East.** January 8, 2009.

#### **d) Outros discursos**

ADAMS, John Quincy. U.S. Secretary of State delivering speech to the U.S. House of Representatives on July 4, 1821, in celebration of American Independence Day.  
WILSON, Woodrow. **Address to a Joint Session of Congress Requesting a Declaration of War Against Germany.** April 2, 1917.  
NIXON, Richard M. **1960 Republican National Convention Acceptance Address.** Delivered 28 July 1960, International Amphitheatre, Chicago, IL.  
CLINTON, William J. **Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina.** October 27, 1995.  
CLINTON, Hillary Rodham. **Foreign Policy Priorities in the President's FY2010 International Affairs Budget.** Testimony before the Senate Foreign Relations Committee. May 20, 2009.

#### **Documentos**

CHRISTOPHER, Warren. **A Foreign Affairs Budget that Promotes U.S. Interests.** U.S. Department of State Dispatch 5, 1994, n. 11.  
DEPARTMENT OF DEFENSE. **FISCAL 2004 DEPARTMENT OF DEFENSE BUDGET RELEASE,** February 03, 2003.  
PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. **Statement of Principles,** June 3, 1997.  
RIELLY, John E. (ed) **American Public Opinion and U.S. Foreign Policy 1999.** Chicago: Council on foreign Relations, 1999.  
RUMSFELD, Donald. **Quadrennial Defense Review Report.** Washington DC: Department of Defense, 2001, p. 14, 17, 21.

WHITE HOUSE. **Presidential Decision Directive 25: U.S. Policy on Reforming Multilateral Peace Operations**, White House, May 1994.

\_\_\_\_\_. **Presidential Decision Directive 39, U.S. Policy on Counterterrorism**. June 21, 1995.

\_\_\_\_\_. **Presidential Decision Directive 62, Protection Against Unconventional Threats to the Homeland and Americans Overseas**. May 22, 1998.

\_\_\_\_\_. **Presidential Decision Directive 63, Critical Infrastructure Protection**. May 22, 1998.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America**. White House, September 2002.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America**. White House, March 2006.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America**. White House, May 2010.

9/11 Commission. **Final Report of the National Commission on Terrorists Attacks upon the United States**.

## **Notícias de jornais**

ALLEN, Mike. **Bush Asserts That Al Qaeda Has Links to Iraq's Hussein**. WASHINGTON POST, September 26, 2002.

BALZ, Dan and WOODWARD, Bob. **Remembering September 11 – Part 1: America's Chaotic Road to War**. WASHINGTON POST, January 27, 2002.

BARSTOW, David. **How the White House Embraced Disputed Arms Intelligence**. The New York Times, October 3, 2004.

BAYER, Bret. **Rumsfeld: Attack Can't Wait**. Fox News, August 20, 2002.

BBC News. **Saddam denies links to terrorists**. BBC, February 4, 2003.

BLOOMBERG NEWS. **Hussein-Qaeda Link 'Inappropriate,' Report Says**. The New York Times, April 6, 2007.

BRUNI, Frank. **A NATION CHALLENGED: WHITE HOUSE MEMO; For President, a Mission and a Role in History**. New York Times, September 22, 2001.

BUSH, George W. **The President's Radio Address**. September 28, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Period of Consequences**. The Citadel, September 23, 1999, South Carolina.

CLOUD, Davis. **THE REACH OF WAR; Pentagon Group Criticized for Prewar Intelligence Analysis**. The New York Times, February 9, 2007.

COULTER, Ann. **This is War**. National Review, September 13, 2001.

DELLINGER, Misha. **Viewpoint: UN inspections a side-show**. BBC News, December 19, 2002.

ESTERBROOK, John. **Lawsuit: Iraq Involved In 9/11 Conspiracy**. CBS NEWS, September 5, 2002.

FEITH, Douglas. **A War Plan That Cast a Wide Net**. WASHINGTON POST. August 7, 2004.

GELLMAN, Barton. **Depiction of Threat Outgrew Supporting Evidence**. WASHINGTON POST, August 10, 2003.

\_\_\_\_\_. **U.S. Suspects Al Qaeda Got Nerve Agent From Iraqis**. WASHINGTON POST, December 12, 2002.



GORDON, Michael. **The Strategy to Secure Iraq Did Not Foresee a 2nd War.** The New York Times, October 19, 2004.

HOAGLAND, Jim. **CIA's New Old Iraq File.** WASHINGTON POST, October 20, 2002.

JEHL, Douglas. **Report Warned Bush Team About Intelligence Doubts.** The New York Times, November 6, 2005.

KAGAN, Robert. **Armed for reality.** WASHINGTON POST, December 13, 2009.

KING, Larry. **Analysis of Colin Powell's Speech Before the U.N.** CNN LARRY KING LIVE.

KINSLEY, Michael. **Defining Terrorism.** The Washington Post, October 5, 2001.

KIRK, Michael. **The War Behind Closed Doors – Transcript.** PBS Frontline. February 20, 2003.

KURLANTZICK, Joshua. **A Nobel winner who went wrong on rights.** WASHINGTON POST, December 13, 2009.

LEMANN, Nicholas. **HOW IT CAME TO WAR.** The New Yorker. March 31, 2003.

\_\_\_\_\_. **THE NEXT WORLD ORDER.** The New Yorker. April 1<sup>st</sup>, 2002.

MacASKILL, Ewen. **George Bush: 'God told me to end the tyranny in Iraq'.** The Guardian, Friday 7 October 2005.

MEARSHEIMER, John and WALT, Stephen. **Keeping Saddam Hussein in a box.** New York Times, February 2, 2003.

MIKLASZEWSKI, **Avoiding attacking suspected terrorist mastermind.** MSNBC, March 2, 2004.

MILBANK, Dana. **U.S. Voices Doubts on Iraq Search.** WASHINGTON POST, December 3, 2002.

MOYERS, Bill. **Buying the war.** PBS, April 25, 2007.

MYERS, Steven Lee and DAO, James. **Bush Plans Modest Increase for the Pentagon.** New York Times, February 1, 2001.

PBS FRONTLINE. **Interviews Sir Christopher Meyer.** PBS FRONTLINE, December 20, 2007.

\_\_\_\_\_. **The Invasion of Iraq: Interview with James Fallows.** PBS FRONTLINE, January 28, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tenet Testifies Al-Qaida Still A Threat.** March 19, 2002.

PINCUS, Walter. **Bush, Aides Ignored CIA Caveats on Iraq.** WASHINGTON POST, February 7, 2004.

\_\_\_\_\_. **Alleged Al Qaeda Ties Questioned.** WASHINGTON POST, February 7, 2003.

\_\_\_\_\_. **Newly Released Data Undercut Prewar Claims.** WASHINGTON POST, November 6, 2005.

RICE, Condoleezza. **Why We Know Iraq is Lying.** The New York Times, January 23, 2003.

\_\_\_\_\_. **American power: The hobbled hegemon.** The Economist, Jun 28th 2007.

RISEN, James. **How Pair's Finding on Terror Led To Clash on Shaping Intelligence.** The New York Times, April 28, 2004.

ROSE, David and VULLIAMI, Ed. **Iraq 'behind US anthrax outbreaks'.** The Observer, October 14, 2001.

RUBIN, Trudy. **Paul Wolfowitz: Not just any optimist.** Philadelphia Inquirer, November 17, 2002.

RUSSERT, TIM. **Vice President Dick Cheney discusses the attack on America and response to terrorism.** NBC News' Meet The Press, September 16, 2001.

SAFIRE, William. **Missing Links Found.** The New York Times, November 24, 2003.

SANGER, David E. **U.S. to withdraw from arms accord with North Korea.** October 20, 2002. The New York Times.

SCHMITT, Eric and SHANKER, Thom. **Pentagon Sets Up Intelligence Unit.** The New York Times. October 24, 2002.

SHANKER, Thom, **White House Says the U.S. Is Not a Loner, Just Choosy.** New York Times, July 31, 2001.

\_\_\_\_\_. **Secretary Rumsfeld Interview with the New York Times.** New York Times, October 12, 2001.

\_\_\_\_\_. **Secretary Rumsfeld Interview,** *New York Times*, 12 October 2001.

SINGH, Karan. **Interview with US Secretary of State Colin Powell. Doordarshan News of India.** Doordarshan News, March 26, 2003.

SMITH, Jeffrey. **Hussein's Prewar Ties To Al-Qaeda Discounted.** WASHINGTON POST, April 6, 2007.

STOUT, David. **Rumsfeld Says Criticism Won't Determine Policy on Iraq.** The New York Times, August 20, 2002.

THREATS AND RESPONSES; C.I.A. **Letter to Senate on Baghdad's Intentions.** The New York Times, October 9, 2002.

TOULOUSE, Anne. **Interview with US Secretary of State Colin Powell.** Radio France International, February 28, 2003.

USBORN, David. **WMD just a convenient excuse for war, admits Wolfowitz.** Independent, May 30, 2003

VEST, Jason. **Saddam in the Crosshairs - Beyond Osama: The Pentagon's Battle With Powell Heats Up.** The Village Voice, November 20, 2001.

WHITLOCK, Craig. **Al-Zarqawi's Biography.** WASHINGTON POST, June 8, 2006.

WOLFOWITZ, Paul. **Deputy-Secretary Wolfowitz Interview with 60 minutes.** CBS News, April 1, 2003.

## **Anexo I: Tabela com discursos classificados do Presidente Bush e seus Secretários de Estado<sup>270</sup>**

Tabela disponível a pedido. Contatos: [ulysestt@yahoo.com.br](mailto:ulysestt@yahoo.com.br) ou [mhelena@unb.br](mailto:mhelena@unb.br).

---

<sup>270</sup> Este trabalho é um produto parcial de pesquisa mais ampla que contou com o apoio do CNPq e da FINATEC/UnB, coordenada pela Prof. Maria Helena de Castro Santos, tendo como assistente de pesquisa Ulysses Tavares Teixeira. Contou também com um grupo de bolsistas PIBIC que foram se sucedendo: Carolina Vieira de Simone, Rafael Alonso Veloso, Lucas José Galvão Garcia de Freitas, Heitor Figueiredo Sobral Torres, Milena Teixeira Santos, Felipe Ricardo Baptista e Silva, Ricardo Zanata Bortolli e Mateus Drumond Caiado e, em sua etapa final, teve a colaboração dos bolsistas Ludmila Yuki Sumizono Vieira, Wilson Tadashi Muraki Junior e Larissa Paranhos Meireles. De maneira inteiramente voluntária colaboraram os alunos Jonas Paloschi e Germano Araújo Coelho.

**Anexo II: Advertisement from the op-ed page of the *New York Times* of September 26, 2002, signed by 33 scholars of international relations.**

**WAR WITH IRAQ  
IS NOT IN AMERICA'S  
NATIONAL INTEREST**

As scholars of international security affairs, we recognize that war is sometimes necessary to ensure our national security or other vital interests. We also recognize that Saddam Hussein is a tyrant and that Iraq has defied a number of U.N. resolutions. But military force should be used only when it advances U.S. national interests. War with Iraq does not meet this standard.

- Saddam Hussein is a murderous despot, but no one has provided credible evidence that Iraq is cooperating with al Qaeda.
- Even if Saddam Hussein acquired nuclear weapons, he could not use them without suffering massive U.S. or Israeli retaliation.
- The first Bush administration did not try to conquer Iraq in 1991 because it understood that doing so could spread instability in the Middle East, threatening U.S. interests. This remains a valid concern today.
- The United States would win a war against Iraq, but Iraq has military options—chemical and biological weapons, urban combat—that might impose significant costs on the invading forces and neighboring states.
- Even if we win easily, we have no plausible exit strategy. Iraq is a deeply divided society that the United States would have to occupy and police for many years to create a viable state.
- Al Qaeda poses a greater threat to the U.S. than does Iraq. War with Iraq will jeopardize the campaign against al Qaeda by diverting resources and attention from that campaign and by increasing anti-Americanism around the globe.

The United States should maintain vigilant containment of Iraq—using its own assets and the resources of the United Nations—and be prepared to invade Iraq if it threatens to attack America or its allies. That is not the case today. We should concentrate instead on defeating al Qaeda.

Robert J. Art Brandeis University	University of Kentucky	Steven E. Miller Harvard University
Richard K. Betts Columbia University	Robert Jervis Columbia University	Charles C. Moskos Northwestern University
Dale C. Copeland University of Virginia	Chaim Kaufmann Lehigh University	Robert A. Pape University of Chicago
Michael C. Desch University of Kentucky	Carl Kaysen MIT	Barry R. Posen MIT
Sumit Ganguly University of Texas	Elizabeth Kier University of Washington	Robert Powell UC—Berkeley
Charles L. Glaser University of Chicago	Deborah Larson UCLA	George H. Quester University of Maryland
Alexander L. George Stanford University	Jack S. Levy Rutgers University	Richard Rosecrance UCLA
Richard K. Herrmann Ohio State University	Peter Liberman Queens College	Thomas C. Schelling University of Maryland
George C. Herring	John J. Mearsheimer University of Chicago	Randall L. Schweller

Ohio State University  
Glenn H. Snyder  
University of North Carolina  
Jack L. Snyder  
Columbia University

Shibley Telhami  
University of Maryland  
Stephen van Evera  
MIT  
Stephen M. Walt

Harvard University  
Kenneth N. Waltz  
Columbia University  
Cindy Williams  
MIT

Institutions listed for identification purposes only.

Paid for by the signatories and individual contributors (773-702-8667; 617-495-5712).

### **Anexo III: Justificativas para a invasão do Iraque publicadas na imprensa: Al Qaeda, Armas de Destruição em Massa e Democracia**

**Assunto:** Condoleezza Rice Speaks to British Ambassador; Wonders If Iraq Involved in 9/11

**Data:** September 11, 2001

**Notícia:** By then, I think it was fairly obvious it was Al Qaeda. She said as much over the phone. And I think it was in the same conversation, or it may have been the next one we had very soon after, she said, “Well, one thing we need to look into is to see whether Iraq's had anything to do with this.” But at the time, it was Al Qaeda up front as the likely main culprit.

**Fonte:** Interviews Sir Christopher Meyer. PBS FRONTLINE, December 20, 2007, <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/bushswar/interviews/meyer.html>>.

**Assunto:** President Bush Gives Third Speech, Declares Bush Doctrine

**Data:** September 11, 2001

**Notícia:** From the White House Oval Office, President Bush gives a seven-minute address to the nation on live television. He says, “I’ve directed the full resources of our intelligence and law enforcement communities to find those responsible and to bring them to justice.” In what will later be called the Bush Doctrine, he states, “We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them.” ... [T]his “those who harbor them” statement set the tone for where the administration was going both with Afghanistan and, I think, with Iraq... Bush’s speechwriter at the time, David Frum, will later say: “When he laid down those principles, I don’t know whether he foresaw all of their implications, how far they would take him. I don’t know if he understood fully and foresaw fully the true radicalism of what he had just said.” ... Neoconservatives see hope that the words could lead to an invasion of Iraq. Author and former National Security Council staffer Kenneth Pollack will comment, “It does seem very clear that after September 11th, this group seized upon the events of September 11th to resurrect their policy of trying to go after Saddam Hussein and a regime change in Iraq

**Fonte:** BALZ, Dan and WOODWARD, Bob. **Remembering September 11 – Part 1: America’s Chaotic Road to War.** WASHINGTON POST, 1/27/2002, <[washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/07/18/AR2006071801175.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/07/18/AR2006071801175.html)>.

**Assunto:** Bush Thinks Iraq Might Be Behind 9/11

**Data:** September, 2001

**Notícia:** President Bush had wondered immediately after the attack whether Saddam Hussein’s regime might have had a hand in it. Iraq had been an enemy of the United States for 11 years, and was the only place in the world where the United States was engaged in ongoing combat operations. As a former pilot, the President was struck by the apparent sophistication of the operation and some of the piloting, especially [Hani] Hanjour’s high-speed dive into the Pentagon. He told us he recalled Iraqi support for Palestinian suicide terrorists as well. Speculating about other possible states that could be involved, the President told us he also thought about Iran.

**Fonte:** 9/11 Commission. **Final Report of the National Commission on Terrorists Attacks upon the United States**, p. 334. <<http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>>.

**Assunto:** Wolfowitz Hints at Invading Iraq, but Is Publicly Rebuked by Powell

**Data:** September 13, 2001

**Notícia:** At a public briefing, Deputy Defense Secretary Paul Wolfowitz says, "I think one has to say it's not just simply a matter of capturing people and holding them accountable, but removing the sanctuaries, removing the support systems, ending states who sponsor terrorism. And that's why it has to be a broad and sustained campaign." Secretary of State Colin Powell is alarmed by Wolfowitz's "ending states" comment and thinks it is a reference to invading Iraq. Hours later, Powell responds during another press briefing: "We're after ending terrorism. And if there are states and regimes, nations that support terrorism, we hope to persuade them that it is in their interest to stop doing that. But I think ending terrorism is where I would like to leave it, and let Mr. Wolfowitz speak for himself."

**Fonte:** KIRK, Michael. **The War Behind Closed Doors – Transcript**. PBS Frontline. February 20, 2003. <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/iraq/etc/script.html>>.

**Assunto:** Conservative Columnist Calls for 'Carpet-Bombing' Muslim Countries, Slaughtering Leaders, and Forcibly Converting Survivors to Christianity

**Data:** September 13, 2001

**Notícia:** This is no time to be precious about locating the exact individuals directly involved in this particular terrorist attack. Those responsible include anyone anywhere in the world who smiled in response to the annihilation of patriots like Barbara Olson. We don't need long investigations of the forensic evidence to determine with scientific accuracy the person or persons who ordered this specific attack. We don't need an 'international coalition.' We don't need a study on 'terrorism.' We certainly didn't need a congressional resolution condemning the attack this week.

...

We should invade their countries, kill their leaders and convert them to Christianity. We weren't punctilious about locating and punishing only Hitler and his top officers. We carpet-bombed German cities; we killed civilians. That's war. And this is war.

**Fonte:** COULTER, Ann. **This is War**. National Review, September 13, 2001. <<http://old.nationalreview.com/coulter/coulter.shtml>>.

**Assunto:** Neoconservatives Attempt to Link Iraqi Government to 9/11 and Anthrax Attacks

**Data:** September/October 2001

**Notícias:** The simmering conflict within the Bush administration over how to prosecute the next phase of the "war on terrorism" suddenly flared up last week as the Taliban fled Kabul. "Where to go next and how big it should be is what's being argued right now—and Baghdad is what's being debated at the moment," said a senior Pentagon official. "This is both an internal discussion at the Pentagon, and one between departments. Our policy guys are thinking Iraq. Our question is, do we make a move earlier than anyone expects?...Woolsey was also asked to make contact with Iraqi exiles and others who might be able to beef up the case that hijacker Mohamed Atta was working with Iraqi intelligence to plan the September 11 attacks, as well as the subsequent anthrax mailings.

American investigators probing anthrax outbreaks in Florida and New York believe they have all the hallmarks of a terrorist attack - and have named Iraq as prime suspect as the source of the deadly spores. Their inquiries are adding to what US hawks say is a growing mass of evidence that Saddam Hussein was involved, possibly indirectly, with the 11 September hijackers.

**Fontes:** VEST, Jason. **Saddam in the Crosshairs - Beyond Osama: The Pentagon's Battle With Powell Heats Up.** The Village Voice, November 20, 2001. <<http://www.villagevoice.com/2001-11-20/news/saddam-in-the-crosshairs/1>>.

ROSE, David and VULLIAMI, Ed. **Iraq 'behind US anthrax outbreaks'.** The Observer, October 14, 2001. <<http://www.guardian.co.uk/world/2001/oct/14/terrorism.afghanistan6>>.

**Assunto:** Cheney Says Iraq Is 'Bottled Up,' Not Tied to 9/11

**Data:** September 16, 2001

**Notícia:** There is [evidence that Saddam Hussein is harboring terrorists]—in the past, there have been some activities related to terrorism by Saddam Hussein. But at this stage, you know, the focus is over here on al-Qaeda and the most recent events in New York. Saddam Hussein's bottled up, at this point, but clearly, we continue to have a fairly tough policy where the Iraqis are concerned.

**Fonte:** RUSSERT, TIM. **Vice President Dick Cheney discusses the attack on America and response to terrorism.** NBC News' Meet The Press, September 16, 2001. <[http://www.argumentations.com/Argumentations/StoryDetail\\_11315.aspx](http://www.argumentations.com/Argumentations/StoryDetail_11315.aspx)>.

**Assunto:** Douglas Feith Suggests Targeting a 'Non-Al-Qaeda Target, Like Iraq'

**Data:** September 20, 2001

**Notícia:** [T]he author [,Douglas Feith,] expressed disappointment at the limited options immediately available in Afghanistan and the lack of ground options. The author suggested instead hitting terrorists outside the Middle East in the initial offensive, perhaps deliberately selecting a non-al Qaeda target like Iraq. Since U.S. attacks were expected in Afghanistan, an American attack in South America or Southeast Asia might be a surprise to the terrorists.

**Fonte:** FEITH, Douglas. **A War Plan That Cast a Wide Net.** WASHINGTON POST. August 7, 2004. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A46898-2004Aug6.html>>.

**Assunto:** Spy is the link in relationship between Iraq and al Qaeda

**Data:** November, 2001

**Notícia:** Two blockbuster magazine articles revealed evidence that Saddam's spy agency and top Qaeda operatives certainly were in frequent contact for a decade, and that there is renewed reason to suspect an Iraqi spymaster in Prague may have helped finance the 9/11 attacks.

**Fonte:** SAFIRE, William. **Missing Links Found.** The New York Times, November 24, 2003. <<http://www.nytimes.com/2003/11/24/opinion/missing-links-found.html>>.

**Assunto:** Powell Disputes al-Qaeda Claim of Solidarity with Iraq, Palestinians

**Data:** October 25, 2001

**Notícia:** Secretary of State Colin Powell, speaking before the Senate Foreign Relations Committee, dismisses bin Laden's claims that al-Qaeda's fight is in solidarity with



Iraqis and Palestinians. Powell argues: “We cannot let Osama bin Laden pretend that he is doing it in the name of helping the Iraqi people or the Palestinian people. He doesn’t care one whit about them. He has never given a dollar toward them. He has never spoken out for them.”

**Fonte:** POWELL, Colin. **THE INTERNATIONAL CAMPAIGN AGAINST TERRORISM.** US Congress, Senate, Committee on Foreign Relations, October 25, 2001. <[http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107\\_senate\\_hearings&docid=f:75947.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_senate_hearings&docid=f:75947.pdf)>.

**Assunto:** Fabricated Story of Muslim Terrorists Training in Iraq

**Data:** November, 2001

**Notícia:** An Iraqi defector identifying himself as Jamal al-Ghurairy, a former lieutenant general in Saddam Hussein’s intelligence corps, the Mukhabarat, tells two US reporters that he has witnessed foreign Islamic militants training to hijack airplanes at an alleged Iraqi terrorist training camp at Salman Pak, near Baghdad. Al-Ghurairy also claims to know of a secret compound at Salman Pak where Iraqi scientists, led by a German, are producing biological weapons.

**Fonte:** MOYERS, Bill. **Buying the war.** PBS, April 25, 2007. <<http://www.pbs.org/moyers/journal/btw/transcript1.html>>.

**Assunto:** Prisoner’s Allegations Used in Bush’s Speech

**Data:** February, 2002

**Notícia:** Information supplied by [terrorist] al-Libi will be the basis for a claim included in an October 2002 speech by President Bush, in which he states, “[W]e’ve learned that Iraq has trained al-Qaeda members in bomb making and poisons and gases.” Intelligence provided by al-Libi will also be included in Colin Powell’s February speech to the UN. In that speech, Powell will cite “the story of a senior terrorist operative telling how Iraq provided training in these weapons to al-Qaeda.”

**Fontes:** PINCUS, Water. **Newly Released Data Undercut Prewar Claims.** WASHINGTON POST, November 6, 2005. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/11/05/AR2005110501267.html>>.

JEHL, Douglas. **Report Warned Bush Team About Intelligence Doubts.** The New York Times, November 6, 2005. <[http://www.nytimes.com/2005/11/06/politics/06intel.ready.html?\\_r=1&pagewanted=print](http://www.nytimes.com/2005/11/06/politics/06intel.ready.html?_r=1&pagewanted=print)>.

**Assunto:** CIA Director Tenet Has ‘No Doubt’ There Are Links between Al-Qaeda and Iraqi Government

**Data:** March 19, 2002

**Notícia:** Testifying before the Senate Intelligence Committee, CIA Director George Tenet says: “There is no doubt that there have been (Iraqi) contacts and linkages to the al-Qaeda organization. As to where we are on September 11, the jury is still out. As I said carefully in my statement, it would be a mistake to dismiss the possibility of state sponsorship whether Iranian or Iraqi and we’ll see where the evidence takes us.... There is nothing new in the last several months that changes our analysis in any way.... There’s no doubt there have been contacts or linkages to the al-Qaeda organization.... I want you to think about al-Qaeda as a front company that mixes and matches its capabilities.... The distinction between Sunni and Shia that have traditionally divided

terrorists groups are not distinctions we should make any more, because there are common interests against the United States and its allies in this region, and they will seek capabilities wherever they can get it.... Their ties may be limited by divergent ideologies, but the two sides' mutual antipathies toward the United States and the Saudi royal family suggests that tactical cooperation between them is possible."

**Fonte:** PBS. **Tenet Testifies Al-Qaida Still A Threat.** March 19, 2002. <[http://www.pbs.org/newshour/updates/tenet\\_3-19-02.html](http://www.pbs.org/newshour/updates/tenet_3-19-02.html)>.

**Assunto:** Powell Says US Reserves Option to Oust Hussein

**Data:** May 5, 2002

**Notícia:** Appearing on ABC's This Week, Colin Powell says, "The United States reserves its option to do whatever it believes might be appropriate to see if there can be a regime change.... US policy is that regardless of what the inspectors do, the people of Iraq and the people of the region would be better off with a different regime in Baghdad."

**Fonte:** DELLINGER, Misha. **Viewpoint: UN inspections a side-show.** BBC News, December 19, 2002. <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/2586425.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/2586425.stm)>.

**Assunto:** Al-Zarqawi Camp in Northern Iraq

**Data:** June, 2002

**Notícia:** US intelligence determines that Islamist militant leader Abu Musab al-Zarqawi has recently moved to a part of northern Iraq controlled by Kurdish rebels, and his militant group has set up a chemical weapons lab there. The lab, located near the town of Khurmali, allegedly produces ricin and cyanide.

**Fonte:** MIKLASZEWSKI, **Avoiding attacking suspected terrorist mastermind.** MSNBC, March 2, 2004. <<http://www.msnbc.msn.com/id/4431601/>>.

**Assunto:** CIA Prepares Report on Iraq-Al-Qaeda Links Under Pressure from Administration

**Data:** June 21, 2002

**Notícia:** The CIA issues a classified report titled, "Iraq and al-Qaeda: A Murky Relationship." According to its cover note, the report "purposely aggressive in seeking to draw connections" between Iraq and Osama bin Laden's organization. The document, which was prepared in response to pressure from the White House and vice president's office, is heavily criticized by analysts within the agency. Analysts in the Near East and South Asia division complain that the report inflates "sporadic, wary contacts" between two independent actors into a so-called "relationship."

**Fontes:** HOAGLAND, Jim. **CIA's New Old Iraq File.** WASHINGTON POST, October 20, 2002. <<http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A53578-2002Oct19?language=printer>>.

RISEN, James. **How Pair's Finding on Terror Led To Clash on Shaping Intelligence.** The New York Times, April 28, 2004. <[http://www.nytimes.com/2004/04/28/us/how-pair-s-finding-on-terror-led-to-clash-on-shaping-intelligence.html?fta=y&archive:article\\_related](http://www.nytimes.com/2004/04/28/us/how-pair-s-finding-on-terror-led-to-clash-on-shaping-intelligence.html?fta=y&archive:article_related)>.

**Assunto:** Pentagon Memo Disputes View that Hussein Will Not Work with Al-Qaeda

**Data:** July 25, 2002

**Notícia:** A memo written by an intelligence analyst working under Pentagon policy chief Douglas Feith asserts that while "some analysts have argued" that Osama bin

Laden will not cooperate with secular Arab groups like Iraq, “reporting indicates otherwise.” A subsequent investigation by the Pentagon’s Office of Inspector General will criticize the memo, titled “Iraq and al-Qaeda: Making the Case,” saying that it constituted an “alternative intelligence assessment” and therefore should have been developed in accordance with intelligence agency guidelines for publishing alternative views.

**Fonte:** CLOUD, Davis. **THE REACH OF WAR; Pentagon Group Criticized for Prewar Intelligence Analysis.** The New York Times, February 9, 2007. <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0CE4DF1E3FF93AA35751C0A9619C8B63>>.

**Assunto:** Rumsfeld Claims Iraqi Government Is Supporting Al-Qaeda in Iraq and Compares Resistance to Iraq Invasion to Nazi Appeasement

**Data:** August 20, 2002

**Notícia:** Defense Secretary Donald Rumsfeld, citing various “intelligence reports,” claims that the Iraqi government is “hosting, supporting or sponsoring” an al-Qaeda presence in Iraq. This is a likely reference to Abu Musab al-Zarqawi and his followers, whom the US alleges is an al-Qaeda operative with links to the Iraqi government. When asked if he has evidence to support this claim Rumsfeld responds: “There are al-Qaeda in a number of locations in Iraq.... The suggestion that... [Iraqi government officials] who are so attentive in denying human rights to their population aren’t aware of where these folks [al-Qaeda] are or what they’re doing is ludicrous in a vicious, repressive dictatorship.” He also says, “It’s very hard to imagine that the government is not aware of what’s taking place in the country.”

During an interview with Fox News, Defense Secretary Donald Rumsfeld mocks calls from Washington, Europe and the Arab world demanding that the Bush administration show them evidence to substantiate the hawk’s claim that Saddam Hussein is a threat to the US and its allies. “Think of the prelude to World War Two,” the Defense Secretary says. “Think of all the countries that said, well, we don’t have enough evidence. I mean, Mein Kampf had been written. Hitler had indicated what he intended to do. Maybe he won’t attack us. Maybe he won’t do this or that. Well, there were millions of people dead because of the miscalculations. The people who argued for waiting for more evidence have to ask themselves how they are going to feel at that point where another event occurs.”

**Fontes:** STOUT, David. **Rumsfeld Says Criticism Won't Determine Policy on Iraq.** The New York Times, August 20, 2002. <<http://www.nytimes.com/2002/08/20/politics/20CND-MILI.html>>.

BAYER, Bret. **Rumsfeld: Attack Can't Wait.** Fox News, August 20, 2002. <<http://www.foxnews.com/story/0,2933,60818,00.html>>.

**Assunto:** Iraq Sued for Conspiring with Al-Qaeda in 9/11 Attacks

**Data:** September 4, 2002

**Notícia:** Over 1,400 relatives of 9/11 attack victims sue Iraq for more than \$1 trillion, claiming there is evidence Iraq conspired with al-Qaeda on the 9/11 attacks. One of the key pieces of evidence cited is an article in a small town Iraqi newspaper written by Naeem Abd Muhalhal on July 21, 2001. He describes bin Laden thinking “seriously, with the seriousness of the Bedouin of the desert, about the way he will try to bomb the Pentagon after he destroys the White House.” He adds that bin Laden is “insisting very convincingly that he will strike America on the arm that is already hurting,” which has

been interpreted as a possible reference to the 1993 bombing of the WTC. Iraqi leader Saddam Hussein apparently praised this writer on September 1, 2001. The lawsuit is based largely on the idea that “Iraqi officials were aware of plans to attack American landmarks,” yet did not warn their archenemy, the US.

**Fonte:** ESTERBROOK, John. **Lawsuit: Iraq Involved In 9/11 Conspiracy.** CBS NEWS, September 5, 2002. <<http://www.cbsnews.com/stories/2002/09/05/september11/main520874.shtml>>.

**Assunto:** National Intelligence Estimate on Iraq

**Data:** September, 2002

**Notícia:** CIA Director George Tenet appears before the Senate Select Committee on Intelligence in a secret session to discuss the agency’s intelligence on Iraq. He tells the senators that agency analysts have concluded that Saddam Hussein is rebuilding his nuclear arsenal and that there are about 550 sites in Iraq where chemical and biological weapons are being stored. He adds that the regime has developed drones capable of delivering these weapons, perhaps even to the US mainland. When Tenet finishes his briefing, senators Bob Graham (D-FL) and Richard Durbin (D-IL) ask to see the agency’s latest National Intelligence Estimate (NIE) on Iraq. Tenet replies that the CIA has not prepared one. “We’ve never done a National Intelligence Estimate on Iraq, including its weapons of mass destruction.” The Democrats find this revelation “stunning.” Recalling the matter in a 2006 interview, Graham tells *PBS Frontline*: “We do these on almost every significant activity—much less significant than getting ready to go to war.... We were flying blind.” The Democrats on the committee begin pressing for a new NIE on Iraq. They want it completed before they vote on a resolution that would authorize the use of force against Iraq.

**Fontes:** GELLMAN, Barton. **Depiction of Threat Outgrew Supporting Evidence.** WASHINGTON POST, August 10, 2003. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/12/AR2006061200932.html>>.

BARSTOW, David. **How the White House Embraced Disputed Arms Intelligence.** The New York Times, October 3, 2004. <<http://www.nytimes.com/2004/10/03/international/middleeast/03tube.html?hp=&page-wanted=all&position=>>>.

**Assunto:** Cheney Alleges That Iraq Has Active WMD Program

**Data:** September 8, 2002

**Notícia:** Vice President Dick Cheney is interviewed on NBC’s Meet the Press to discuss the Bush administration’s position on Iraq and the alleged threat Iraq poses to the world. “[B]ased on intelligence that’s becoming available—some of it has been made public [referring to the recent New York Times story]—... he has indeed stepped up his capacity to produce and deliver biological weapons,... he has reconstituted his nuclear program to develop a nuclear weapon,... there are efforts under way inside Iraq to significantly expand his capability.... [H]e now is trying, through his illicit procurement network, to acquire the equipment he needs to be able to enrich uranium to make the bombs.... There’s a story in The New York Times this morning... [I]t’s now public that, in fact, he has been seeking to acquire, and we have been able to intercept and prevent him from acquiring through this particular channel, the kinds of tubes that are necessary to build a centrifuge. And the centrifuge is required to take low-grade uranium and enhance it into highly enriched uranium, which is what you have to have in order to build a bomb. This is a technology he was working on back, say, before the

Gulf War. And one of the reasons it's of concern,... is... [that] we know about a particular shipment. We've intercepted that. We don't know what else—what other avenues he may be taking out there, what he may have already acquired. We do know he's had four years without any inspections at all in Iraq to develop that capability.... [W]e do know, with absolute certainty, that he [Saddam Hussein] is using his procurement system to acquire the equipment [aluminum tubes] he needs in order to enrich uranium to build a nuclear weapon." Cheney says the US intends to work with the international community, but hints that the US is willing to confront Saddam without international support. "We are trying very hard not be unilateralist," he says. "We are working to build support with the American people, with the Congress, as many have suggested we should. And we are also as many of us suggested we should, going to the United Nations, and the president will address this issue.... We would like to do it with the sanction of the international community. But the point in Iraq is this problem has to be dealt with one way or the other."

**Fontes:** PINCUS, Walter. **Bush, Aides Ignored CIA Caveats on Iraq.** WASHINGTON POST, February 7, 2004. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A20194-2004Feb6.html>>.

**Assunto:** Defense Department Briefing to White House Officials Alleges Deep Ties between Iraq and Al-Qaeda

**Data:** September 16, 2002

**Notícia:** Defense Department officials working in the Office of Special Plans (OSP) deliver a briefing in the White House to several top officials, including I. Lewis Libby, Vice President Dick Cheney's chief of staff, and Deputy National Security Adviser Stephen Hadley. The briefing is entitled "Assessing the Relationship between Iraq and al-Qaeda," and is an updated version of a briefing presented in July 2002. The OSP, working under Undersecretary of Defense for Policy Douglas J. Feith, is aggressively promoting any evidence it can find to support a decision to invade Iraq. The briefing claims that the relationship between Iraq and al-Qaeda is "mature" and "symbiotic," and marked by shared interests. It lists cooperation in 10 categories, or "multiple areas of cooperation," including training, financing, and logistics.

**Fontes:** BLOOMBERG NEWS. **Hussein-Qaeda Link 'Inappropriate,' Report Says.** The New York Times, April 6, 2007. <<http://www.nytimes.com/2007/04/06/washington/06qaeda.html>>.

SMITH, Jeffrey. **Hussein's Prewar Ties To Al-Qaeda Discounted.** WASHINGTON POST, April 6, 2007. <[http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/05/AR2007040502263\\_pf.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/05/AR2007040502263_pf.html)>

**Assunto:** Bush Says Al-Qaeda and Saddam Hussein Are Indistinguishable

**Data:** September 25, 2002

**Notícia:** During a White House meeting with Colombian President Alvaro Uribe, George Bush makes the claim that Saddam Hussein and Osama bin Laden work together. "They're both risks, they're both dangerous," Bush tells reporters. "The danger is, is that they work in concert," he says in response to a question from a Reuters reporter. "The difference, of course, is that al-Qaeda likes to hijack governments. Saddam Hussein is a dictator of a government. Al-Qaeda hides, Saddam doesn't, but the danger is, is that they work in concert. The danger is, is that al-Qaeda becomes an extension of Saddam's madness and his hatred and his capacity to extend weapons of

mass destruction around the world. Both of them need to be dealt with. The war on terror, you can't distinguish between al-Qaeda and Saddam when you talk about the war on terror. And so it's a comparison that is - I can't make because I can't distinguish between the two, because they're both equally as bad, and equally as evil, and equally as destructive."

**Fonte:** ALLEN, Mike. **Bush Asserts That Al Qaeda Has Links to Iraq's Hussein.** WASHINGTON POST, September 26, 2002. <<http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn?pagename=article&node=&contentId=A3206-2002Sep25>>.

**Assunto:** Bush Tells US about Iraq's WMDs

**Data:** September 28, 2002

**Notícia:** "The Iraqi regime possesses biological and chemical weapons, is rebuilding the facilities to make more, and, according to the British government, could launch a biological or chemical attack in as little as 45 minutes after the order is given. The regime has long-standing and continuing ties to terrorist groups, and there are al-Qaeda terrorists inside Iraq. This regime is seeking a nuclear bomb, and with fissile material could build one within a year."

**Fonte:** BUSH, George W. **The President's Radio Address.** September 28, 2002. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25048&st=&st1=#>>.

**Assunto:** Bush says Hussein is as a Direct Threat to US

**Data:** October 7, 2002

**Notícia:** In a televised speech, President Bush presents the administration's case that Saddam Hussein's regime is a threat to the security of the nation and insists that regime change would improve lives for Iraqis. "Some worry that a change of leadership in Iraq could create instability and make the situation worse. The situation could hardly get worse, for world security and for the people of Iraq. The lives of Iraqi citizens would improve dramatically if Saddam Hussein were no longer in power, just as the lives of Afghanistan's citizens improved after the Taliban."

**Fonte:** JEHL, Douglas. **Report Warned Bush Team About Intelligence Doubts.** The New York Times, November 6, 2005. <<http://www.nytimes.com/2005/11/06/politics/06intel.ready.html?pagewanted=print>>.

**Assunto:** Bush says Hussein is as a Direct Threat to US

**Data:** October 7, 2002

**Notícia:** Bush says that US intelligence has information that Saddam Hussein ordered his nuclear program to continue after inspectors left in 1998. "Before being barred from Iraq in 1998, the International Atomic Energy Agency dismantled extensive nuclear weapons-related facilities, including three uranium enrichment sites," Bush charges. "That same year, information from a high-ranking Iraqi nuclear engineer who had defected revealed that despite his public promises, Saddam Hussein had ordered his nuclear program to continue."

The President claims that Iraq is developing drones, or unmanned aerial vehicles (UAVs), which "could be used to disperse chemical or biological weapons across broad areas." He goes so far as to say, "We're concerned that Iraq is exploring ways of using these UAVs for missions targeting the United States."

Bush asserts, "Iraq could decide on any given day to provide a biological or chemical weapon to a terrorist group or individual terrorists."

**Fonte:** JEHL, Douglas. **Report Warned Bush Team About Intelligence Doubts.** The New York Times, November 6, 2005. <<http://www.nytimes.com/2005/11/06/politics/06intel.ready.html?pagewanted=print>>.

**Assunto:** Tenet Says Evidence of Links between Iraq, Al-Qaeda Exists

**Data:** October 7, 2002

**Notícia:** CIA Director George Tenet sends a letter to Senator Bob Graham (D-FL), the chairman of the Senate Intelligence Committee. In the letter, Tenet acknowledges declassifying some “material available to further the Senate’s forthcoming open debate on a joint resolution concerning Iraq”. Tenet says that the declassified information supports the following contentions:

■ “Our understanding of the relationship between Iraq and al-Qaeda is evolving and is based on sources of varying reliability. Some of the information we have received comes from detainees, including some of high rank.”

■ “We have solid reporting of senior level contacts between Iraq and al-Qaeda going back a decade.”

■ “Credible information indicates that Iraq and al-Qaeda have discussed safe haven and reciprocal nonaggression.”

■ “Since Operation Enduring Freedom, we have solid evidence of the presence in Iraq of al-Qaeda members, including some that have been in Baghdad.”

■ “We have credible reporting that al-Qaeda leaders sought contacts in Iraq who could help them acquire WMD capabilities. The reporting also stated that Iraq has provided training to al-Qaeda members in the areas of poisons and gases and making conventional bombs.”

■ “Iraq’s increasing support to extremist Palestinians coupled with growing indications of a relationship with al-Qaeda, suggest that Baghdad’s links to terrorists will increase, even absent US military action.”

**Fonte:** THREATS AND RESPONSES; C.I.A. Letter to Senate on Baghdad's Intentions. The New York Times, October 9, 2002. <<http://www.nytimes.com/2002/10/09/world/threats-and-responses-cia-letter-to-senate-on-baghdad-s-intentions.html>>.

**Assunto:** Pentagon Sets Up Intelligence Unit

**Data:** October 24, 2002

**Notícia:** Defense Secretary Donald H. Rumsfeld and his senior advisers have assigned a small intelligence unit to search for information on Iraq's hostile intentions or links to terrorists that the nation's spy agencies may have overlooked.

Some officials say the creation of the team reflects frustration on the part of Mr. Rumsfeld, Deputy Defense Secretary Paul D. Wolfowitz and other senior officials that they are not receiving undiluted information on the capacities of President Saddam Hussein of Iraq and his suspected ties to terrorist organizations.

But officials who disagree say the top civilian policy makers are intent on politicizing intelligence to fit their hawkish views on Iraq.

**Fonte:** SCHMITT, Eric and SHANKER, Thom. **Pentagon Sets Up Intelligence Unit.** The New York Times, October 24, 2002, <<http://www.nytimes.com/2002/10/24/international/24INTE.html>>.

**Assunto:** US Diplomat Is Murdered in Jordan; Al-Zarqawi Is Allegedly to Blame

**Data:** October 28, 2002

**Notícia:** US diplomat Laurence Foley, a senior administrator of the US Agency for International Development (USAID), is shot and killed in front of his house in Amman, Jordan. It will later be claimed that his two killers were working for Islamist militant Abu Musab al-Zarqawi. According to Jordanian court documents, in the summer of 2002 al-Zarqawi began training a small group of fighters in Syria to attack Western and Jewish targets in Jordan. Foley was their first target. The two killers met with al-Zarqawi in Syria and got money for the operation. Al-Zarqawi's alleged role in this murder will be widely reported in December 2002 and used as further justification for a US invasion of Iraq, since US officials are arguing at the time that al-Zarqawi is linked to both al-Qaeda and the Iraqi government.

**Fonte:** WHITLOCK, Craig. **Al-Zarqawi's Biography.** WASHINGTON POST, June 8, 2006. <[http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/08/AR2006060800299\\_pf.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/08/AR2006060800299_pf.html)>

**Assunto:** Wolfowitz Suggests Iraq Similar to Post-WWII France

**Data:** November 2002

**Notícia:** In an interview with the Philadelphia Inquirer, Deputy Secretary of Defense Paul Wolfowitz suggests, "If you're looking for a historical analogy [to the upcoming US occupation of Iraq], it's probably closer to post-liberation France [after World War II]."

**Fonte:** RUBIN, Trudy. **Paul Wolfowitz: Not just any optimist. Philadelphia Inquirer,** November 17, 2002. <<http://www.lossless-audio.com/usa/index0.php?page=982808416.htm>>

**Assunto:** Cheney Calls Iraq Government an 'Outlaw Regime'

**Data:** December 2, 2002

**Notícia:** In a speech to the Air National Guard Senior Leadership Conference in Denver, Vice President Dick Cheney calls Saddam Hussein's government an "outlaw regime" and accuses the leader of "harboring terrorists and the instruments of terror," asserting that his government "has had high-level contacts with al-Qaeda going back a decade and has provided training to al-Qaeda terrorists."

**Fonte:** MILBANK, Dana. **U.S. Voices Doubts on Iraq Search.** WASHINGTON POST, December 3, 2002. <<http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A923-2002Dec2?language=printer>>.

**Assunto:** Iraqis Gave Chemical Weapon to Al-Qaeda

**Data:** December 12, 2002

**Notícia:** On December 12, 2002, the Washington Post publishes a front-page story by reporter Barton Gellman entitled "US Suspects Al-Qaeda Got Nerve Agent From Iraqis." It states: "The Bush administration has received a credible report that Islamic extremists affiliated with al-Qaeda took possession of a chemical weapon in Iraq last month or late in October, according to two officials with firsthand knowledge of the report and its source. They said government analysts suspect that the transaction involved the nerve agent VX and that a courier managed to smuggle it overland through Turkey."

**Fonte:** GELLMAN, Barton. **U.S. Suspects Al Qaeda Got Nerve Agent From Iraqis.** WASHINGTON POST, December 12, 2002. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/12/AR2006061200701.html>>.



**Assunto:** New York Times Publishes Op-ed by Rice on Iraq

**Data:** January 23, 2003

**Notícia:** The New York Times publishes an op-ed piece written by National Security Adviser Condoleezza Rice, titled, "Why We Know Iraq is Lying," in which she writes that "Iraq has filed a false declaration to the United Nations that amounts to a 12,200-page lie," citing among other things its failure "to account for or explain Iraq's efforts to get uranium from abroad." She says that Iraq has reneged on its commitment to disarm itself of its alleged arsenal of weapons of mass destruction. Instead of full cooperation and transparency, Iraq has "a high-level political commitment to maintain and conceal its weapons," she claims. Iraq is maintaining "institutions whose sole purpose is to thwart the work of the inspectors," she adds, asserting that the country is not allowing inspectors "immediate, unimpeded, unrestricted access" to the "facilities and people" involved in its alleged weapons program.

**Fonte:** RICE, Condoleezza. **Why We Know Iraq is Lying.** The New York Times, January 23, 2003. <<http://www.nytimes.com/2003/01/23/opinion/why-we-know-iraq-is-lying.html>>.

**Assunto:** Hussein Denies Any Relationship to Al-Qaeda

**Data:** February 4, 2003

**Notícia:** Saddam Hussein gives a rare interview, with former Labour MP Tony Benn for Channel 4 News and flatly denies supporting al-Qaeda. He says, "If we had a relationship with al-Qaeda and we believed in that relationship, we wouldn't be ashamed to admit it."

**Fonte:** **Saddam denies links to terrorists.** BBC, February 4, 2003. <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/2726347.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/2726347.stm)>

**Assunto:** Rice Says She Is Sure that Iraq Is Linked to Al-Qaeda

**Data:** February 5, 2003

**Notícia:** When asked on CNN if there is a clear connection between Saddam Hussein and al-Qaeda, National Security Adviser Rice replies: "There is no question in my mind about the al-Qaeda connection. It is a connection that has unfolded, that we're learning more about as we are able to take the testimony of detainees, people who were high up in the al-Qaeda organization. And what emerges is a picture of a Saddam Hussein who became impressed with what al-Qaeda did after it bombed our embassies in 1998 in Kenya and Tanzania, began to give them assistance in chemical and biological weapons, something that they were having trouble achieving on their own, that harbored a terrorist network under this man [Abu Musab] al-Zarqawi, despite the fact that Saddam Hussein was told that al-Zarqawi was there."

**Fonte:** KING, Larry. **Analysis of Colin Powell's Speech Before the U.N.** CNN LARRY KING LIVE. <<http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0302/05/lkl.00.html>>.

**Assunto:** Powell Gives Presentation About Iraqi WMDs to UN

**Data:** February 5, 2003

**Notícia:** Secretary of State Colin Powell presents the Bush administration's case against Saddam to the UN Security Council, in advance of an expected vote on a second resolution that the US and Britain hope will provide the justification to use military force against Iraq.

**Fonte:** PINCUS, Water. **Alleged Al Qaeda Ties Questioned.** WASHINGTON POST, February 7, 2003. <<http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A38235-2003Feb6?language=printer>>.

**Assunto:** Wolfowitz Says US Wants to Liberate Iraq, Not Occupy It

**Data:** February 23, 2003

**Notícia:** At a town hall meeting with Iraqi-Americans in Dearborn, Michigan, Deputy Defense Secretary Paul Wolfowitz, says: “First-and this is really the overarching principle-the United States seeks to liberate Iraq, not occupy Iraq... If the president should decide to use force, let me assure you again that the United States would be committed to liberating the people of Iraq, not becoming an occupation force.”

**Fonte:** **The Invasion of Iraq: Interview with James Fallows.** PBS FRONTLINE, January 28, 2004. <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/invasion/interviews/fallows.html>>.

**Assunto:** Powell Suggests Invading Iraq Could Bring Peace and Stability to Middle East

**Data:** February 28, 2003

**Notícia:** In an interview, Secretary of State Colin Powell dismisses any US political interest in the Middle East other than bringing peace and stability. In response to a question about French Foreign Minister Dominique de Villepin’s comment that “[t]he US strategy on Iraq is sliding from disarmament towards remodeling of the Middle East,” Powell suggests that the US is not intending to remodel the Middle East, but that that could be a positive result of military action. “Well, I disagree categorically with my colleague Dominique de Villepin’s comment... [I]f Iraq had disarmed itself, gotten rid of its weapons of mass destruction over the past 12 years, or over the last several months since 1441 was enacted, we would not be facing the crisis that we now have before us.... I must say, however, that if we are unable to get Iraq to comply and military action is necessary to remove this regime and to get rid of the weapons of mass destruction, it’s quite clear to me that a new regime would be more responsive to the needs of its people, would live in peace with its neighbors, and perhaps that would assist the region in finding more peace, prosperity and stability for other nations in the region. But the suggestion that we are doing this because we want to go to every country in the Middle East and rearrange all of its pieces is not correct, and I think Minister de Villepin is wrong.”

**Fonte:** TOULOUSE, Anne. **Interview with US Secretary of State Colin Powell.** Radio France International, February 28, 2003. <[http://www.usembassy.it/file2003\\_02/alia/a3022808.htm](http://www.usembassy.it/file2003_02/alia/a3022808.htm)>

**Assunto:** Powell Says US Wants to Work with Iraqi Commander ‘As Soon As Possible’

**Data:** March 26, 2003

**Notícia:** US Secretary of State Colin Powell says in an interview, “But as soon as possible, we want to have working alongside the commander an interim Iraqi authority, people representing the people of Iraq. And, as that authority grows and gets greater credibility from the people of Iraq, we want to turn over more and more responsibilities to them.”

**Fonte:** SINGH, Karan. **Interview with US Secretary of State Colin Powell.** **Doordarshan News of India.** Doordarshan News, March 26, 2003. <<http://www.mail-archive.com/goanet@goanet.org/msg00811.html>>

**Assunto:** Wolfowitz Says US Wants Iraq to Become a Democracy

**Data:** April 1, 2003

**Notícia:** Deputy Secretary of Defense Paul Wolfowitz says that the Bush administration intends for Iraq to become a democracy. "The goal is an Iraq that stands on its own feet and that governs itself in freedom and in unity and with respect for the rights of all its citizens," he says. "We'd like to get to that goal as quickly as possible."

**Fonte:** WOLFOWITZ, Paul. **Deputy-Secretary Wolfowitz Interview with 60 minutes.** CBS News, April 1, 2003. <<http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=2239>>.

**Assunto:** Another justification for war

**Data:** May 30, 2003

**Notícia:** Mr Wolfowitz also discloses that there was one justification that was "almost unnoticed but huge". That was the prospect of the United States being able to withdraw all of its forces from Saudi Arabia once the threat of Saddam had been removed. Since the taking of Baghdad, Washington has said that it is taking its troops out of the kingdom. "Just lifting that burden from the Saudis is itself going to the door" towards making progress elsewhere in achieving Middle East peace, Mr Wolfowitz said. The presence of the US military in Saudi Arabia has been one of the main grievances of al-Qa'ida and other terrorist groups.

**Fonte:** USBORN, David. **WMD just a convenient excuse for war, admits Wolfowitz.** Independent, May 30, 2003. <[http://web.archive.org/web/20031204203416/http://news.independent.co.uk/world/middle\\_east/story.jsp?story=410730](http://web.archive.org/web/20031204203416/http://news.independent.co.uk/world/middle_east/story.jsp?story=410730)>.